

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIV • CR\$ 6.500,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

148

A CLASSE MÉDIA VAI
À ESCOLA PÚBLICA



VENEZUELA

O FMI por trás
do golpe

FUNGO MISTERIOSO
ATACA NO PERU

A GUERRA JAPÃO x EUA

Instale no seu Estado uma fábrica de argamassa armada com a tecnologia Riocop.



E mostre que um bom governo não se faz por obras do acaso.

A revolucionária tecnologia da argamassa armada, que alia cimento, areia e tela de aço, está a seu alcance.

Procure a Riocop e veja como é fácil instalar na sua cidade uma fábrica que faz

escolas, creches, centros comunitários, postos de saúde, obras de saneamento e muito mais com qualidade, baixo custo e rapidez na execução.

Riocop. Eleja nossa tecnologia.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro



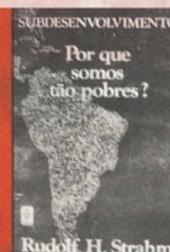
ESTORVO
Chico Buarque
Narrado em primeira pessoa, "Estorvo" se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia. 141 p. E-254 **Cr\$ 29.000,00**



ESCRITOS INDIGNADOS
Democracia e neoliberalismo no Brasil
Herbert de Souza (Betinho)
O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade. 144 p. E-232 **Cr\$ 13.500,00**



O ENIGMA DA AMAZÔNIA
Desafio ao Futuro
Miranda Neto
Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos. 144 p. E-235 **Cr\$ 22.000,00**



SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres
Rodolf H. Strahm
Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo. 221 p. E-230 **Cr\$ 10.400,00**



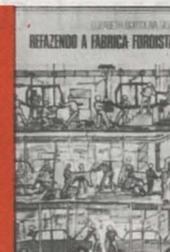
ZÉLIA, UMA PAIXÃO
Fernando Sabino
Qual o segredo desta paixão? Eis o mistério que o autor persegue ao longo do livro, de maneira também apaixonante, ao fim surpreendente do leitor, quando desvenda o enigma proposto pela esfinge, para não ser por ela devorado. 272 p. E-248 **Cr\$ 25.500,00**



AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano
(33ª edição)
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307 p. E-247 **Cr\$ 32.500,00**



UMA CHAMA NA AMAZÔNIA
Jean-Pierre Leroy
Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia. 394 p. E-238 **Cr\$ 15.500,00**



REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA
Elizabeth Bortololaia Silva
Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial. 394 p. E-239 **Cr\$ 37.500,00**

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc. E-240 **Cr\$ 21.000,00**

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p. E-243 **Cr\$ 25.000,00**

BEM TE VI, AMAZÔNIA
Jurema Finamour

Um balanço dramático dos problemas da Amazônia, desde as primeiras picadas ao drama de Chico Mendes. A realidade do latifúndio, as ameaças de internacionalização, a miséria de sua população, as riquezas escondidas na selva, o extermínio de vidas inteiras — eis alguns dos capítulos que compõem esta obra notável de pesquisa e denúncia. 302 p. E-241 **Cr\$ 15.500,00**

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". José Louzeiro 464 p. E-208 **Cr\$ 14.000,00**

CHE-PARRA
Latino-América
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança." Sérgio Ricardo 100 p. E-223 **Cr\$ 8.000,00**

URSS - ASCENSÃO E QUEDA
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p. E-256 **Cr\$ 15.000,00**

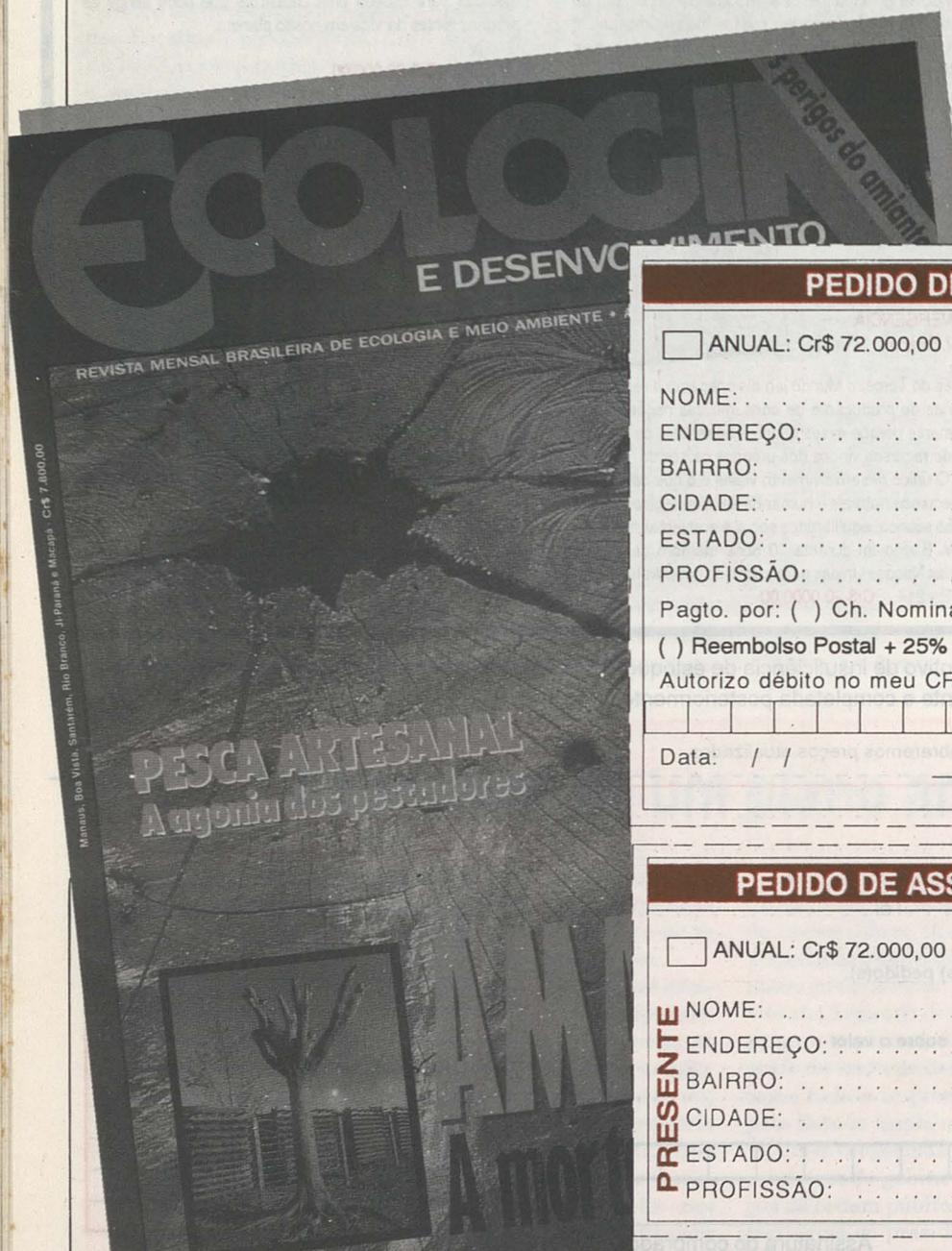
DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos. 240 p. E-245 **Cr\$ 30.500,00**

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo. **e Assine**

Gratis
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 10.04.92



PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 72.000,00 2 ANOS: Cr\$ 144.000,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

Pago. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa

() Reembolso Postal + 25% sobre o valor () CREDICARD

Autorizo débito no meu CREDICARD N°

.....

Data: / /

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 72.000,00 2 ANOS: Cr\$ 144.000,00

PRESENTE NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

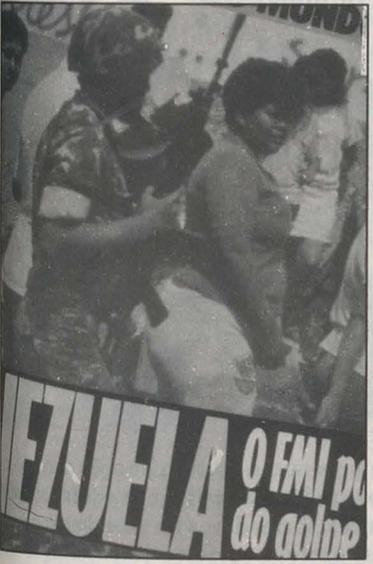
PROFISSÃO:

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

CAPA:

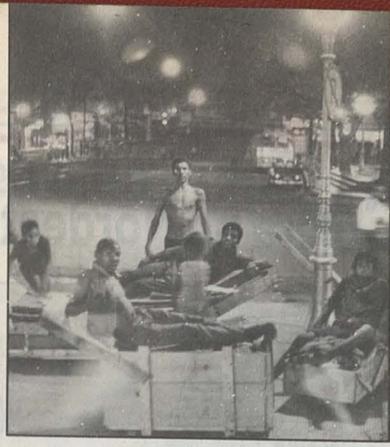
O FMI por trás do golpe

Tentativa golpista frustrada da Venezuela, causada pela política recessiva imposta pelo Fundo Monetário Internacional, permite avaliar o papel dos militares no novo contexto político da América Latina. Sem ter quem combater, os militares embarcam na tenta-



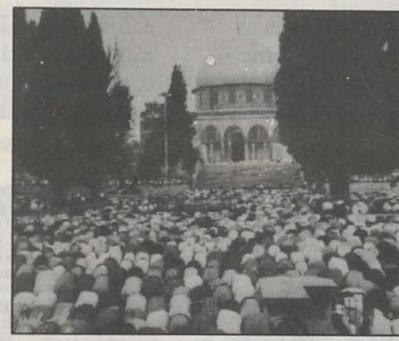
tiva golpista. O fato mostra também que o modelo econômico neoliberal não resolve a crise do continente.

Páginas 24 a 28



Fungo misterioso ataca no Peru. Um mal que os peruanos acreditam ter sido implantado pelos norte-americanos para combater as plantações de coca está se espalhando por outros cultivos

31



Os grupos de extermínio querem acabar com eles. Setores da sociedade civil tentam ajudá-los. No meio do fogo cruzado, meninos de rua tentam sobreviver na selva das cidades brasileiras

12



Nos cinco países do Magreb, ao norte da África, o fundamentalismo islâmico avança. O filósofo francês Roger Garaudy analisa as origens do Islã

38

SUMÁRIO

- 2 PANORAMA
- 6 CARTAS

EDUCAÇÃO

- 8 Classe média redescobre a escola pública

ECONOMIA

- 11 Acordo traz breve desafogo
- 17 Livre negociação apimenta os aluguéis
- 20 Os empresários do asfalto
- 51 A busca do equilíbrio

CULTURA

- 22 Cinema analisa os 500 anos de colonização

POLÍTICA

- 23 Uma boa briga

AMÉRICA LATINA

- 29 Argentina: o lado sujo da privatização

ÁFRICA

- 35 Exército francês volta às ex-colônias

ÁSIA

- 42 Aids: a difícil convivência

JAPÃO x EUA

- 44 A lição de Buda

ARMAMENTISMO

- 46 O arsenal do futuro

IDÉIAS

- 48 A vitalidade da esquerda latino-americana

DOCUMENTO

- 53 Norte-Sul: um diálogo necessário
- 56 Panorama Tricontinental

PÁGINA ABERTA

- 60 Formar administradores conscientes

Cólera no Nordeste

Quando se imaginou o Brasil tomado por uma epidemia de cólera, o temor maior foi com relação ao Nordeste, onde a doença se combinaria com o explosivo coquetel de organismos debilitados pela desnutrição e ausência de saneamento básico. Descendo das alturas peruanas, como o Solimões, a cólera passou da Amazônia ao Sudeste, com relativamente poucos casos e, estranhamente, ficou um ano inteiro sem contaminar o Nordeste.



As crianças são as que mais sofrem com o mal

Agora, chegou com força a Pernambuco e arrisca espalhar-se ao longo do curso do rio Ipojuca, um dos principais do estado e que corre do Agreste para a Zona da Mata. Até o encerramento desta edição, as autoridades

sanitárias pernambucanas ainda não haviam determinado a procedência da contaminação, que tinha como foco o município de Bezerros, a pouco mais de 100 quilômetros do Recife. Registravam-se casos também em Sairé e Camocim de São Félix, cidades vizinhas a Bezerros.

Chamou a atenção das autoridades a velocidade de propagação da doença: em três dias, 62 internações, com 20 casos

confirmados. Para cortar a força do mal, formou-se logo um estoque de 200 mil doses de soro reidratante. A torcida é para que não se cumpram as más profecias feitas há um ano.

Passeatas

Às vésperas do carnaval, duas passeatas procuraram exorcizar o demônio da violência no Rio de Janeiro. Ambas em Copacabana, seguindo o mesmo trajeto e numa mesma tarde. A manifestação promovida pelos hotelheiros era impulsionada pela queda de receita dos hotéis de turismo nos últimos cinco anos. A do PDT, que é governo na capital e no estado, procurava ampliar o protesto, buscando as raízes mais profundas da insegurança que ronda todos os grandes centros do país, no rastro da recessão e do desemprego.

As duas passeatas foram precedidas por discussões públicas, em que governo e empresários mostraram o conceito que fazem da situação social.

O presidente do Rio Convention Bureau, José Eduardo Guinle, ex-proprietário do Copacabana Palace e ainda ligado à área turística, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (25/02/92) disse que o objetivo do empresariado era provocar um momento de desabafo — “um momento de cidadania” —, com a participação de dois mil empregados do setor hoteleiro. “A imagem do Rio está deteriorada há pelo menos cinco anos”, disse Guinle, reconhecendo, implicitamente, o crescimento da violência durante os quatro anos do



governo Moreira Franco (PMDB). Citando cifras, Guinle apontou que, no final da primeira gestão de Brizola, o Rio de Janeiro estava recebendo, anualmente, dois milhões de turistas. Este número reduziu-se, após os quatro anos do governo seguinte, a 800 mil visitantes, uma queda de 60% do movimento, representando perda de muitas centenas de milhões de dólares.

A passeata do PDT — chamada de Movimento contra a Violência — procurou provocar o engajamento de todos os

setores numa postura de ação contra os desequilíbrios sociais e os equívocos políticos, formadores do eixo do processo que exclui a maioria da população do acesso aos direitos humanos básicos: comida, casa, trabalho, educação, cidadania. Além disso, criticava o posicionamento de setores da elite que contribuem, decisivamente, para o quadro de desequilíbrios e injustiças como a televisão, pródiga em filmes de violência e espetáculos contrários à boa formação moral da juventude.

José Louzeiro na Funarj



O secretário de Cultura, Edmundo Muniz (centro) dá posse a José Louzeiro (direita)

conseguiu não só a criação do Sindicato dos Escritores do Rio, como também o prédio onde funciona o sindicato.

Escritor, jornalista, roteirista, autor de muitos livros de sucesso e de novelas de televisão, José Louzeiro revelou que, embora seja um ficcionista, atuará como "um ficcionista da realidade" e anunciou que seu primeiro projeto será conseguir recursos junto a empresários e prefeitos.

De imediato, o novo vice-presidente convocou artistas e intelectuais para uma avaliação do setor. Entre seus objetivos está estudar a aplicação da Lei Rouanet de proteção à cultura, "que está aí e tem prazo certo para ser cumprida". O secretário de Cultura do Estado, Edmundo Muniz, e o presidente nacional do PDT, Neiva Moreira, presidiram a posse de Louzeiro, à qual estiveram presentes cineastas, jornalistas, escritores, livreiros e políticos.

José Louzeiro é o novo vice-presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (Funarj). O escritor assume a instituição num momento

de crise do setor cultural no estado. Por isto, ele "espera contar com a ajuda dos amigos, para tocar para frente projetos capazes de tornar a

Funarj um verdadeiro centro gerador de cultura do Rio". Louzeiro garantiu que ajuda nunca lhe faltou, pois foi através dos amigos que

Surpresas do Censo

Segundo os dados provisórios do IBGE, o fenômeno da urbanização não arrefeceu na década de 80: capitais e regiões metropolitanas continuaram a crescer mais do que o interior dos estados.

Entre as nove Regiões Metropolitanas, a de São Paulo tem o maior contingente populacional (15 milhões, 199 mil habitantes, ou 10,4% da população do país). Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estão 9 milhões e 600 mil habitantes (o maior índice de urbanização, com 76,3% da população total do estado); na de Belo Horizonte, 3 milhões, 461 mil; 3 milhões e 16 mil na de Porto Alegre; 2.859 mil na de Recife. Tudo, naturalmente, ainda de forma provisória.

As cidades com mais de um milhão de moradores são agora 12: São Paulo (9,4 milhões), Rio (5,3), Salvador (2,05), Belo Horizonte (2,04), Fortaleza (1,7), Brasília (1,5), Recife (1,29), Curitiba (1,29), Nova Iguaçu (1,28), Porto Alegre (1,26), Belém (1,24), Manaus (1,01). Logo alcançarão a marca as cidades de Goiânia (0,92), Campinas (0,84), Guarulhos (0,78) e São Gonçalo (0,74).

Xiitas examinam Teologia da Libertação

Dirigentes e teólogos xiitas estão procurando estabelecer canais de diálogo com os teólogos da libertação da América Latina, segundo informação da Agência Ecumênica de Notícias. Os xiitas são hegemônicos no aparelho de Estado do Irã e pretendem aprofundar o conhecimento sobre o significado da Teologia da Libertação para a prática social, política e cultural de todos os que crêem em Deus. Há dois anos, aiatolás do Irã vieram ao Rio de Janeiro e se reuniram com Frei Leonardo Boff, seu irmão Clodovis e outros teólogos. Durante o encontro, os iranianos propuseram a continuidade do diálogo em torno da visão das religiões cristã e muçulmana, tanto no aspecto doutrinário, quanto na dimensão sócio-político-cultural.

Teólogos que participaram do primeiro contato Islã/Teologia da Libertação disseram que os xiitas estão convencidos de que o diálogo abre uma série de perspectivas favoráveis à luta pelas mudanças sociais no Terceiro Mundo.



Militarização da luta antidrogas

O governo norte-americano demonstrou, mais uma vez, seu empenho em estender ao Brasil a experiência que conseguiu implantar em países vizinhos, como Bolívia e Peru: lançar as forças armadas no combate direto contra produtores e vendedores de drogas. A recente visita do secretário de Defesa norte-americano, Dick Cheney, figura que se tornou amplamente conhecida durante a guerra contra o Iraque, trouxe em destaque, na agenda, o convite para o envolvimento militar na tarefa policial de combater a produção, comercialização e consumo de entorpecentes.

Os ministros militares brasileiros rejeitaram a idéia de Dick Cheney, considerada exorbitante, uma vez que existem as polícias civil e federal para a tarefa. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Luís da Rocha Veneu, descartou até mesmo a entrada dos militares nessa função em áreas de fronteira. "Esse trabalho é da Polícia Federal, que vem se desincumbindo bem da missão", argumentou o ministro do Emfa.

Maior centro consumidor de drogas do mundo, os Estados Unidos preocupam-se cada vez mais em estrangular a produção e o refino da coca, um combate tanto mais difícil, quanto mais cidadãos norte-americanos se viciam e alargam o mercado do pó, continuamente.

A face pior da recessão

Os dados mais recentes da pesquisa de empregos e salários do IBGE, divulgados no final de fevereiro, revelam que recordes históricos de desemprego foram batidos no correr de 1991. A recessão provocou altas taxas de desocupação de mão-de-obra em todos os pontos do país, como São Paulo (4,98%), Salvador (5,23%), Recife (4,72%) e Rio de Janeiro (3,07%), entre outras cidades.

Recessão, com inflação na faixa dos 25%, não poderia produzir resultados diferentes. Esse enorme contingente de trabalhadores colocados para fora do mercado, porém, tem,



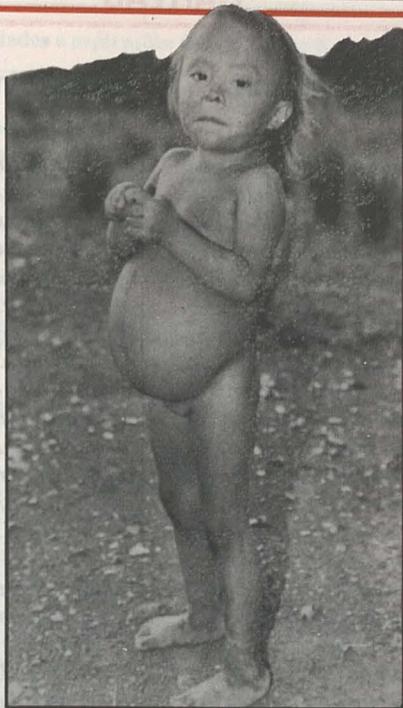
em grande parte, procurado alternativas, principalmente o micronegócio: viram camelôs, o símbolo mais vivo da década de 80 e que ameaça continuar em expansão nos grandes centros brasileiros.

O trabalho informal representa, assim, a saída para um enorme contingente de trabalhadores sem perspectivas de conseguir ocupação no mercado de trabalho. Em dezembro último, se-

gundo o IBGE, as pessoas que trabalhavam por conta própria e sem carteira assinada chegavam a 41,1% da mão-de-obra do país, contra 53,9% que tinham carteira assinada. Na comparação com dezembro de 90, os de carteira assinada reduziram-se em 1,09%, enquanto aumentaram os sem carteira (1,16%) e os empregados por conta própria (1,56%). O setor que mais demitiu foi

industrial, que reduziu sua presença, no comparativo dos dois meses, em 1,22%, baixando de 22,93% em dezembro de 1990, para 21,71%.

Sofrimento ianomâmi



Recuperada a paz na vastidão do território que lhes foi assegurado, os ianomâmis recomeçam a preocupar-se com a possibilidade de novas invasões por parte dos garimpeiros, principalmente daqueles que forem expulsos pela pressão da vigilância venezuelana.

O drama, porém, já está estabelecido: a malária vem matando com intensidade. Dos 7 mil índios ianomâmis de Roraima, por exemplo, cerca de 3,5 mil estão sofrendo de malária. No ano passado, morreram 145 índios, 87 dos quais pela doença. E o mais preocupante: contra aquelas 145 mortes, ocorreram apenas 58 nascimentos. A tribo está se reduzindo.

Droga da Aids

Os homossexuais estão sendo superados pelos viciados em drogas injetáveis como principal grupo de risco de contaminação de Aids. Estudo realizado em Brasília comprovou que, entre os aidéticos da cidade, 33% são homens e mulheres heterossexuais. Pegaram a doença em relações sexuais com parceiros do sexo oposto ou através da contaminação provocada pela reutilização de agulhas durante o consumo de drogas. As relações homossexuais estão provocando apenas 13,2% dos casos de contaminação.

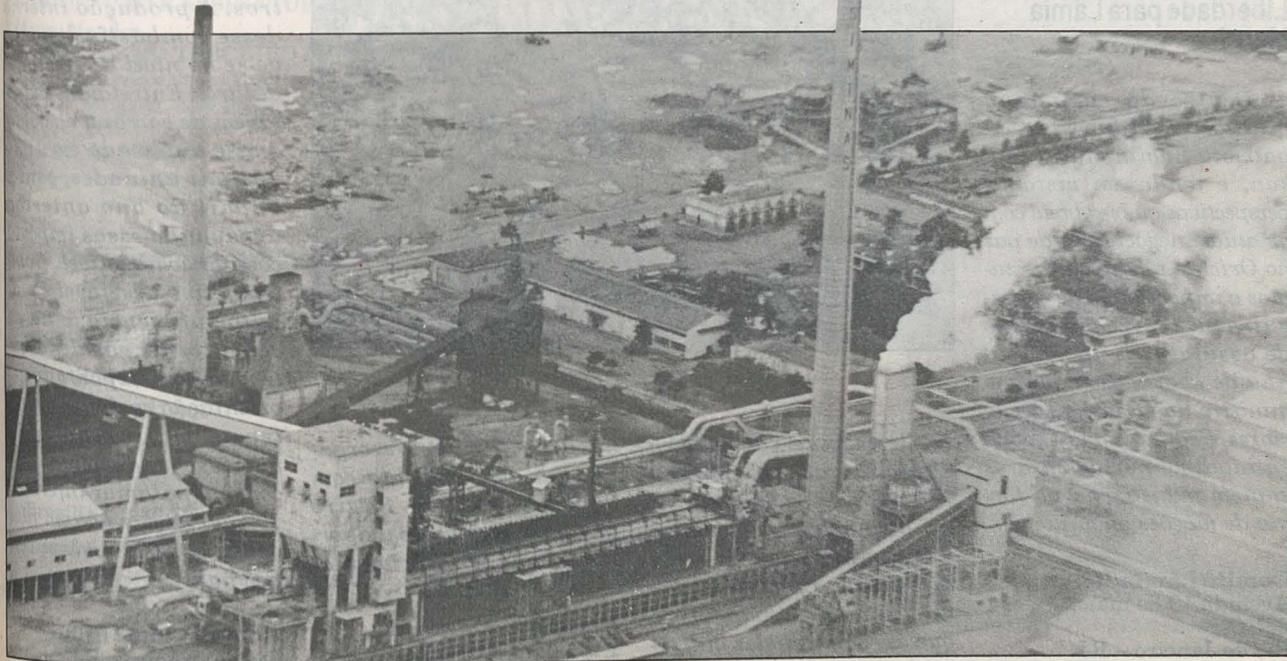
Fazendo cabeça

Depois de levas de bem engravatados apóstolos do neoliberalismo fazendo suas pregações em rádios, televisões e jornais, não poderia deixar de causar estranheza a presença de um líder sindical, em palanque, para falar a operários sobre as virtudes e vantagens financeiras imediatas do processo de privatização de uma siderúrgica estatal.

Foi o que aconteceu em meados de fevereiro, em Volta Redonda, quando, a chamado do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Roberto Procópio Lima Neto, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Luís Miranda, falou a centenas de operários, tecendo elogios à privatização. Segundo Miranda, só a venda libertará as estatais da "corrupção do governo". Além disso, as ações de siderúrgica privatizada sobem como balões — testemunhou o líder metalúrgico minei-

ro, referindo-se à recente experiência da Usiminas — permitindo que os operários as vendam e estoquem cruzeiros legítimos (até Cr\$ 5 milhões, tentou ele).

"A privatização só nos trouxe benefícios", afirmou, explicando que a eventual venda da CSN iria ser mais vantajosa ainda para os funcionários da empresa, porque a proposta destina 25% das ações para os empregados, bem mais que os 10% do caso da Usiminas.





Sobre Lâmia Maruf

Há algum tempo, **cader- nos do terceiro mundo** nº 143 publicou um texto traduzido pela brasileira Lâmia Maruf Hasan, presa há seis anos em Israel. Gostaria de ler uma reportagem sobre o caso dessa jovem, condenada — até onde pude saber — à prisão perpétua em um julgamento cheio de irregularidades. Lâmia sempre jurou inocência, e não existem provas de sua suposta participação no caso. O que tem feito o governo brasileiro para colocá-la em liberdade?

Orlando Oliveira
Rio de Janeiro

Liberdade para Lâmia Maruf

Dentro da campanha pela libertação de nossa compatriota Lâmia Maruf Hasan, e tendo em vista as perspectivas que se abrem com as atuais negociações de paz no Oriente Médio, enfatizamos a importância de conseguirmos enviar o máximo de assinaturas na campanha de abaixo-assinados ao ministro das Relações Exteriores. Pedimos também que entidades e parlamentares enviem mensagens em forma de moções ao ministro.

Comitê Lâmia/RJ
Avenida 13 de maio,
23/1608
Rio de Janeiro — RJ

Trabalhadores rurais

Nos últimos anos o Brasil inteiro tomou conhecimento das lutas dos trabalhadores do campo. Nos quatro cantos do país, milhares de trabalhadores ocupam terras, defendem posses, bloqueiam estradas, enfrentam pistoleiros e a polícia, pressionam bancos, acampam dentro de órgãos de governo para fazer suas reivindicações e chamar a atenção da sociedade brasileira para o drama dos homens e mulheres que produzem o alimento que consumimos. É hora de unificar essas lutas, para que elas possam trazer resultados concretos. Convocamos todos os trabalhadores rurais para participarem das nossas jornadas de luta de 1992: a primeira vai se dar de 27 de abril a 1º de maio; a segunda, uma caravana a Brasília, na última semana de maio; a terceira, de 20 a 25 de julho.

Fórum das Jornadas de Luta
Rua Santa Cruz, 281
São Paulo — SP

Federação interestadual

Temos a satisfação de comunicar que a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino realizou o seu I Congresso Estatutário, o I Confitee, elegendo a editoria que vai estar à frente da entidade nos próximos quatro anos. A federação é uma entidade sindical representativa dos professores e auxiliares em administração escolar nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal. Manifestamos nossa disposição de somar esforços com todos aqueles que queiram enfrentar corajosamente as dificuldades crescentes a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros.

Wellington Teixeira Gomes — Presidente
Belo Horizonte — MG

Novas realidades mundiais

Faz falta uma visão mais global do novo cenário internacional. O que acontece nesse momento com o movimento dos países não-alinhados? Teria sentido continuar falando em Terceiro Mundo? Gostaria de poder encontrar na revista artigos que respondam a este tipo de inquietude.

Maria del Carmen Estévez
La Plata — Argentina

Carros a álcool

Para complementar as necessidades da frota de carros a álcool o Brasil precisou importar, em 1991, 963 milhões de litros (metanol e etanol) — o equivalente a um mês de consumo — ao custo de US\$ 203 milhões. Acumulado ao gasto de 1990, a importação de álcool somou US\$ 470 milhões em dois anos, correspondendo a um volume de 2,1 bilhões de litros. A produção interna desse combustível manteve-se no nível de 12 bilhões de litros. Entretanto, a montagem de carros a álcool foi quase duplicada em 1991: 151 mil unidades, contra 82 mil do ano anterior, agravando essas importações do combustível. Como o objetivo desejável é o da auto-suficiência, e há excedentes de gasolina que têm de ser exportados, a orientação racional é manter-se contingenciada a montagem de veículos a álcool em patamar inferior a 10% do total, e não em nível acima de 30%, como se verifica hoje.

Roldão Simas Filho
Rio de Janeiro — RJ



500 anos

Gostei muito do número dedicado aos chamados 500 anos do "descobrimento" da América. Gostaria de acompanhar com mais informações a preparação das comemorações que as comunidades indíge-

nas do continente estão organizando para coincidir com as festas oficiais. Sugiro que a revista volte a abordar o tema sob este ângulo.

Fernando Martinez
Paysandú — Uruguai

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias

Fajardo e Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares, Valdenir

Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena

(editor), Carlos Gomes (capa e projeto

gráfico), Silvia H. Pompeu, Sylvio Paixão,

Felipe Ortiz. FOTOS: France Press, André

Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana

Iootty, Roberto de Oliveira, Alba Caldas,

Silvia Arruda e Betânia Gonçalves

BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa, Kátia Prado e Alvaro Revelo

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irake), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),



Capa: Carlos Gomes (Criação) e Keystone (Foto)

SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda.
Calçada do Combro 10/1º andar
Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

- ▲ Acre ☎ 542-2329
- ▲ Aracaju ☎ 211-1912
- ▲ Alagoas ☎ 521-4047
- ▲ Belo Horizonte ☎ 271-3861
- ▲ Montes Claros ☎ 221-1641
- ▲ Brasília ☎ 226-2202
- ▲ Ceará ☎ 245-1679
- ▲ Cuiabá ☎ 321-3529/316-8356/322-7442
- ▲ Curitiba ☎ 254-2384
- ▲ Florianópolis ☎ 44-7683
- ▲ Paraíba ☎ 322-7536
- ▲ Pernambuco ☎ 231-1485
- ▲ Porto Alegre ☎ 27-1025
- ▲ Rio de Janeiro ☎ 252-7440/252-1742
- ▲ São Paulo ☎ 36-7094
- ▲ Vitória ☎ 229-9247

INTERCÂMBIO

- Ana Clara de Assis
Rua Brás Cubas, 60 - V. Santana
18090 Sorocaba - SP
- José Iran Alencar
Rua do Catete, 66/907
22220 Rio de Janeiro - RJ
- Eloneide Piloneto
Lageado Bonito Itapejara
85580 D'Oeste - PR
- Décio Luis Fischer
Rua Epitácio Pessoa, 568
Centro
93700 Campo Bom - RS
- Adauto Vieira Teixeira
Rua Antônio Silva Campos, nº 013
28380 Natividade - RJ
- Jobson Ferreira Barbosa
Rua Irmãos Caetano nº 2
São Gonçalo do Retiro/ Cabula
41100 Salvador - BA
- Geraldo Sola Junior
Caixa Postal 346
07111 Guarulhos - SP
- Sósto Ulisses Tenório
Rua João Dias Vergara, 35-A
Jardim Olinda
05765 São Paulo - SP
- Carlos Avalone Wolff
Av. Brasil, nº 1312
93700 Campo Bom - RS
- Benedito Almir Faria
Caixa Postal 196
09701 São Bernardo do Campo - SP
- Wagner Lopes Pereira
Rua Baby Faro nº 2
Bairro General
26150 Belford Roxo - RJ
- Elias de Oliveira Filho
Rua Beira Serra, 295
25250 Xerem - RJ
- Maria Bernadete de Almeida
Rua Padre Faustino 345 - Nova Vista
31080 Belo Horizonte - MG
- Milena Monteiro
Rua Costa Gomes, 71 - Jardim Marconal
75900 Rio Verde - GO
- Carla R. S. Campos
Av. Mato Grosso, 96
78000 Cuiabá - MT
- José Arimá Rocha Brito
Rua Padre Guerra, 1161 - Parquelândia
60455 Fortaleza - CE
- Euclide José Carlos
Caixa Postal 3677 F.A.T.
Luanda R.P.A.
- Gilmara Silva
Av. Nereu Ramos, 515
Caixa Postal 25
88380 Piçarras - Santa Catarina
- Omar Corcho Abreus
Apartado Postal # 3
Cumanayagua C.P. 57600
Cienfuegos - Cuba
- José Wanderley Borges
Rua Glaziou, 83 - ap.302
20750 Pilares - RJ

Classe média redescobre a escola pública

Crise econômica ajuda a perceber melhoria nas redes oficiais. Transferência de estudantes para a rede pública cresce em 37%



Crianças de classe média têm a oportunidade de conviver com as de outros segmentos sociais na escola pública

Jorge Serrão

A escola pública no Rio de Janeiro melhorou. Tanto que o principal segmento formador de opinião aprovou, com um crédito de confiança, o ensino do sistema oficial. Superando o preconceito e o negativismo renitentes, num momento em que sofre o assédio da recessão econômica, a chamada classe média não hesitou em matricular seus filhos nas escolas mantidas pela administração pública. O poder reivindicatório destes novos usuários da edu-

cação financiada pelo contribuinte pode influir, decisivamente, para que a escola pública resgate a qualidade que tinha no passado.

A Prefeitura do Rio constatou a volta da classe média ao ensino público na primeira fase da matrícula para as 997 escolas municipais de primeiro grau. Houve um aumento de 37% na transferência de estudantes da rede particular para a oficial, em relação ao ano anterior.

Em 1991, vieram das escolas privadas para as municipais 9.191 alunos.

Este ano, o número de transferidos chegou a 14.478 no final de janeiro, quando o total geral de crianças matriculadas na etapa inicial atingiu 75.213. Ao contrário do que se imagina empiricamente, a migração para o ensino público não aconteceu na Zona Sul da cidade. A Tijuca e o Méier (Zona Norte) lideraram a corrida para as instituições oficiais de ensino. Na segunda fase de matrículas em fevereiro, mais 12 mil crianças migraram para a rede pública, totalizando pouco mais de 26 mil transferências de alunos de escolas particulares.

Nova imagem – A secretária municipal de Educação, Mariléa da Cruz, atribui o aumento da procura não só à crise econômica. “Se o problema fosse apenas de economia, os pais tirariam os filhos de uma escola mais cara para uma escola mais barata. Na verdade, para nossa satisfação, a escola pública municipal melhorou de qualidade na gestão do prefeito Marcello Alencar”, argumenta Mariléa da Cruz, uma professora que tem a responsabilidade de gerenciar a maior rede pública de ensino de primeiro grau da América Latina, com quase mil escolas, mais de 600 mil alunos e 53 mil profissionais de educação.

Mariléa da Cruz enumera diversos fatores para que a escola pública melhorasse no conceito da população, atraindo os segmentos sociais mais exigentes. “Desde que o prefeito Marcello Alencar assumiu, em 1989, melhoramos as condições físicas da rede, promovendo a reforma geral de 185 escolas e ampliando 176 salas de aulas novas”, disse a secretária, acrescentando: “Este ano haverá mais 249 obras de reforma, ampliação e construção. Apostamos na capacitação dos profissionais de educação. Só no ano passado treinamos mais de 15 mil servidores e acabamos com a falta de material nas escolas. Além disso, o Rio é hoje o município que mais investe em educação. Para 1992, destinamos Cr\$ 644,9 bilhões para o setor, que representa 39,6% do orçamento geral da Prefeitura. A população percebe a seriedade deste trabalho e deste investimento”, avalia a secretária.

Adaptação sem choques – Mariléa acredita que a criança da classe média, vinda da escola particular para a pública, vai sentir a diferença que qualquer criança sente ao mudar de escola. A secretária estima que a mudança não será traumática, mas benéfica para a formação do estudante. “Tudo vai depender de que a escola, que ele venha a frequentar, seja ou não composta por um grupo de alunos que vivam em ambiente totalmente diferente do da criança da classe média. Mas, mesmo se houver uma diferença, ela será produtiva, à medida que a criança conviva com outras realidades e tenha uma visão mais ampla de como funciona a sociedade, o que vai lhe proporcionar melhor formação como cidadão”, afirmou.

A secretária municipal de Educação espera que a classe média, por ter acesso a um maior número de informações, já tenha formado uma consciência do que significa valorizar um bem público. Mariléa deseja que os novos usuários da escola pública percebam o direito e o dever que o contribuinte tem de exigir, mas também de ser cobrado como cidadão. “Se a classe média pode vir a pres-



Mariléa da Cruz diz que a educação melhorou na gestão do prefeito Marcello Alencar

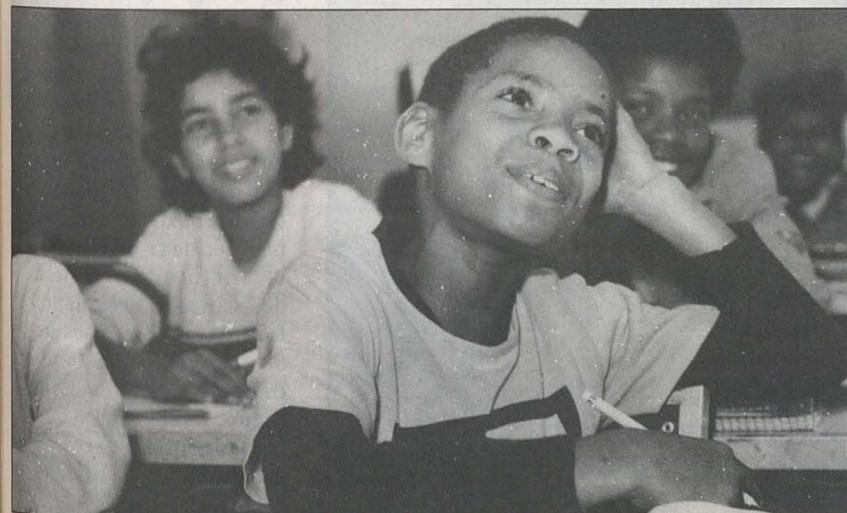
sionar ainda mais o poder público para garantir a qualidade do serviço, ela terá mais condições de entender o seu dever, no que se refere à preservação, conservação e manutenção do patrimônio público.”

Recuperação – Antes de ser cobrada com mais intensidade pela classe média, a escola pública já dá sinais de franca recuperação. Nas escolas municipais do Rio, os índices de aprovação subiram mais de 10% em 1991, numa comparação com 1990.

As escolas de horário parcial tiveram uma média de 70% de aprovação. E nas 106 unidades de horário integral (que seguem o modelo do Programa Especial de Educação – Cieps), o percentual médio de aprovados chegou a 90%.

Outro exemplo de reação da escola pública foi o desempenho de seus estudantes no último vestibular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, um exame considerado por pedagogos como de alta qualidade na verificação do saber. Em uma lista de escolas, o primeiro lugar do concurso ficou com o Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, que teve uma performance de 76,54% na aprovação de alunos.

Tais números confirmam que, se for exigida e incentivada, a escola pública consegue cumprir seu papel social. ■



As crianças de escola pública estão melhorando seu desempenho. Um aluno do Colégio de Aplicação da UERJ ficou em primeiro lugar no vestibular da UFRJ

São Paulo vive o mesmo fenômeno

As estatísticas deste ano indicam que a classe média paulista decidiu apostar no ensino público. Atrás dos mais de 110 mil estudantes que se transferiram da rede particular para a oficial, existe a determinação de conjugar a rendição à pressão financeira a uma atitude participativa, para que seus filhos não sejam prejudicados no padrão de ensino. Os pais prometem cobrar qualidade da escola pública.

As autoridades educacionais da capital e do estado consideram positivo o quadro formado pelo desembarque maciço de alunos da classe média paulista nas redes oficiais de Primeiro e Segundo Graus. Consideram, a exemplo da secretária carioca, que a maior articulação dos pais de classe média e o interesse deles em preservar as chances de ascensão dos filhos vão funcionar como fatores de pressão sobre a qualidade do ensino.

A crise econômica e uma política de absoluta desinibição da rede particular de ensino, que jogou as mensalidades para as nuvens,

praticamente forçando a saída de alunos oriundos de famílias responsáveis por mais de um estudante, obrigaram a classe média a encarar uma realidade que procurava ignorar: a de que administrações progressistas no país têm dispensado atenção especial à Educação. Vive-se uma fase de revigoramento do ensino público e gratuito, como consequência da visão política dos grupos mais avançados, que entendem que a nação só terá futuro com um povo escorado em sólida formação escolar de massa.

O custo do material de um aluno do primário de escola particular beirou, neste início do ano, os Cr\$ 200 mil. Para uma família com dois ou três filhos, o custo tornou-se insuportável, principalmente porque foi preciso fazer o desembolso de matrículas. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, o ano começou com mensalidades variando de Cr\$ 150 mil a até mais de Cr\$ 300 mil nos estabelecimentos particulares considerados de boa qualidade. Para famílias com orçamentos em queda e em geral com mais de um filho na

escola, o custo mensal da educação pode chegar até mesmo ao redor de Cr\$ 1 milhão, com reajustes mensais e outros detalhes onerosos. Preços que a classe média considerou demasiados para o nível de qualidade apresentado.

A saída foi voltar-se para o ensino público e gratuito, sustentado, aliás, pelo contribuinte, papel que a classe média exerce com certo destaque.

O salto de consciência está sendo assumido com um assomo de interesse especial pela qualidade do ensino. Também em São Paulo, a classe média promete ser uma alavanca do ensino público.

O ministro da educação, José Goldemberg, está atento ao fenômeno e revelou, em conferência no Rio, que considera que a procura da classe média pela escola pública resultará em vantagens mútuas.

O ministro assumiu o compromisso de entregar 500 Centros Integrados de Atendimento à Criança - Ciacs, até o fim do ano, mantendo o cronograma inicial de sedimentar em 1992 este programa

de estímulo à escola de tempo integral combinada com serviços assistenciais à comunidade. Goldemberg destacou que o projeto merece o apoio de todas as camadas, pois visa a dar atendimento aos setores mais populares e àqueles de classe média que hoje se encontram em dificuldades para educar os filhos.

Incluindo o projeto dos Ciacs, o orçamento federal prevê a aplicação do equivalente a 16 bilhões de dólares em Educação, neste ano, o que corresponde à cerca de 4% do Produto Interno Bruto - PIB.



O ministro da Educação, José Goldemberg, prometeu entregar 500 Ciacs até o fim do ano

Acordo traz breve desafogo

Reescalonamento da dívida, obtido pelo governo brasileiro junto ao Clube de Paris, estica prazos de pagamento

Álvaro Queiroz



O ministro Marcílio Marques com John Major: o difícil fechamento do acordo

Dos 21 bilhões de dólares de sua dívida com o Clube de Paris, o Brasil conseguiu o reescalonamento de pouco menos da metade – 11 bilhões de dólares – num prazo de 14 anos. Os credores impuseram a reformulação da proposta brasileira, forçando o país a desembolsar 4,1 bilhões do serviço da dívida até dezembro do próximo ano. A delegação brasileira havia proposto o reescalonamento de 14 bilhões, sem desembolsos imediatos, e o prazo de 18 a 20 anos para o pagamento da dívida, afinal reduzido para 14 anos, com três de carência.

Imaginando riquezas – Os representantes dos países credores não quiseram levar em conta a garantia dos nossos negociadores no sentido de que as reservas do Brasil seriam hoje de 8,5 bilhões de dólares. Para o Clube de Paris, que reúne dez governos europeus, além do Japão, Estados Unidos e Canadá, o Brasil é hoje o rico proprietário de uma reserva de 11 bilhões de dólares. Entenderam assim que, com aquele volume de reservas, o país poderia fazer um esforço a mais para compensar a suspensão do pagamento da dívida em 1991, e assumir pelo menos 30% dos débitos, a exemplo do que fizera com os bancos credores.

Ao terminar o prazo de carência, em junho de 1995, o país começará a pagar o restante em amortizações crescentes, até dezembro do ano 2006. Das negociações participaram, além de Japão, Estados Unidos e Canadá, os seguintes países europeus: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, comemorou o fechamento do acordo, afirmando que o Brasil se livrou de grandes pagamentos aos países ricos, nos próximos dois anos. Marcílio manifestou a esperança de que a gradativa normalização das relações com os credores externos abra as portas do país para novos investimentos e financiamentos estrangeiros. Citou, como exemplos, o aceno do Eximbank com a possibilidade de novos recursos, o

andamento das negociações com o Japão, para financiamentos que totalizam 1,7 bilhão de dólares, alguns projetos já aprovados e outros, cujas negociações se encontram bastante adiantadas.

A preocupação do ministro passou a se concentrar nos entendimentos em torno da dívida de 42 bilhões de dólares com os bancos privados estrangeiros e na normalização de toda a situação do país com a área internacional, até julho próximo.

Brasil estranha mercados protegidos

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, está cobrando coerência dos países industrializados: quer ver o chamado livre mercado na prática. Em Bruxelas, onde fica a sede da Comunidade Européia (CE), o ministro reclamou dos subsídios que os países ricos dão às respectivas agriculturas, motivo que os leva a entrar na Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (Gatt), que melhoraria substancialmente o acesso dos países pobres ao mercado internacional. "Queremos comércio e não ajuda", afirmou Cabrera, na linha neoliberal que aqueles países pregam muito, mas executam com diferente fervor.

A Rodada Uruguaí do Gatt abriga negociações que já duram seis anos, e seu objetivo seria alcançar o maior

acordo de livre comércio da história. Mas as negociações não avançam devido à oposição dos países desenvolvidos, entre os quais os europeus. Eles não admitem reduzir os subsídios que concedem tanto à produção agrícola, quanto às exportações. Essas ajudas extras e incentivos permitem que tais produtos se tornem competitivos a nível mundial, apesar dos custos muito mais elevados de sua produção. Significam, assim, uma forma de concorrência desleal, bloqueando o acesso ao mercado internacional dos produtos mais baratos do Terceiro Mundo. Cabrera assinalou que o Brasil produz trigo a 150 dólares por tonelada, em comparação com os 230 dólares nos 12 países da Comunidade. Mas os subsídios dos europeus impedem que o país tire qualquer vantagem disso.

Meninos de rua

*Grupos de extermínio querem acabar com eles.
Setores da sociedade civil tentam ajudá-los.
No meio do fogo cruzado, crianças carentes
correm todos os riscos*



FOTO: RENZO GOSTOLI

Patricia Terra

Em 1991, 306 crianças e adolescentes foram assassinadas e outras 136 foram vítimas de tentativa de homicídio no Grande Rio, segundo relatório da Divisão de Informações da Secretaria Estadual de Polícia Civil. Para o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, no entanto, o número de assassinatos foi de 442 e, de acordo com estimativas do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, atingiu 470 casos no mesmo período.

Divergências entre dados oficiais e levantamentos feitos por organizações não-governamentais persistem quando se trata de analisar a questão do extermínio de menores em âmbito nacional. Só que, neste campo mais abrangente, a discordância se inverte. Segundo a Polícia Federal, uma média de cinco crianças e adolescentes foram assassinadas por dia, ano passado, nas principais capitais brasileiras, enquanto que, para o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, que captou informações na imprensa e no Instituto Médico Legal, esta média foi de três por dia.

Percentualmente à densidade demográfica, os estados campeões em extermínio infantil e juvenil são Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Bahia, Espírito Santo e Sergipe, nesta ordem.

Na verdade, setores do governo e da sociedade civil divergem na contagem dos corpos, mas todos parecem querer encontrar soluções para o problema do menor brasileiro, que não é

Numa passeata no centro do Rio, a imagem simbólica do menino crucificado

INFÂNCIA

vacinado contra os efeitos da miséria social: uma verdadeira praga que se alastra com força centrípeta, desviando cidadãos de seus destinos, fazendo da morte uma ameaça cada vez mais cotidiana. Só em Pernambuco, há cerca de 30 mil crianças e adolescentes vivendo nas ruas, em total ausência de condições básicas. No Rio, a Polícia Militar calcula que 500 menores vivam sem teto, apenas no bairro da Tijuca, na Zona Sul e no Centro da capital — para a PM, a metade destes meninos comete infrações.

Todos se preocupam em resolver o problema, mas cada um adota um método. Há os exterminadores, que procuram acabar com a violência gerada por menores infratores, que assaltam ou participam de tráfico de drogas, simplesmente fazendo com que eles desapareçam do mapa. Já os deputados federais e estaduais se reúnem em comissões parlamentares de inquérito com o objetivo de denunciar os autores dos assassinatos ao Poder Judiciário. As CPIs levantam nomes de policiais, promotores e oficiais de justiça, advogados, juízes e comerciantes como responsáveis diretos ou indiretos pelo extermínio. Nesta guerra, quem é eleito pelo povo quase nunca leva vantagem sobre os chamados "justiceiros" que, mesmo denunciados, na maioria das vezes continuam impunes.

O relatório da CPI federal que investigou o extermínio em todo o país foi divulgado no final de fevereiro deste ano. O relatório pede ao Ministério Público o indiciamento de 110 pessoas no Rio e de 18 pessoas em São Paulo, sob acusação de assassinato de menores. A CPI revela que, entre 1988 e 1990, foram assassinadas em todo o país 4.611 crianças e adolescentes, dos quais 82% são negros. O relatório solicita ainda ao Ministério Público o indiciamento do presidente do Clube de Diretores Lojistas, Sylvio Cunha, e o fechamento de empresas de segurança irregulares. Além disto, os parlamentares pedem que sejam investigadas denúncias de trabalho escravo de crianças e adolescentes em Pernambuco e no Pará. O documento, que ainda será submetido ao plenário da Câmara, conta com oito projetos de lei. Eles propõem mudanças nas legislações trabalhista e penal, bem como o remanejamento de verbas federais para que estados e municípios se equipem para combater as

violências contra menores de idade.

O governo federal, sensibilizado com o aumento da divulgação no exterior dos altos índices de assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil, vem procurando alternativas às formas atuais de se lidar com o menor carente. Em abril do ano passado, foi lançado o Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente, durante reunião realizada no

seis maiores capitais brasileiras, nos últimos anos. O processo de elucidação destes casos, com a punição dos culpados, está longe de amadurecer. Um exemplo é o assassinato de onze menores em uma favela do Rio, que ficou conhecido como a Chacina de Acari. A polícia diz ter descoberto os matadores, mas como os corpos não apareceram, eles não poderão responder pelas mortes. Em Manaus, o assassinato de



FOTO: CLAUDIO EDINGER

Os meninos de rua improvisam suas trincheiras em qualquer canto

Conselho Federal de Segurança Pública. O plano foi elaborado pelos Ministérios da Saúde, da Criança, da Justiça e das Relações Exteriores, em conjunto com organizações não-governamentais, entre elas, o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a CNBB, a OAB e o Unicef. Pelo plano, estão sendo criados conselhos estaduais e municipais de defesa do menor, que são órgãos deliberativos e têm poder de determinar atitudes ao Executivo. Todo este esquema nacional para fazer cumprir as leis que protegem o menor, por enquanto, parece estar ainda engatinhando.

O plano visava também a esclarecer pelo menos oito casos exemplares de extermínio de menores, selecionados entre os muitos que ocorreram nas

meninos por um delegado que objetivava vingar um amigo cuja casa havia sido assaltada também continua impune. O delegado foi afastado temporariamente de suas funções, mas já retomou as atividades policiais.

Prender os integrantes dos grupos de extermínio realmente tem demonstrado não ser tarefa fácil. Só no Rio, para se ter uma idéia, dados oficiais revelam a existência de pelo menos cem grupos de matadores profissionais. A CPI fluminense fez um relatório com cinco mil páginas, mas não conseguiu reunir provas concretas contra os pistoleiros, principalmente por falta de testemunhas que concordassem depor. Para o Procurador Geral de Justiça do Estado, Antônio Carlos Biscaia, abrir inquérito policial para apurar os crimes nestas condições é dar murro em ponta de faca. "Além da falta de testemunhas e de provas, o relatório aponta

a participação de policiais ou de ex-policiais em todos os grupos de extermínio do Rio", lamenta o procurador.

Mas a instituição policial está reagindo contra esta má fama. Desde dezembro, 80 policiais militares, preparados para lidar com menores, orientam os meninos de rua que perambulam pela Cinelândia a não cometer infrações e nem usar drogas. Diariamente, a polícia serve 50 quentinhas aos menores, que já demonstram sensíveis mudanças no comportamento. Pelo programa "Crianças e adolescentes em situação de risco social", a aproximação da polícia se dá também através de visitas dos menores a quartéis de treinamento militar.

Outra instituição que tem procurado gerar um melhor relacionamento com o menor é o Poder Judiciário. O juiz de menores Siro Darlan é responsável por um programa que vem levando personalidades a conversar com os meninos internos no Instituto Padre Severino, que pertence ao CBIA e fica na Ilha do Governador. O instituto abriga 140 menores infratores que já assistiram a palestras do sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, do jogador de futebol Júnior e do carnavalesco Joãozinho Trinta.

Oitenta por cento dos internos no Padre Severino cometeram pequenos delitos, mas convivem com responsáveis por infrações mais graves. Depois de uma triagem que é feita no instituto, os meninos que não puderem ser encaminhados às suas famílias devem ser remanejados para os Centros de Recepção Integrada de Assistência ao Menor (Criams) do CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência), que trabalham conveniados com as prefeituras.

Os Criams são braços do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor, o Cerim, que fica no Maracanã. Mas todo este sistema não está operando como deveria por uma simples razão: falta de vontade política. O Cerim, que reúne treze prédios construídos há dois anos com recursos da ordem de um trilhão de cruzeiros, ainda não está funcionando. Se estivesse, era para lá que os menores recolhidos na rua seriam encaminhados para triagem, antes de serem transferidos.

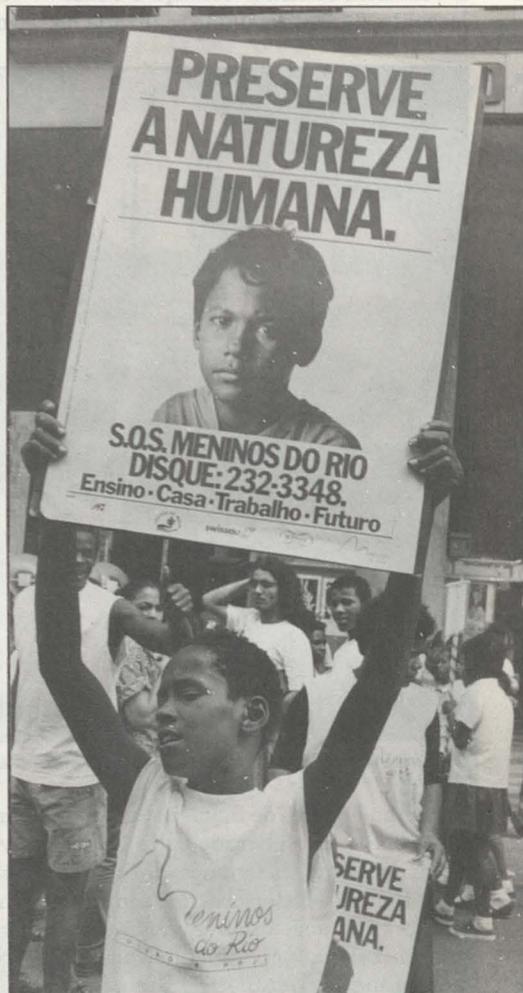
"Para que o Cerim seja inaugurado, é necessário que haja uma estrutura da retaguarda. Precisamos de mais estrutura física e de mais pessoal especializado para a triagem. Aprimorar a relação com os menores depende de aspectos subjetivos também, tais como linhas pedagógicas e psicológicas definidas", afirma Volmer do Nasci-

Martinho, vinculada à igreja católica, atende a 300 menores por dia, o que é o dobro de sua capacidade. A superlotação vai de encontro às propostas pedagógicas dos educadores, a maioria voluntários, que dão almoço aos meninos de rua, mas gostariam de fazer um atendimento mais personalizado.

A Cruzada do Menor é a organização não-governamental que mais vem se aproximando deste objetivo. Através do projeto Meninos Zona Sul, há mais de dois anos, a Cruzada aborda menores de rua nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon. Esta abordagem é feita com o patrocínio da Associação dos Hotéis de Turismo do Rio, que fornece recursos para a distribuição de 90 quentinhas diárias, pagamento de educadores e despesas com encaminhamento de menores.

O mesmo projeto ganha o nome de Meninos do Rio no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes em uma casa, inaugurada em dezembro, em Ipanema. A chamada Casa e Companhia funciona graças ao apoio financeiro dado pelo departamento social da rede de lojas C & A. Com o slogan "O futuro é hoje", a casa tem como moradores fixos 25 meninos que viviam nas ruas e atende diariamente a outras 75 crianças. Oito educadores, entre pedagogos, psicólogos, historiadores e técnicos agrícolas, promovem, na casa, atividades como teatro, dança, capoeira, percussão e artes plásticas. Mas lá, a educação não é feita só através da arte. Todos têm que fazer suas camas, lavar e passar suas roupas, colaborar na cozinha e revezar na faxina da casa. O menorzinho que é

atendido pelo projeto tem três anos de idade, mas a faixa etária mais representativa entre os meninos é a que vai dos 15 aos 17 anos. É a fase mais complicada e os adolescentes procuram ajuda nos educadores para a obtenção de documentos e matrículas em escolas. Ano passado, a Cruzada do Menor se associou ao Museu da Chácara do Céu e ofereceu aos meninos um curso profissionalizante de jardinagem. Alguns meninos já estão trabalhando no



Várias instituições trabalham hoje no sentido de ajudar crianças de rua

mento, coordenador regional do MNMMR. Para ele, caso abra-se as portas agora, o Cerim funcionaria como a ex-Funabem: seria um depósito de crianças e adolescentes, condenados a permanecer anos na triagem.

Enquanto as estruturas oficiais se adaptam às demandas do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a municipalização do atendimento ao menor, a sociedade civil se movimenta como pode para tirar os meninos das ruas. No Rio, a Fundação São

Retratos de um certo Brasil

Eis algumas histórias de alguns moradores e frequentadores da Casa e Companhia.

Barriga – Tem 17 anos e fugiu da casa onde vivia com sua mãe, na Favela do Jacarezinho, quando tinha 5 anos. De vez em quando, voltava, mas a liberdade na rua fascinava o menino. Aos 8 anos, começou a roubar e, a partir dos 14, sumiu de casa para não mais

aparecer. “A maioria da minha vida foi dentro do crime. Comecei trabalhando com o pessoal do tráfico. Eu era segurança do dono da favela: primeiro, foi o Naldo, que morreu, e veio o Parazinho. Eu ficava o tempo todo armado com metralhadora Uru, pistola 765, revólver 38. Era do Comando Vermelho”, confessa. Barriga só deixou a favela porque, em uma troca de tiros, matou um policial. Os colegas do policial juraram Barriga de morte e ele teve que mudar de território. Escolheu Ipanema, onde passou a fazer parte de uma quadrilha que assaltava lojas de madrugada e promovia arrastões nas portas das agências bancárias de dia. Depois que conheceu os educadores do programa, no entanto, todo este comportamento condenável de Barriga começou a mudar. Hoje, ele é morador da Casa e Companhia, fez o curso de jardinagem na Chácara do Céu e já trabalha em manutenção de jardins. “Nego diz que é malandro, mas sabe que a vida do crime não é brinca-



Menores encenam a peça Direito sem direito sobre a ação dos exterminadores

FOTO: YUUGI MAKUUCHI

deira: entrou, tem que assumir o que faz. Não quero seguir nesta vida de novo não. O dono do Jacarezinho já me chamou para voltar, porque agora a situação limpou, e aqui mesmo no Cantagalo, vizinho à casa, teria contexto para mim. Mas o que eu quero mesmo é esquecer tudo isto. Quero recomeçar agora”. Barriga sonha em fazer um curso de mecânica e ganhar dinheiro para alugar uma casa. “Eu vou me levantando aos poucos”, espera.

Baiano – Tem 16 anos, mora na Casa e Companhia. A família dele vive em Salvador, de onde fugiu porque não se entendia com o padastro que é alcoólatra. Aos 14 anos, Baiano se meteu entre a carroceria e o eixo de um caminhão, escondido do motorista, e chegou a Vitória. Lá, conheceu outros meninos que viviam nas ruas e começou a roubar para comer. Um dia, curiosos em conhecer o Rio, Baiano e cerca de 30 capixabas pegaram uma carona e desembarcaram na Cidade Maravilhosa.

“No Rio, eu quase não roubei. A polícia daqui, se pegar, quebra. A sorte foi que eu conheci logo de cara o pessoal do projeto. Passei a estudar na escola Tia Ciata, onde comia todo dia e não precisava roubar. Esta vida do crime é muito ruim. É só matando e morrendo. Não quero precisar mais correr da polícia. Estou estudando e posso até vir a ser jardineiro ou garçon”, diz o pequeno migrante.

Meiene – Está na rua desde os 10 anos de idade. Hoje, tem 15 e visita a casa de vez em quando. Ela morava com a família, no Morro do Andaraí, até que um de seus irmãos, envolvido com o tráfico de drogas, se indispôs na favela. “Ele deu volta nos donos do morro e aí eles expulsaram a família toda. A gente chegou a ir para a Favela da Divinéia, mas veio uma enchente e derrubou os baracos da gente”. Agora, Meiene vive pelas ruas do Grajaú e de Copacabana. Ela tem uma filha de dois meses e já espera outro

bebê. “Quero tirar o bebê. Se deixar, vou ter que dar para alguém criar. Eu tenho pena, mas se não tiver jeito...”, lamenta ela, que conhece bem os perigos da rua. “Tenho medo de roubar, porque não sei fazer isto, tenho medo do juizado de menores, tenho medo de tudo”.

Andréa – Vive nas ruas desde bem pequena. A mãe levava todos os cinco filhos para vender balas e limões nos sinais de trânsito da Zona Sul. A família tinha casa na Favela da Rocinha, mas Andréa às vezes preferia dormir na rua. “Eu me entregava para a polícia me levar para o juizado. Só assim, eu fui para a escola e aprendi a ler e a escrever. Mas não adiantava muito eu me entregar, porque logo a minha mãe me tirava da escola para botar no sinal”, conta. Hoje, Andréa tem 17 anos e duas filhas para criar. Ela diz que não pensa como a mãe, não quer botar as meninas na rua para pedir dinheiro. “Eu sou nova e posso trabalhar. Queria fazer um serviço que nem o pessoal do projeto faz. Sonho em ser educadora para ajudar meninos de rua. Enquanto isto não for possível, quero trabalhar em qualquer coisa para bancar minhas filhas e guardar um dinheiro para botar na poupança e comprar uma casa. “Só quero ter consciência de que tenho alguma coisa minha”, diz Andréa, que garante nunca ter roubado para sobreviver na rua.

A exploração pelos maiores



FOTO: CLAUDIO EDINGER

Na escola da vida, eles conhecem cedo a violência e a ternura

As histórias dos menores comprovam a tese de que a maioria dos menores que comete infrações nas ruas são usados por maiores de idade. Alarmado com resultados de investigações da polícia, o secretário de Justiça e Polícia Civil do Rio, Nilo Batista, determinou a criação do Setor de Investigações de Delinquência de Aproveitamento do Menor. A exploração de menores por receptadores, policiais e até mesmo por instituições sociais estão na alça de mira do secretário. O setor recém-criado é ligado à Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil. A divisão, entretanto, engrossa a lista de mecanismos existentes para combater a violência contra o menor que não estão bem aparelhados para tanto. "O setor não tem nem máquina de escrever boa, mas, por ironia, no CBIA de Quintino estão estocados computadores e outros materiais, avaliados em US\$ 520 mil, para equipar o Cerim", lamenta o delegado responsável, Renê Xavier Barreto.

A verdade é que os maiores de idade têm larga participação na formação do comportamento social dos menores. Só para se ter uma idéia, em uma das unidades sigilosas da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, estão escondidas quinze crianças que correm

risco de vida. Elas não estão ameaçadas por grupos de extermínio, como se poderia imaginar. Mas se escondem de seus próprios pais e parentes, responsáveis por 2/3 dos mais de seis mil casos de violência contra crianças, registrados nos últimos quatro anos na capital paulista.

Em São Paulo e em outras capitais brasileiras, já funcionam, há alguns anos, serviços telefônicos que recebem denúncias de maus tratos a crianças. No Rio, o SOS Criança, promovido pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, é coordenado pelo pediatra Lauro Monteiro Filho, que também é chefe médico da especialidade no Hospital Souza Aguiar. O serviço apura cerca de 150 denúncias por mês.

No Souza Aguiar, dr. Lauro traçou um perfil dos meninos de rua que lá chegavam para ser atendidos. Violência sexual e maus tratos diversos pela polícia e pelos próprios colegas eram as principais causas dos ferimentos. Dos 80 casos analisados bem de perto pelo médico, nenhum menino deixou de atribuir o fato de estar na rua a ter sido maltratado pelos pais. Assim, dr. Lauro chegou à conclusão de que o menino de rua é o herói que escapou ao extermínio em casa. "O extermínio está muito falado, mas as pessoas se esque-

cem de que a miséria mata, por ano, 300 mil crianças de menos de 5 anos de idade, no Brasil. E o pior: 80% delas morrem por causas evitáveis, como inanição e doenças curáveis", argumenta o pediatra, lembrando ainda que a distribuição de renda no Brasil é a terceira pior do mundo.

Como a miséria leva ao desespero, maus tratos e falta de condições de sustento estão intimamente ligados e, por isto, dr. Lauro Monteiro Filho decidiu centralizar seus trabalhos na prevenção da violência. Segundo ele, o mundo inteiro vem atuando assim. "Na França, um serviço semelhante ao SOS Criança recebe 80 telefonemas por dia. Na Europa e nos Estados Unidos, há casos de maus tratos requintados, como colocar a criança no forno de microondas ou castigar o menino que faz xixi na cama com água fervendo", revela. "Nos EUA, há 300 mil casos por ano de abuso sexual contra crianças, 4 mil casos anuais de relação incestuosa entre pai e filha e 2 milhões de casos de crianças maltratadas por ano. Hoje, 1% da população infantil do mundo está sendo maltratada. Só no Rio, 50 mil crianças sofrem maus-tratos por ano", informa o doutor.

Como se vê, o problema é mundial e não se restringe só à miséria material. Já estamos no Oitavo Congresso Internacional de Prevenção ao Abuso e Maus-Tratos contra a Criança. O último foi há dois anos, no Rio, e o deste ano será em Washington. Mas o Brasil terá outras oportunidades de debater as ameaças à vida das crianças neste ano ecológico. O Fórum Global, que reunirá organizações não-governamentais do mundo todo no Aterro do Flamengo, durante a Rio-92, terá a criança como tema central das discussões. Em setembro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) será palco da realização do Terceiro Congresso Internacional de Meninos e Meninas de Rua. Certamente, os eventos já representam algum progresso para a raça humana, que inventou a associação de proteção dos animais antes de pensar em criar qualquer organização de defesa das crianças.

Livre negociação apimenta aluguéis

Uma das principais carências nacionais, a questão habitacional acaba de ganhar mais um capítulo com a aprovação da nova lei do inquilinato

Paulo Marinho

A nova legislação ressuscita a chamada *denúncia vazia* – mecanismo que agora permite a retomada do imóvel, se o inquilino não concordar com as bases fixadas pelo proprietário. Criada no momento em que a recessão e o desemprego agravam a crise social, a lei gerou uma avalanche de ações de despejo e foi saudada pelos setores mais organizados da sociedade. Para estes, o texto estimula a volta ao mercado de milhares de imóveis até então fechados por falta de atrativos.

Para os inquilinos, no entanto, o conceito de livre negociação não pode ser aplicado em um país que ainda não criou uma política capaz de reduzir o déficit habitacional e vive às voltas com forte recessão econômica, desemprego e progressiva perda do poder aquisitivo da população.

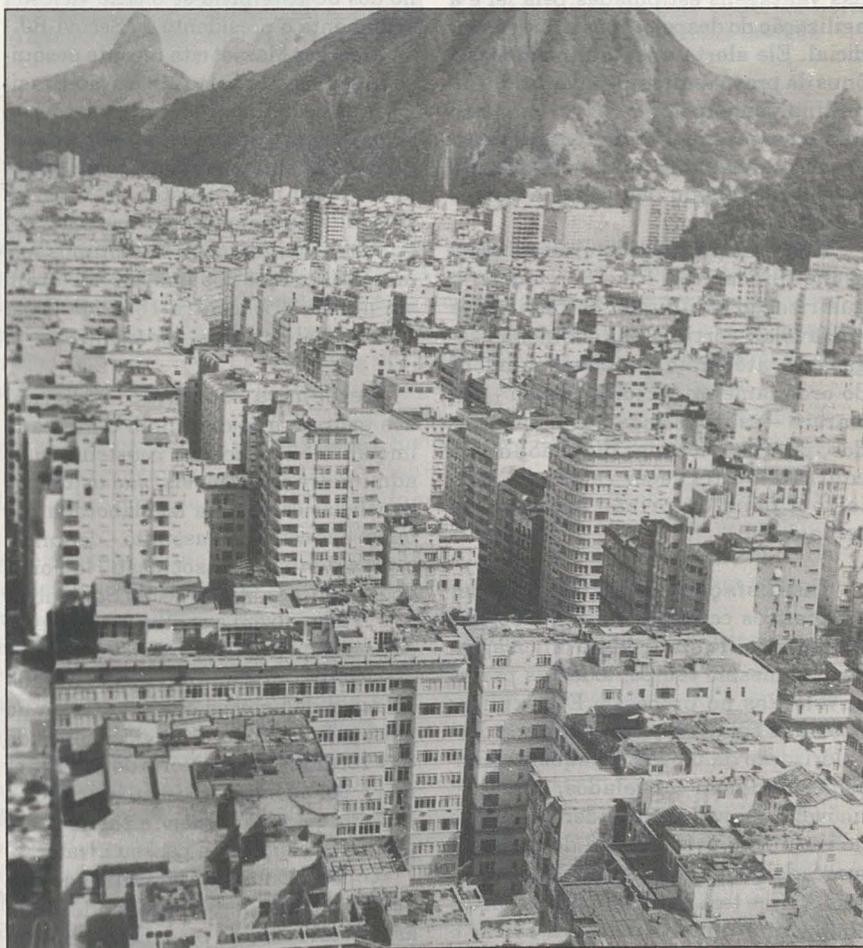
Reaquecer mercado – Primeira norma sobre locações que não se restringe ao aspecto contratual, a lei, em vigor desde dezembro último, abrange os procedimentos judiciais a serem adotados em caso de litígio. Para o consultor jurídico Pedro Cláudio Noel Ribeiro, o documento foi feito com a intenção de dar estabilidade ao setor: “O propósito foi fazer com que os imóveis desocupados retornassem ao mercado e voltassem os investimentos em habitação para locação, com o consequente aumento da oferta e redução dos valores dos aluguéis.”

Representante da indústria da construção na comissão legislativa que modificou o texto encaminhado pelo governo, Noel Ribeiro credita à recessão econômica a resposta ainda tímida que

o mercado vem dando à nova legislação. Adianta, no entanto, que informações recentes dão conta de que grandes proprietários, clientes de imobiliárias, já estão recolocando no mercado imóveis que permaneceram fechados por longo tempo.

Na opinião do presidente do Sindicato das Empresas de Compra e Venda

de Imóveis (Secovi), do Rio de Janeiro, Georges Masset, a lei em vigor, longe de ser a ideal, traz um avanço significativo: “A denúncia vazia vai impedir que os proprietários permaneçam recebendo valores irrisórios por seus imóveis e acabar com o fenômeno que, só no Rio de Janeiro, manteve 5.000 habitações fechadas até o final do ano passado.”



Nova legislação pretende trazer para o mercado milhares de imóveis fechados

O também presidente do conselho diretor da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi) discorda da periodicidade semestral que a lei impõe no reajuste dos aluguéis, já que quase tudo aumenta mensalmente em nossa economia: "O aumento cobrado só no final do semestre é elevado, chega a ultrapassar o valor de mercado e provoca um verdadeiro estrago no orçamento do trabalhador. Por isso, o aluguel deveria aumentar gradualmente a cada mês, de maneira que o inquilino absorvesse com mais facilidade as atualizações."

Vantagens - Para o consultor jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Pedro Cláudio Noel Ribeiro, uma das vantagens estipuladas pela lei é a agilização do despejo, após a decisão judicial. Ele alerta que, muito embora o ônus da prova tenha sido invertido, o inquilino pode apelar e reaver o imóvel com o ressarcimento de todas as despesas que teve com mudança, transferência de colégio dos filhos e outros transtornos.

Entre as vantagens criadas para os inquilinos, Noel Ribeiro inclui a regularização do aluguel de habitações em favelas, cortiços e as chamadas vagas que, até então, permaneciam fora do ordenamento jurídico. Agora - esclarece - os inquilinos ficam amparados, porque o locador que não firmar contrato ou fornecer recibo fica sujeito à pena de prisão prevista no texto da lei.

Insatisfação - Apesar de defender os avanços contidos na lei, Georges Masset admite que é muito difícil agradar, ao mesmo tempo, todas as partes envolvidas no processo. Ele explica: "Como os salários nunca cobrem a desvalorização da moeda e frequentemente permanecem congelados, quando o imóvel é reajustado o poder aquisitivo do inquilino está aquém do valor de mercado que o proprietário quer receber. A crise tem feito com que as partes cheguem a um acordo, para evitar o rompimento do contrato. Mas, passado apenas um mês, com a inflação em tor-



Antigos inquilinos estão sendo despejados de áreas nobres e expulsos para a periferia

no dos 30%, reinicia-se o ciclo vicioso", argumenta o presidente do Secovi-RJ.

Georges Masset cita recente pesquisa desenvolvida pela Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis, para demonstrar que os valores dos aluguéis estão caindo, seja pelos efeitos da nova lei ou pelos ajustes provocados pela falta de dinheiro da população. Segundo o levantamento, nos últimos seis meses os preços dos imóveis variaram em média 92%, contra 180% da Taxa Referencial de Juros, por exemplo.

Lei ignora realidade - Os grandes grupos, que dominam o mercado imobiliário e cresceram construindo ou administrando imóveis, são os únicos beneficiários de uma lei elaborada por quem não conhece o assunto - denuncia o presidente da Associação Nacional dos Inquilinos (ANI), Paulo Saldanha.

"A lei agilizou a sentença e a execução do despejo, tornando-se um grande negócio para os milhares de administradores de imóveis que proliferam no país, pois a ação não sai por menos de Cr\$ 100 mil. Cada cartório do Rio de Janeiro, por exemplo, recebeu entre 200 e 400 processos de despejo, a partir de dezembro, quando a lei passou a valer."

O presidente da ANI critica a falta de uma política habitacional adequada às necessidades do país. Estranha que a entidade não tenha sido chamada a opinar nos debates que geraram a nova

lei: "Muito embora a Associação Nacional dos Inquilinos atue há 25 anos na defesa da categoria, o governo convocou a Brasília uma associação recém-criada em São Paulo, denominada Associação dos Inquilinos Intranquilos."

Saldanha considera falacioso o argumento, segundo o qual a denúncia vazia, por si só, trará de volta ao mercado os imóveis fechados, aumentará a oferta e estabilizará os preços: "Na prática, a nova legislação está encostando na parede o inquilino, que é instado a pegar ou largar reajustes calculados com bases nos índices permitidos. Como o dono do imóvel escolhe o indexador mais alto, já temos exemplos de apartamentos que, após seis meses de contrato, tiveram seus valores elevados de Cr\$ 200 mil para Cr\$ 480 mil".

Livre negociação? - O presidente da Associação Nacional dos Inquilinos denuncia, ainda, que as administradoras enriquecem cobrando taxas ilegais para formalizar simples contratos e chegam a descontar o valor de um aluguel, quando o compromisso é revisto. "Tudo isso - explica - penaliza ainda mais quem mora em imóvel alugado e até os pequenos proprietários, que controlam o orçamento doméstico com o que recebem dos inquilinos e não têm dinheiro para custear a retomada do imóvel, quando a inflação desvaloriza os recebimentos."

Saldanha critica o que chama de pretenso conceito de livre negociação, alegando pelos autores da lei para justificar a introdução de mecanismos que transferiram para o inquilino o ônus da prova: "Num contexto de recessão e perda do poder aquisitivo, é desumano determinar que cabe àquele que foi sumariamente despejado o peso de apelar e provar que houve má fé do proprietário, para só então reaver a moradia", protesta.

A nova lei do inquilinato não difere muito dos outros 50 instrumentos legais que regularam as sempre tensas relações entre inquilinos e proprietários nos últimos 40 anos. Como os outros, este novo texto mantém a tradição de levar insatisfação, tanto a gregos quanto a troianos. A julgar pelo quadro que se desenhou a partir de dezembro último, a condição de inquilino ou proprietário não inclui, automaticamente, o cidadão na categoria de vilão ou vítima.

É certo que daqui a dez meses, quando forem executadas as primeiras ações de despejo notificadas em dezembro último, muitos inquilinos,

que pagavam aluguéis defasados pelo processo inflacionário, vão mudar para bairros mais afastados das zonas nobres dos grandes centros. No entanto, o progressivo agravamento da questão habitacional não se resume apenas a mudanças de hábitos de uma classe média que pouco a pouco vai mudando de lugar na estratificação social.

É no grupo dos chamados pequenos proprietários que a questão assume



A falta de moradia aumenta nas grandes cidades

contornos dramáticos. É o exemplo da viúva Maria Graziela Varejão, 72 anos, que vive com um salário mínimo de pensão paga pelo INSS. Ela mora em imóvel próprio no subúrbio de Vila da Penha, Zona Norte do Rio, mas depende do aluguel de outro, no bairro de Quintino Bocaiuva, para completar o deficitário orçamento familiar. Por uma casa com salão, quatro quartos, cozinha e banheiros espaçosos, mais área e quintal, ela vem recebendo apenas Cr\$ 70 mil, nos últimos meses. E não dispõe do dinheiro necessário para arcar com os custos judiciais e as taxas cobradas pela Imobiliária Mauá, que administra seu imóvel.

Situações como essa são tão frequentes no mercado imobiliário quanto o número de vezes em que a denúncia vazia foi utilizada nos últimos dois meses, desde que voltou a existir, contra inquilinos impossibilitados de pagar aluguéis majorados além do fôlego de seus orçamentos.

São indicativos de que não está à vista o fim do drama cada vez maior da moradia, num país onde, da noite para o dia, surgem novas favelas. ■

Falta política para moradia

O Brasil apresenta um déficit habitacional estimado em cerca de 12 milhões de moradias, o que significa que 36 milhões de pessoas (24% do total da população) vivem a carência, se calcularmos que em cada casa dessas poderia morar uma família de três pessoas. Assim, o país está longe de resolver a questão habitacional e os graves problemas sociais dele decorrentes.

Principal gerador de receita vinculada a investimentos no setor, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vai arrecadar menos em 1992, por conta da recessão e do desemprego. Além disso, parte de seus recursos são agora destinados a financiar obras de infra-estrutu-

ra e a agricultura. Com isso, a meta governamental de construir 300 mil habitações populares neste ano foi reduzida à metade, segundo previsão do responsável pela área de desenvolvimento tecnológico da Secretaria Nacional de Habitação, Douglas Calder.

Mas é no mercado voltado para a classe média que a situação assume proporções alarmantes. Obrigados a aplicar em financiamentos para construção de imóveis 65% daquilo que captam, os agentes financeiros privados vêm desrespeitando a legislação que dispõe sobre o uso da poupança. Na origem do impasse, está o Fundo de Compensação de Variações Salariais - (FCVS), mecanismo criado

para cobrir a defasagem entre as prestações calculadas à luz de salários progressivamente achatados e os aumentos dos custos da construção. Responsável por um rombo de 20 bilhões de dólares no Sistema Financeiro da Habitação, o FCVS foi criado por motivações políticas para subsidiar uma pequena parcela da sociedade e levou bancos, credores do sistema, a adotarem o artifício contábil de lançar créditos a receber como prejuízos em seus balanços. Com isso, os agentes privados inviabilizaram a solução encontrada pelo Banco Central e pela Caixa Econômica Federal para a questão, que seria a de saldar a maior parte do débito com letras hipotecárias. Isto, porém,

obrigaria os bancos a contabilizar o pagamento de valores que deixaram de ser tributados e ainda foram abatidos na declaração do Imposto de Renda.

A falta de recursos públicos e privados, no entanto, não é o único obstáculo à retomada de investimentos, à maior oferta de imóveis e consequente estabilização do mercado: "Sem uma política salarial que aumente o poder aquisitivo da população, poderá haver encalhe de imóveis no futuro", opina o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Rio, Luiz Chor, para quem a construção de 150 mil imóveis em todo o país, em 1992, é irrisória diante das necessidades da população.

Os empresários do asfalto

Com a crise econômica, os camelôs proliferam nas cidades e exigem soluções do poder público

Rosângela Trolles

Deficientes físicos, pais de família, adolescentes e toda a sorte de pessoas vêm se incorporando a uma das mais antigas atividades desenvolvidas nas cidades. Inflada pela crise econômica, a venda ambulante luta por um espaço nos centros de comércio. Os camelôs invadem ruas e praças, prejudicando o tráfego de pedestres e transtornando a vida dos comerciantes e autoridades públicas. A proliferação do comércio ambulante no país é um fenômeno que, nos últimos dez anos, vem crescendo assustadoramente.

No Rio de Janeiro, os ambulantes já provocaram verdadeiras guerras no Centro e em bairros das Zonas Sul e Norte. Organizados em associações, os autodenominados "empresários do asfalto" lutam para exercer a sua forma de comércio.

O exemplo mais contundente destes conflitos foi o quebra-quebra ocorrido em novembro do ano passado na rua Uruguaiana, no Centro do Rio. A rua, que faz parte do Corredor Cultural da cidade, foi restaurada, ganhou calçamento novo, bancos e palmeiras. Com a restauração, o acesso dos camelôs foi proibido. A reação dos ambulantes foi exigir o fechamento de todo o comércio local. O protesto escapou do controle dos líderes, e o resultado foi o apedrejamento e a depredação de diversas lojas.

Na Zona Norte, a Associação Comercial de Madureira, um dos mais importantes centros de comércio da cidade, chegou a hastear uma bandeira preta em sua sede, em repúdio à invasão dos camelôs no calçadão do bairro. Um dos diretores da associação, Gérson



Algumas áreas nobre do Rio, como a rua Uruguaiana, já foram liberadas da presença dos camelôs

Madeira, calcula que o número de ambulantes já tenha ultrapassado a casa dos três mil. Na praça Saenz Peña (Tijuca), um dos carros da fiscalização foi atingido por uma bomba identificada como coquetel molotov.

A Câmara-Rio, que reúne entidades lojistas em torno do problema dos ambulantes, avalia que no município do

Rio existem hoje 300 mil camelôs, com um faturamento anual da ordem de Cr\$ 600 bilhões. Segundo os lojistas, essa economia informal representa uma evasão de ICMS de cerca de Cr\$ 108 bilhões, além de Cr\$ 18 bilhões de PIS e Finsocial.

Nomeado secretário extraordinário de Assuntos Especiais da Prefeitura,

Jaques Zajdsznajder compreendeu ser impossível a proibição do comércio ambulante, e está elaborando soluções para a convivência da população com esta realidade. A partir deste mês, a ocupação das calçadas, segundo Jaques Zajdsznajder, vai obedecer aos novos critérios. O projeto vai ser posto em prática, inicialmente, nos bairros do Centro e Copacabana. De acordo com ele, a Prefeitura do Rio só vai permitir a instalação de barracas em calçadas com o mínimo de três metros de largura. Também deverá ser mantida uma distância de pelo menos 20 metros entre as bancas. Os ambulantes, segundo o projeto, não poderão se instalar em frente a monumentos tombados pelo Patrimô-

nio Histórico, templos religiosos, bancos, hospitais, em praças, pontos de embarque e desembarque de passageiros e em esquinas, quando a presença das bancas atrapalhar a visibilidade de pedestres e motoristas.

Para a remoção dos camelôs das ruas, o secretário Jaques Zajdsznajder

pretende criar 24 mil pontos de comércio ambulante em toda a cidade. Ele está negociando com a direção do Metrô a cessão de alguns terrenos para a instalação de bancas. Os ambulantes deverão também ser cadastrados, pagarão por suas licenças e deverão recolher ICMS. ■



Os camelôs estão se organizando em sindicato para defender seus interesses. Algumas lideranças contudo já admitem fazer acordo com o poder público e os comerciantes no sentido de liberar as principais vias e ocupar ruas secundárias

Tão antigos quanto as cidades

Um estudo realizado na Universidade de São Paulo – USP pela arquiteta e urbanista Elizabeth Goldfarb Costa aponta para tendências deste mercado informal que entram em conflito com a necessidade de regulamentação e controle por parte da administração pública. A análise da natureza do comércio ambulante começou a ser feita a partir de 1980.

Partindo da observação direta do que conceituou como “espaços- bolhas”, com base no critério de duração e frequência da formação de tais espaços, ela estabeleceu a distinção de três grandes grupos de camelôs: os fixos, que se instalam próximos a instituições ou áreas de serviços, tais como as estações de transporte urbano, igrejas e hospitais públicos; os periódicos, que ficam nas áreas de lazer, em geral nos fins de semana e feriados; e os ocasionais, que surgem em torno dos comícios, atos públicos, festas popu-

lares e quaisquer concentrações de massa.

A instalação desses grupos utiliza desde barracas fixas licenciadas até equipamentos primários como lonas e tableiros, em carros, degraus ou marquises.

Elizabeth Costa comenta que o ideal de “cidade limpa” nunca existiu, pois o comércio de rua, criado por grupos de imigrantes ou por desassistidos, se deu junto com a formação das cidades.

Ela chama a atenção para a sutil relação que se estabelece atualmente entre o camelô e a população: “É de praxe que um consumidor mais humilde seja mal atendido numa loja. No camelô o relacionamento se dá em pé de igualdade, e é possível a obtenção de produtos de griffes famosas, fruto da ‘desova’ de estoques de mercadoria feita por alguns empresários, ou mesmo de cópia dos produtos de marcas famosas.”

Cinema analisa os 500 anos de colonização

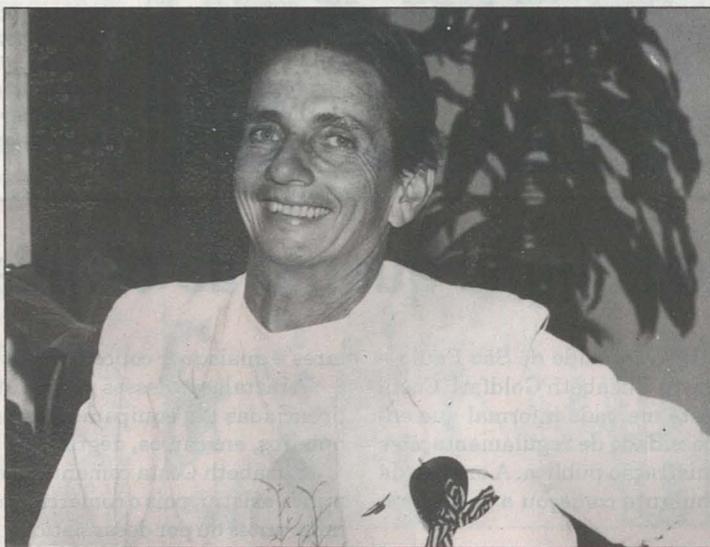
O ator e diretor Joel Barcellos faz uma incursão sobre a chegada do colonizador europeu à América

Os 500 anos do "Descobrimento" da América vão ser tema de um filme, dirigido pelo ator e diretor Joel Barcellos. O filme, ainda sem título, começa a ser rodado em maio, na cidade de Vitória, Espírito Santo, para estar concluído em setembro. No mês seguinte, deve representar o Brasil na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano - Celam, que vai se realizar em São Domingos, na República Dominicana, com a presença do Papa João Paulo II. A chegada do colonizador europeu vai ser tratada do ponto de vista do colonizado, cabendo a palavra ao índio, ao negro e ao marginalizado. Com o filme, Joel Barcellos pretende que os povos latino-americanos façam uma reflexão sobre o processo de destruição física e cultural que se deu a partir da descoberta capitaneada por Cristóvão Colombo.

Colombo, aliás, não é personagem do filme, que se passa em algum lugar da América. Ele é substituído pela figura genérica do invasor branco, que vem trazer o cristianismo ao novo mundo. O fio condutor da história é um pajé, que com seus poderes mágicos propicia a seis crianças uma viagem no tempo. A vida dos povos indígenas antes da chegada do colonizador será restaurada, o mesmo se dando com os porões dos navios negreiros, entulhados de escravos trazidos para o novo continente.

A discussão do processo de colonização cristã traz de volta à Terra o Messias. O Cristo de Joel Barcellos vem

pedir perdão pelos crimes cometidos em seu nome, e prega o não-pagamento da dívida externa à custa da fome e da miséria. Esse Jesus redentor acredita que o ano de 1992 venha a representar o início do fim do neocolonialismo. O movimento de descolonização teria, na pregação do Senhor, o apoio das mesmas igrejas que foram cúmplices do primeiro colonialismo. Joel pretende utilizar no filme uma seqüência que gravou no ano passado quando o Papa esteve em Vitória. Nessa seqüência, menores carentes tentam falar com João Paulo II sobre as consequências da cristianização do nosso continente.



Joel Barcellos

Ator de mais de 40 filmes de longa-metragem, Joel Barcellos, 55 anos, considera grave a crise do cinema brasileiro e internacional: "Nós já chegamos ao fundo, e pior não pode estar", diz. Os quatro últimos filmes em que trabalhou como ator, entre os quais *O beijo*, Walter Rogério, ganhador do Fes-

tival de Brasília de 1989, estão em prateleiras à espera de oportunidade de distribuição.

Para enfrentar toda essa crise, ele vai fazer esse seu terceiro trabalho como diretor com um orçamento que considera baixíssimo - cerca de US\$ 220 mil. Quarenta por cento dos custos serão financiados pelo Projeto Rubem Braga, da prefeitura de Vitória, enquanto um percentual semelhante está sendo pleiteado junto à Secretaria Nacional de Cultura, com base na Lei Rouanet. Os 20 por cento restantes ficarão a cargo da própria produção.

O filme vai ser todo gravado em 16 milímetros, sendo depois ampliado para 35 milímetros, bem como transcrito em vídeo. O elenco ainda não está definido, mas atores como Paulo César Perreio, Grande Otelo e Rui Polanah estão nos planos do diretor.

Com a distribuição do filme, Joel pretende chegar a todos os países latino-americanos: "Eu não quero mudar a cabeça de ninguém", esclarece. "O filme é uma oportunidade de chegar às pessoas e de tentar atingir o mercado latino-americano." Joel diz, espantado, que não conhece o cinema feito nos países vizinhos: "Nós temos que criar um mecanismo próprio, que permita o surgimento de um fenômeno continental." Joel Barcellos considera que os cineastas latino-americanos estão isolados, e precisam ter algum tipo de organização continental.

(C.L.)

Uma boa briga

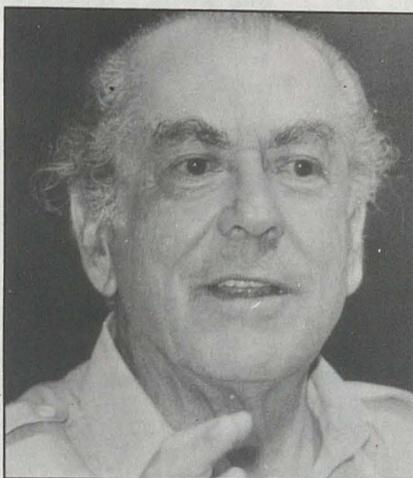
O monopólio informativo da Rede Globo é denunciado por Brizola

Procópio Mineiro

As diferenças vêm de longe, muito longe, com raízes no Brasil pós-1930, muito antes que se sonhasse com a criação da mais eficiente arma de envolvimento mental das multidões, a televisão. Mas só agora explode com força total o confronto entre o poderio da Rede Globo e o setor progressista representado pelo governador fluminense Leonel Brizola. Alvo antigo do conjunto de interesses políticos e econômicos representados pela cadeia de órgãos informativos do mega-empresário Roberto Marinho, Brizola tornou-se o mais acerbo crítico do monopólio que se exerce particularmente pela TV Globo e suas dezenas de afiliadas pelo Brasil inteiro.

As conhecidas origens da organização, praticamente nascida com o golpe militar de 1964 e beneficiária do apoio político do novo sistema de poder e do dinheiro de entidades norte-americanas, colocaram-na sob suspeição dos grupos progressistas, desde seu início. O sucesso alcançado em âmbito nacional – através das facilidades especiais para montagem de uma abrangente rede, ao mesmo tempo em que a líder anterior, a Tupi, submergia em mil dificuldades até desaparecer – permitiu à Rede Globo atingir a condição de uma das maiores empresas de TV do mundo e monopolizadora da audiência brasileira.

O poder – Tal situação atribuiu a Roberto Marinho uma parcela do poder político no país, como dócil instrumento a serviço do regime, na época dos militares. Uma força que ele passou a exercer com maior desinibição nos dois governos civis pós-1985. Pode fazer mi-



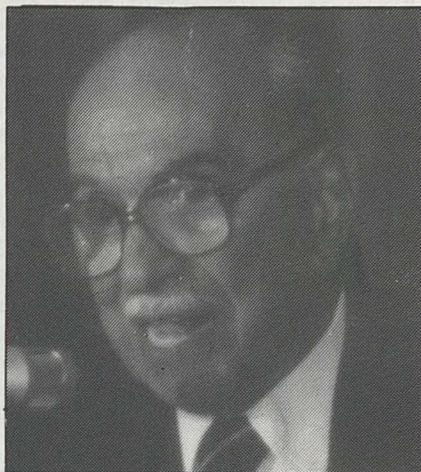
Leonel Brizola

nistros e derrubar ministros, como aconteceu, recentemente, com Alceni Guerra, da Saúde, o qual sofreu implacável caçada nos principais telejornais da emissora.

E pode atuar no agravamento da violência urbana, como aponta Brizola. A TV Globo tornou-se a escola mais eficiente de banditismo e de ridicularização dos valores morais mais caros à sociedade brasileira, denuncia o governador.

Em um de seus recentes artigos dominicais na imprensa do Rio, Brizola traçou um perfil da Globo: “As Organizações Globo cresceram, tornaram-se gigantescas graças ao modelo econômico e aos governos comprometidos com a implantação desse sistema. Privilégios, isenção de impostos, câmbio favorecido, concessões, verbas públicas, jogo de influência sobre políticos e militares, valia tudo para expandir o império e seus lucros. Assim, foi se formando este gigantesco cogumelo que, hoje, é uma espécie de poder paralelo. O País tornou-se ingovernável, com este monstro deformando e distorcendo o funcionamento das instituições. O poder da Globo é incompatível com a existência de um povo livre. Nenhuma Nação que se preza admitiria uma situação como a que está criada aqui com a Globo.”

A multiplicidade de interesses do empresário Roberto Marinho – do ramo



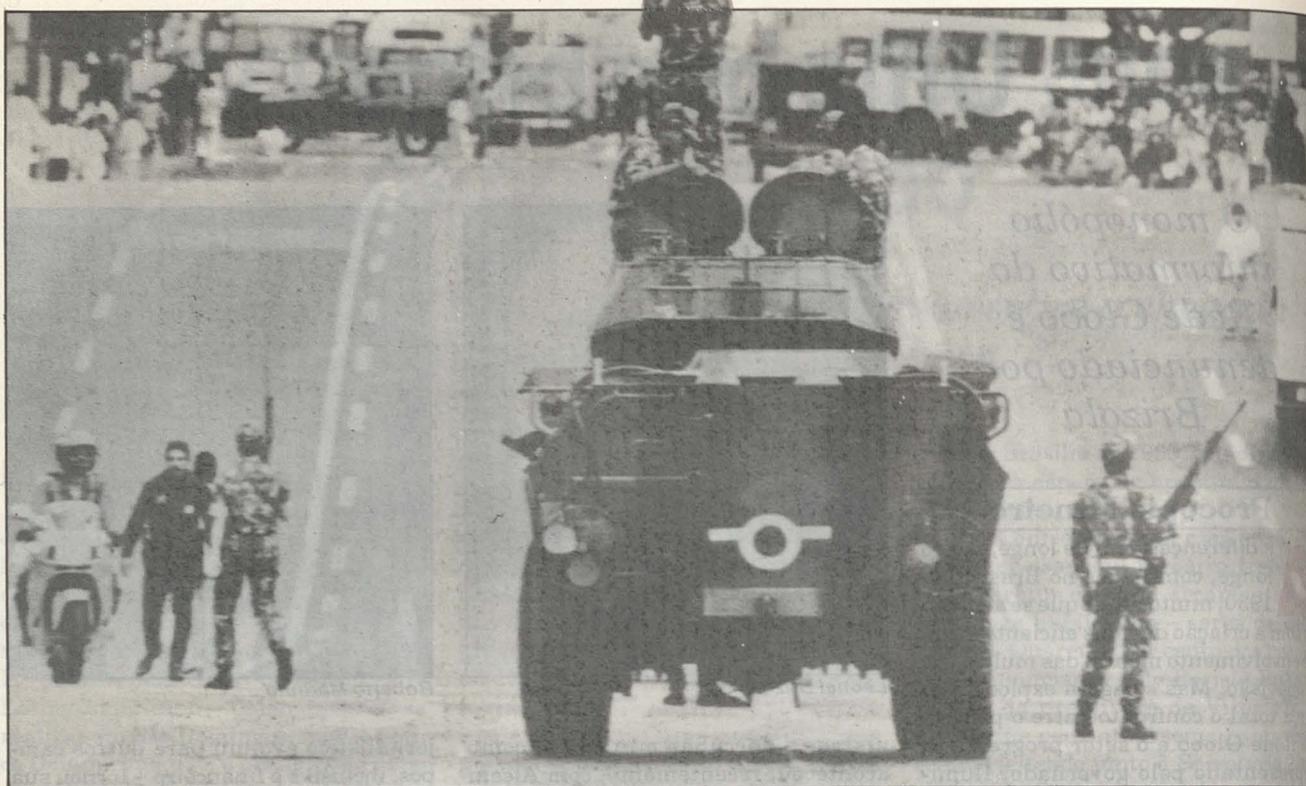
Roberto Marinho

jornalístico evoluiu para outros campos, inclusive o financeiro – tornou sua rede de TV uma arma decisiva para influir em proveito próprio, segundo denunciavam seus adversários.

Violência – Um levantamento divulgado por Brizola indica que, na segunda semana de janeiro, a Rede Globo levou aos lares brasileiros a exibição de nada menos que 244 homicídios, 11 seqüestros, 31 crimes sexuais, uma dúzia de cenas envolvendo o consumo de drogas, dezenas de formação de quadrilhas e outros tantos lances de banditismo.

“As Organizações Globo, quanto a este aspecto, representam uma autêntica e verdadeira escola do crime, reproduzindo e estimulando a cultura da violência, que encontra campo fértil numa sociedade fortemente marcada pela injustiça, pela pobreza e pelo atraso”, assinalou Brizola, na coluna que publica nos jornais.

A campanha do governador contra o que classifica de hidra eletrônica centra-se no interesse da democratização da comunicação. Afinal, Brizola tem sido a vítima preferida do monopólio informativo no país, não dispondo do espaço que sua figura política e a importância do Rio mereceriam. Mas, na essência, trata-se de uma luta pela oxigenação da cabeça dos brasileiros.



O FMI por trás do golpe

Fundo cria condições econômicas para o golpismo que coloca em discussão o papel dos militares na América Latina

Neiva Moreira

O presidente Carlos Andrés Pérez é um governante lúcido e operoso, com uma presença abrangente na política venezuelana e na América Latina. Teve papel destacado na luta contra as ditaduras, sobretudo na América Central e Caribe. O general Omar Torrijos, então presidente do Panamá, me falou, em mais de uma oportunidade, de sua participação na fase decisiva da guerra contra a ditadura dos Somozas, na Nicarágua. Sobretudo de alguns episódios da batalha final, quando a Venezuela juntou-se ao Panamá, com pilotos e aviões, para uma intervenção armada contra o *bunker* somozista, que se tornou desnecessária, pela renúncia e fuga do ditador.

Pérez foi, sempre, uma voz contra o intervencionismo norte-americano e o bloqueio a Cuba.

Essas posições nós o vimos defender com ênfase,

em diferentes reuniões, embora, como quase sempre ocorre nos nossos países, a retórica oratória supere as práticas objetivas.

A reunião na ilha de Cozumel, no México, no final do ano passado, da qual Pérez participou, foi sem dúvida um gesto de independência frente aos Estados Unidos. Com seus colegas Carlos Salinas de Gortari, do México, e Cesar Gaviria, da Colômbia, o presidente venezuelano reuniu-se com Fidel Castro e os três anunciaram propósitos de ajudar os cubanos na dura batalha que estão travando para resistir ao bloqueio. Algumas fontes de Cuba consideram que os compromissos da reunião não têm sido cabalmente atendidos na prática.

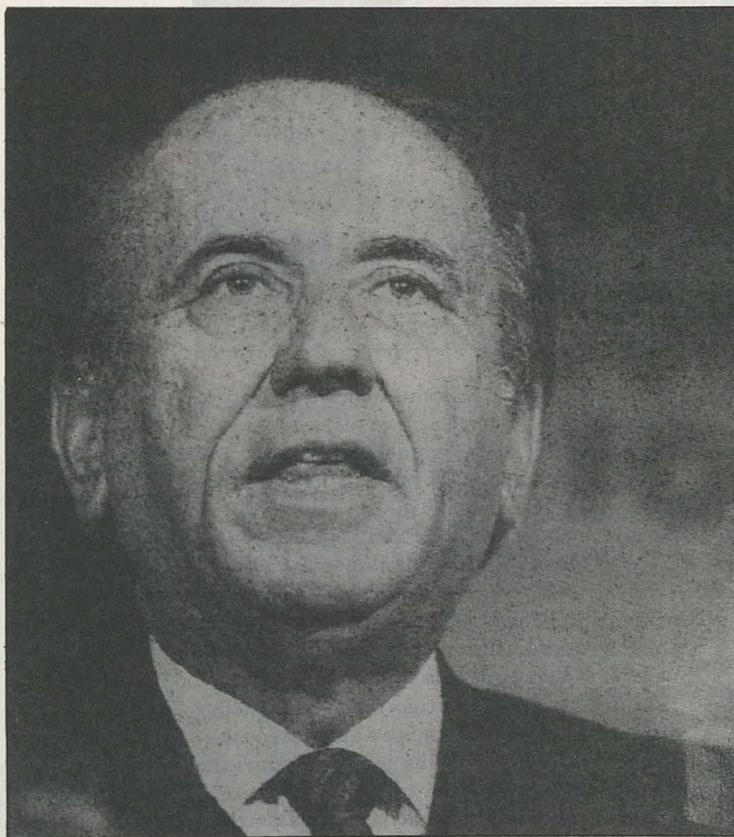
O gesto, no entanto, teve repercussões favoráveis nos meios internacionais e despertou a gratidão dos cubanos. Fidel Castro foi dos primeiros chefes

O desespero
diante de
uma crise nacional
insolúvel atinge os
militares em todos
os níveis

presidente da Internacional Socialista, aponta outra razão para o golpe: a impunidade dos golpistas. "Os militares que tentaram um golpe militar na Venezuela, provavelmente se sentiram estimulados pela impunidade do regime militar do Haiti." Peña Gómez culpou o Fundo Monetário Internacional como responsável pelo "descalabro econômico e social na América Latina" que é o "pano de fundo para o ressurgir golpista na região".

Certos estudiosos civis e militares na América Latina tentam uma abordagem mais ampla do que chamam a "questão militar", que pode transformar-se em mais um fermento golpista.

O jornalista limenho Abrahán Lama escreveu a propósito: "A tentativa de golpe militar na Venezuela se produz em um momento em que os analistas começaram a refletir sobre o novo papel que deviam desempenhar os exércitos na América Latina ante a perda de vigência do anticomunismo e o novo vigor da integração regional."



Andrés Pérez,
de quem
se esperava um
projeto nacional
independente,
adotou a cartilha
neoliberal

Lama enumera três pontos que modificaram os objetivos militares estratégicos na região:

- a falta de sentido e a ausência de respaldos nacionais às guerras fronteiriças;
- a guerra no Golfo, que demonstrou que o poder de decisões dos conflitos regionais está com as grandes potências e seu arsenal tecnológico;

de Estado a solidarizar-se com Pérez. "Neste momento amargo e crítico, recordamos com gratidão tudo o que contribuíste para o desenvolvimento das relações bilaterais entre nossos países e tua sustentada posição de compreensão e respeito para Cuba", declarou o líder cubano em mensagem ao mandatário venezuelano.

O ponto débil da pregação social-democrata do presidente Carlos Andrés Pérez é a distância entre os enunciados e a prática.

As posições de Pérez em diferentes foros internacionais foram, sempre, no sentido de defender a independência de decisões dos nossos países e sua avançada plataforma de governo na campanha eleitoral em que saiu vitorioso foi, também, no mesmo sentido. É natural que o abandono dessa plataforma provocasse na Venezuela uma profunda frustração.

Já no começo do seu governo, em fevereiro de 1989, ocorreu uma rebelião popular com mais de trezentos mortos, conforme as estatísticas oficiais, ou mil segundo outras fontes, vítimas da fuzilaria da polícia. O alerta popular não foi, contudo, ouvido.

Quando se esperava de Pérez um projeto nacional independente, capaz de retirar a Venezuela da profunda crise econômica e social em que se encontra, ele adota, literalmente, a cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional. Em consequência, o país mergulhou na fome, na recessão e numa das mais altas taxas de desemprego do continente, apesar da contenção temporária da inflação.

Envolvimento dos militares - Essa situação teria que atingir, também, os militares, cujos baixos salários na Venezuela identificam progressivamente suas atitudes e reações com uma classe média que se pauperiza. Esse, aliás, é um fenômeno latino-americano, brasileiro inclusive.

Em Lima, o general Sinesio Jarama, que desempenhou importantes cargos políticos e militares no governo do general Velasco Alvarado, chamou a atenção para os reflexos da crise econômica entre os militares. "No Peru, por exemplo, os generais e coronéis não recebem mais do que trezentos dólares mensais. Muitos buscam empregos para suas esposas ou desempenham trabalhos particulares. E se não vêm com clareza que as políticas de ajuste não resolvem prontamente os problemas nacionais, reagem com irritação."

Mas ele alude também ao aspecto moral que estaria na base do golpe venezuelano: "Creio que foi, sobretudo, um pronunciamento moral, porque os programas de ajuste, por mais duros que sejam, são suportáveis, se equitativos e distribuídos por todos solidariamente. Porém, quando se verifica que, em meio a programas que empobrecem a maioria, alguns políticos enriquecem ou não impedem que os especuladores fiquem ricos, surgem a desmoralização, o desalento e, também, a reação impaciente."

Já o líder dominicano José Peña Gómez, vice-



A população venezuelana está pagando um alto preço pela política econômica recessiva

— o desmoronamento do comunismo, que fez com que os exércitos nacionais (latino-americanos) perdessem a sua condição de “gendarmes ideológicos” dos governos signatários do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar).

Para o general uruguaio Victor Licandro, que foi diretor do Instituto Militar de Estados Superiores (Imes), essa situação tende a mudar (ou mesmo mudou, diríamos nós), “já que as bases da Doutrina de Segurança Nacional tinham como centro o enfrentamento Leste-Oeste, que não existe mais”.

Esse, aliás, é um tema antigo: o nível de participação dos militares em cada país e a sua missão institucional e estratégica. Eles jamais poderiam limitar-se ao combate ao narcotráfico como querem os norte-americanos e, com o virtual desaparecimento dos movimentos guerrilheiros, perderam as metas da chamada “segurança interna”.

Todos esses ingredientes podem estar nas causas do golpe venezuelano ou em outras tentativas como a dos “carapintadas” argentinos: desespero frente a uma crise nacional insolúvel, que já atinge os militares no seu orçamento doméstico, corrupção generalizada e ausência de objetivos estratégicos

claros, sem falar numa dose de aventureirismo messiânico. Os golpistas argentinos e venezuelanos não levaram em consideração experiências anteriores de governos militares na América Latina, com exceção da revolução de 1968 do Peru e, em certa medida, do governo panamenho do general Omar Torrijos, ambos de caráter nacionalista e popular.

Mais ainda: não podemos esquecer que na maioria dos governos militares — e o Brasil é um exemplo — o Fundo Monetário deu as cartas... as de intenção e as outras. Não seria através de um golpe, mesmo rotulado de “bolivariano”, que a Venezuela sairia da crise, nem que se consolidaria a democracia.

O coronel Vasco Lourenço, um dos mais combativos “capitães de abril” da revolução portuguesa, que derrotou o regime salazarista, advertiu seus camaradas latino-americanos para que evitem “cair em situações do passado, quando as forças armadas eram os suportes das ditaduras”.

A advertência é grave e se projeta para a América Latina toda. O diplomata peruano Efraín Ruiz Eldredge, um dos mais lúcidos conhecedores da América Latina, advertiu a respeito: “O que ocorreu na Venezuela é um alerta. Uma lição que devemos aprender rapidamente, para evitar incidentes parecidos”.

Descontentamento popular — Na Venezuela, embora o golpe fosse unanimemente rechaçado, generalizaram-se as opiniões acusando o governo e o seu plano fundo-monetarista de ter criado as condições da insurreição.

O acatado líder democrata-cristão e ex-presidente da República Rafael Caldera é de opinião que “os amotinados aproveitaram o profundo descontentamento popular, a situação crítica que vive o país”, que atribuiu “ao custo social do pacote imposto pelo FMI”. E Pompeyo Marquez, a reconhecida voz da esquerda socialista venezuelana, instou os dirigentes do país a “auscultar o anseio popular por melhorar a situação social”.

Acuado por tantas acusações, o diretor do Fundo Monetário Internacional, Michel Candessus, defendeu-se dizendo que “o FMI não impõe políticas a ninguém e que ninguém gosta de pagar impostos”. Uma declaração absolutamente cínica e distanciada da realidade, quando se sabe que o Fundo não só recomenda mas impõe esse modelo colonialista que se quer mascarar-lo como neoliberal.

O próprio presidente Carlos Andrés Pérez, embora considerando que não há qualquer relação entre o golpe, “motivado pela ambição e a ideologia fascista” e a crise econômica, admite a necessidade de refletir sobre a situação do país. “Tratemos — disse ele — de corrigir nossos erros, nossas omissões, nossas falhas, do governo, da oposição e dos diversos setores da vida nacional.”

Não se referiu, no entanto, ao erro fundamental: um governo que se proclama social-democrata obriga o país, por exigência do Fundo Monetário Internacional, a adotar um modelo econômico imposto de fora, de corte profundamente antipopular.

Um fracasso em escala continental

Se a Venezuela, com tanto petróleo e uma renda per capita de 3 mil dólares, 50% maior que a do Brasil, chegou ao ponto a que chegou, que dizer dos outros países do continente americano?

José Augusto Ribeiro

Os documentos mais recentes da Cepal, a Comissão Econômica da ONU para a América Latina, apresentam exemplos que desmistificam e desacreditam o receituário chamado neoliberal, mas na verdade ultraconservador, que o FMI, os bancos credores e os governos conservadores do Primeiro Mundo estão impondo não só ao mundo periférico do Sul como aos próprios países ricos e dominadores do Norte. Vejamos esses números:

Em 1991, pela primeira vez em quatro anos, a atividade econômica no conjunto dos países latino-americanos cresceu 3%. A Venezuela pode ter superado em 91 sua taxa de crescimento de 1990 – 6%, o dobro da média latino-americana.

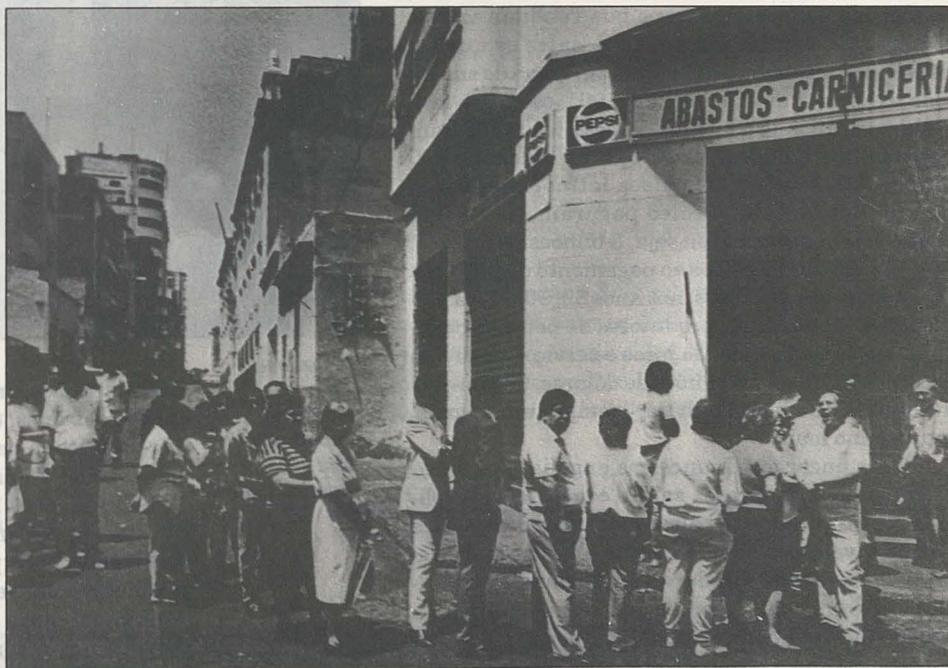
Em nome do combate à inflação, os países latino-americanos vêm realizando cortes de gastos públicos de enorme magnitude (o presunçosamente chamado ajuste fiscal) – cortes que chegaram de 3 a 8% do Produto Interno Bruto de cada um desses países. O idioma do neoliberalismo é cheio de empáfia em suas metáforas: mas não tem como esconder que esse “ajuste fiscal” é apenas a supressão de gastos de interesse social, gastos com educação, saúde, previdência, segurança pública, saneamento. No Brasil, é o que se subtrai ao pagamento dos aposentados, por exemplo.

A América Latina deve ter encerrado o ano de 91 com um saldo de comércio internacional de 12 bilhões de dólares, menos da metade dos saldos verificados nos dois anos anteriores (30 bilhões em 89, 30 bilhões em 90). Isso significa, em primeiro lugar, que nós, latino-americanos, não somos tão perdulários quanto nos acusam: só com a China Popular os Estados Unidos tiveram, no ano de 91, um déficit co-

mercial de 11 bilhões. Isso para não falar no déficit com o Japão, de mais de 40 bilhões. Mas o que é que a América Latina ganha com isso? Pelos números da Cepal, ela não ganha, ela perde.

Os números ainda estão sujeitos à revisão, mas o valor das exportações latino-americanas em 1991 deve ter sido pouca coisa maior que o do ano anterior (2%), segundo as estimativas. Mas o aumento do valor das importações foi dez vezes maior (20%). A Colômbia aumentou suas importações em mais de 20%, o México em mais de 35%, a Venezuela em mais de 50% e a Argentina em mais de 80%.

Esses números – exportações contra importações – fazem parte de uma conta mais complicada, chamada balanço de pagamentos, que diz da verdadeira situação das finanças de um país. De nada significaria a América Latina, em seu movimento de compra e venda de mercadorias com o exterior, ter lucrado 12 bilhões de dólares em 1991 e os Estados Unidos terem perdido mais de três vezes isso, só no comércio com o Japão, se, antes, a América Latina



Em nome do combate à inflação a vida piora em Caracas

estava devendo dinheiro e os Estados Unidos tinham dinheiro a receber.

A América Latina vinha de um déficit financeiro, um déficit em seu balanço de pagamentos, da ordem de 6 bilhões de dólares em 1989. Graças a ter exportado mais que importado, a ter vendido mais que comprado, esse déficit caiu em 1990 para 4.7 bilhões de dólares.

Os saldos comerciais desses anos, 30 bilhões em 1989, mais 30 em 1990 e os 12 bilhões de 1991 – num total de 72 bilhões em três anos – foram comidos pelos encargos financeiros, pelas armadilhas do balanço de pagamentos.

A América Latina terminou o ano de 1991 com um déficit, nesse balanço de pagamentos, não mais de 6, mas de 19.5 bilhões de dólares. Desse total, o déficit maior não é, como poderíamos imaginar, o dos países não-exportadores de petróleo, mas, ao contrário, o dos países exportadores. Desses 19.5 bilhões de dólares, os países não-exportadores respondem por 5 bilhões e os países exportadores por 14.5 bilhões de dólares.

Por que isso? Em primeiro lugar porque em 1991 os países latino-americanos exportadores de petróleo passaram a importar mais que a exportar. Em 1989, eles tiveram um saldo favorável de comércio exterior de 8.7 bilhões de dólares. Em 1990, esse saldo aumentou para 11.1 bilhões. Já em 1991 a situação inverteu-se e, em vez de saldo, houve um déficit de 3.5 bilhões de dólares. Os países não-exportadores foram mais cuidadosos, ou menos pressionados.

Os países latino-americanos não-exportadores de petróleo chegaram ao fim de 1991 exportando mais do que importavam (65 bilhões de dólares em exportações, 50 bilhões de dólares em importações). Ainda assim, seu déficit no balanço de pagamentos era de 5 bilhões de dólares. Por quê?

Porque, ao mesmo tempo que vendiam mais e compravam menos, esses países, entre os quais o Brasil, sofriam sangrias brutais em nome de sua dívida externa. Por exemplo: em 1991, os países latino-americanos produtores de petróleo realizaram pagamentos líquidos de serviços da ordem de 500 milhões de dólares. Os países latino-americanos não-produtores de petróleo pagaram, na mesma conta, seis vezes mais, ou seja, 3 bilhões de dólares.

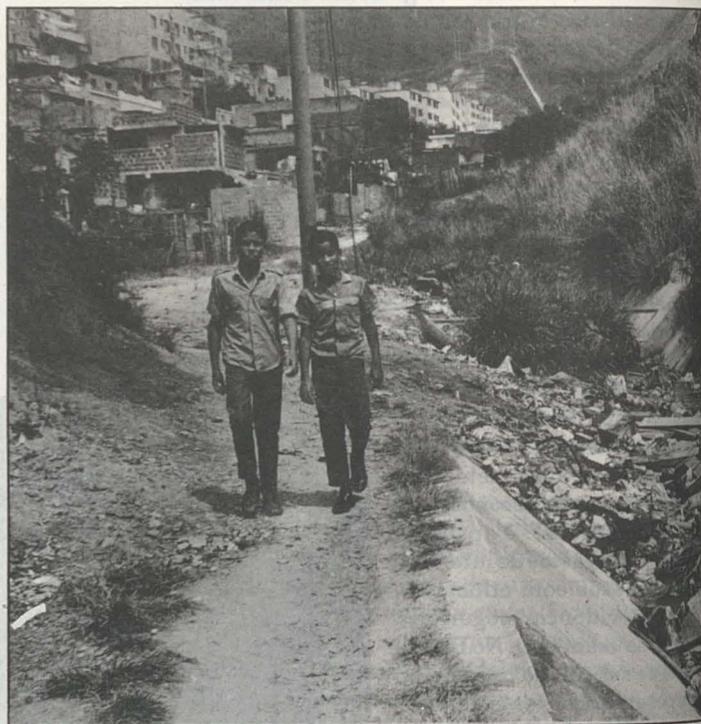
Os números relativos ao pagamento de juros são ainda mais assombrosos: nos anos 89, 90, 91, os países latino-americanos produtores de petróleo pagaram, respectivamente, de juros e serviços da dívida externa, 15, 14 e 13.5 bilhões de dólares. Os não-produtores, 22, 20 e 19.5 bilhões – sempre muito mais, muitíssimo mais.

Esses encargos financeiros engoliam (e continuam engolindo) nossos saldos comerciais e explicam por que mesmo os países mais ricos da América Latina vivem permanentemente a situação da Venezuela. A última ditadura venezuelana foi derrubada nos anos 50. A experiência democrática da Venezuela está completando 35 anos seguidos de governos democráticos sucessivos e ininterruptos.

Mas os números são uma advertência mais sombria que a da tentativa de golpe na Venezuela:

De 1981 a 1991, no conjunto da América Latina, a atividade econômica, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 15.7%, mas o PIB por habitante, ou, grosseiramente, a renda per capita, caiu 8.8%. Nos países exportadores de petróleo, como a Venezuela, a atividade econômica cresceu 20%, mas o PIB por habitante caiu 7.5%. Nos países latino-americanos não-exportadores de petróleo, os números são ainda piores: a atividade econômica cresceu apenas 12.3% (contra 15.7% no conjunto da América Latina e 20% em seus países exportadores de petróleo) mas o PIB por habitante caiu ainda mais: não 7.5% como nos países exportadores de petróleo, nem 8.8%, a média continental, mas 10% – um sintoma alarmante de concentração de renda.

Esses números significam que o modelo neoliberal empobrece a América Latina como um todo. E, pior, que estabeleceu, dentro da região, um verdadeiro *apartheid* entre países exportadores e não-exportadores de petróleo. Ao lado destas



Venezuela:
O modelo neoliberal empobrece toda a América Latina

discriminações, uma verificação de ordem geral: em apenas dez anos, de 1981 a 1991, o ser humano latino-americano perdeu de 8,8 a 10% de sua renda, de seu poder aquisitivo.

São números insuspeitos, números da Cepal. Em apenas dez anos, a América Latina ficou 10%, pelo menos, mais pobre. Se a Venezuela, com tanto petróleo e uma renda per capita de 3 mil dólares (50% maior que a do Brasil), chegou ao ponto a que chegou, que devemos pensar do resto da América Latina?

O lado sujo das privatizações

Jornalista argentino faz uma denúncia candente e documentada

A casa onde vivíamos exilados em Lima, brasileiros, argentinos e uruguaios, tinha suas peculiaridades. Localiza-se no bairro de Barranco, sobre o Pacífico, em frente a um dos recantos mais lindos da capital peruana: a Ponte dos Suspiros, um lugar atraente para casais românticos. A área está sujeita a terremotos, mas isso não é muita novidade no Peru.

O que havia de mais complicado era a "presença" de dona Tula, a inquilina recentemente falecida e que não queria afastar-se do lar de tantos anos. Na verdade, nunca vi nem sombra de dona Tula, mas a artista plástica uruguaia Alice Saade, que dividia com os outros exilados a casa-pensão, jura que viu, várias vezes, a simpática velhinha.

Nessa casa, fizemos uma espécie de escritório onde preparávamos artigos para atender aos nossos compromissos com os jornais limenhos e o material da revista *Terceiro Mundo*, enviado clandestinamente a Buenos Aires, onde tentávamos editá-la também na clandestinidade. Uma das últimas remessas à Argentina – antes de ter se tornado inviável a presença da revista no Prata – foi feita através do antigo bispo de Avellaneda, D. Jerônimo Podestá, não sem riscos e perigos.

No nosso grupo, os assuntos que demandavam investigação mais cuidada ficavam a cargo do jornalista argentino Horácio Verbitsky, com uma sacrificada militância revolucionária no seu país e que não acreditava nas aparições de dona Tula, motivo de intermináveis discussões com a amiga uruguaia. Uma das suas pesquisas mais importantes foi feita sobre o modelo de imprensa no governo do general Velasco Alvarado, que desapropriou os jornais limenhos e os entregou a setores sociais, como camponeses, trabalhadores urbanos, professores, etc. O seu livro *Prensa y Poder en el Peru* é o resultado desse notável trabalho de investigação e análise.

Horácio empenhava-se para conseguir um transporte bastante modesto: uma bicicleta. Quando a conseguiu sofreu a frustração de que a roubassem no primeiro dia de uso, à porta da casa de dona Tula.

Certa tarde, Horácio reuniu o nosso "coletivo" para uma comunicação importante: ia regressar clandestinamente à Argentina. À época, a revista já não mais circulava naquele país e a repressão contra os militantes da resistência era feroz. Sua iniciativa pareceu-nos temerária, mas ele foi assim mesmo.

Passamos meses sem notícias de Horácio até que soubemos dele, já no tenso esforço de sair da vida clandestina. Fazia traduções ou escrevia muito discretamente, sem assinar, para revistas menos marcadas pela ditadura.

Nesse período nos vimos umas vezes em Buenos Aires, e, com o nosso retorno ao Brasil, também no Rio, onde, mais tarde, esteve para rever amigos.

Daí em diante, com a abertura política que se sucedeu à ditadura militar, foi a explosão do sucesso. Horácio converteu-se em poucos anos no autor de grandes *best-sellers* políticos, uma consciência crítica de uma nação devastada por sucessivos governos oligárquicos e militares ou oligarco-militares. Dois deles abordaram temas com enorme carga de emoção para os argentinos: *La última batalla de la tercera guerra mundial* sobre as Malvinas e *Ezeiza* sobre o retorno do General Perón e o massacre dos seus partidários à sua chegada no aeroporto de Buenos Aires. Além destes e de outros livros, Verbitsky converteu-se no mais lido e respeitado comentarista político do novo diário portenho, *Página 12*, de grande êxito editorial.

Um livro explosivo – Horácio Verbitsky publicou há pouco o que poderá ser seu mais profundo, documentado e polêmico livro, com o título de *Roubo para a Coroa*. É a história trágica da aplicação do modelo neoliberal na Argentina e sua aventura mais custosa e fraudulenta: as privatizações. O autor acentua que "o capitalismo de rapina que impera na Argentina entrou em nova fase". Agora, as empresas multinacionais e seus sócios internos já não se limitam a influir, obter favores através de terceiros, mas também administram e usufruem direta-



Horácio Verbitsky: "As multinacionais e seus sócios internos se apossam do trabalho dos argentinos"

Horacio Verbitsky

ROBO
PARA LA
CORONALos frutos prohibidos
del árbol de la corrupción

te da coisa pública, patrimônio do trabalho e do sacrifício de muitas gerações de argentinos.

O livro desnuda o processo de privatização e mostra como o Estado argentino está sendo desmembrado, com os poderes e atribuições transferidos a preços quase simbólicos para empresas estrangeiras. Um dos aspectos mais estranhos desse processo é que muitas dessas empresas, como as italianas e francesas que se apoderaram de grande parte dos telefones e a espanhola que ficou com a Ibéria, são, nos seus países, estatais. Ou seja: vende-se a empresa porque a iniciativa privada é melhor e mais eficaz, mas quem compra são empresas estatais, ainda que estrangeiras.

No caso das espanholas ele escreve o seguinte: "O Reino da Espanha merece ser considerado em conjunto pela participação de várias de suas empresas. Foi uma negociação de Menen com o presidente Felipe Gonzalez. A participação espanhola na tupacimirização (esquartejamento) do Estado argentino forma parte de sua apressada volta à América Latina, com a qual espera compensar algumas das desvantagens relativas do seu ingresso na Comunidade Econômica Européia."

Privatização é falsa, pois quem compra as estatais argentinas são estatais estrangeiras

Horácio desce a detalhes impressionantes de cada transação: os subornos, os negócios escusos, tudo com nomes e apelidos.

Nesse processo de despojo do Estado argentino não foram ouvidas as v. zes de discordância e alerta. Nem mesmo a prudente advertência do Banco Mundial de que "a urgência de privatizar poderia dar origem a uma corrupção generalizada, - ou a uma substimação de preços e ativos".

Mas Horácio Verbitsky não se limita a denúncias, ainda que amplamente fundamentadas, envolvendo até mesmo altas autoridades do país. Examina as relações das empresas privadas com o Estado e o seu sistema de compras. "O estilo argentino de compras - diz ele - tem regras próprias: a absoluta falta de controle nos preços que se fixam se compensa com as dificuldades para cobrar, o que valoriza a intermediação de influentes e gestores." E vai mais a fundo: "No clube dos empreiteiros se combinam as apresentações a licitações. Em alguns casos se decide de antemão quem deve ganhar a concorrência; em outros, se deixa liberdade à concorrência de preços acima de um nível acordado, com o compromisso da posterior subcontratação de parte da obra com os derrotados. No pior dos casos o perdedor da concorrência recebe uma compensação econômica para que ninguém resulte excluído do festim."

Tudo isso ocorre na Argentina. Mas poderia ser no Brasil, na Venezuela, na Guatemala, na Colômbia, na América Latina quase toda.

Todos esses métodos, que se entranham em sistemas neo-liberais de governos, são aplicados em países corrodos pela miséria e a injustiça social. Verbitsky recorre a dados expressivos: com 32 milhões de habitantes, a Argentina tem 25 milhões de pessoas abaixo ou logo acima da linha da miséria. No governo Perón (outubro de 1974) 20% dos mais ricos detinham 39% da riqueza e os 20% mais pobres, 8,8%. No fim do governo neoliberal do presidente Raul Alfonsín, esses dados eram, respectivamente, 52,4% e 5,3%.

Lamentavelmente, ainda não temos no Brasil um trabalho como esse. Nosso jornalismo está mais preocupado com as informações episódicas ou as denúncias ocasionais do que com o que há de fundamentalmente errado, injusto e desonesto no sistema econômico que se impõe ao nosso povo. Mas, até por prudência, o Dr. Modiano, empenhado em desarticular o Estado brasileiro em nome de um neoliberalismo fora do tempo, devia ler o *Roubo para a Coroa*, antes de "deshidratar" o setor público da economia brasileira, responsável principal pelo que hoje construímos e temos.

O livro de Horácio Verbitsky é uma contribuição muito importante para apoiar o esforço de poucos com a indiferença de muitos no sentido de desmistificar o que está detrás das privatizações.

Da casa de dona Tula ao *Página 12*, Horácio não cessou o seu combate. E isso é alentador numa fase como a que vivemos, de enganos, acomodações e oportunismos.

Neiva Moreira



Praga misteriosa

Um fungo que destrói a coca acaba também com outras plantações e leva à invasão de áreas amazônicas para cultivar a droga

Roger Rumrill

Mais efetivo que a própria Drug Enforcement Agency (DEA) e a Polícia de Drogas do Peru (Dipod), um misterioso fungo está matando mais plantas de coca que tudo que foi destruído e erradicado em mais de dez anos de guerra antidrogas, provocando uma situação inédita no vale de Huallaga, o maior produtor de coca do mundo, com mais de 200 mil hectares plantados.

O fungo, identificado como o *Fusarium Oxysporum* pelo fitopatólogo Enrique Arévalo Gardini, da Universidade Agrária da Selva, foi detectado em 1987 em Paraíso, na época uma próspera aldeia cocaleira no vale do Alto Huallaga.

A partir desse ano, transportado por chuvas, ventos e helicópteros da DEA — de acordo com a versão divulgada pelos camponeses — o fungo infectou e destruiu superfícies de coca quatro a cinco vezes superiores aos 15 mil hectares

que, oficialmente, se tinha erradicado em uma década ao custo de aproximadamente 30 milhões de dólares e centenas de vidas humanas.

Os fitopatólogos descrevem o fungo como altamente patogênico e agressivo, que penetra na planta através de *feridas* produzidas por cortes. Uma vez instalado, o *Fusarium* provoca obstrução do tecido vascular e, mediante a emissão de toxinas, bloqueia e impede a absorção natural de água e nutrientes, ocasionando a morte do vegetal.

O pior de tudo é que este fungo não está matando apenas a coca mas atacando também plantas alimentícias como o milho, o arroz, o cacau, o café e outros cultivos, afetando toda a ecologia do vale, segundo denunciaram camponeses da Cooperativa Agroindustrial do Alto Huallaga a uma comissão de assessores do senador Edward Kennedy, presidida por Gare A. Smith, que está avaliando a política antidrogas do presidente Bush nos países andinos.

Versão contraditória — Na mesma reunião, da qual participamos, o assessor de Kennedy disse que o embaixador norte-americano em Lima, Anthony Quainton, havia negado que este fungo fosse uma arma bacteriológica dos Estados Unidos na *Guerra andina contra a coca*, tal como afirmam os cultivadores de coca e especialistas em ecologia tropical.

No entanto, dezenas de camponeses que entrevistamos em Uchiza, Tocache, Paraíso e em outras localidades do Meio e Baixo Huallaga, assim como da bacia de Ucayali, no norte da Amazônia, disseram ter visto helicópteros da DEA (chamados onomatopeicamente *toco-tocos* pelos camponeses amazônicos devido ao som de seus motores e hélices) sobrevoando as plantações de coca, durante a noite e de madrugada, lançando fungos sobre as plantações.

Em artigo publicado no jornal norte-americano *The New York Times* em 11 de novembro de 1991, o jornalista Clifford Kaus afirma que "oficiais norte-americanos informaram que efetivos

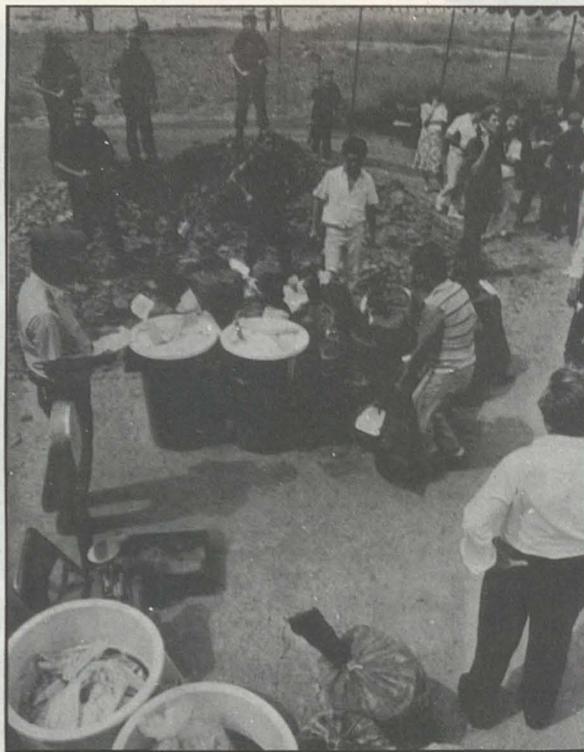
militares peruanos reiteradamente têm disparado contra helicópteros que realizam operações de combate a drogas e de controle com herbicidas”.

O presidente George Bush, em seu relatório sobre a “Estratégia Nacional para Controle de Drogas de 1990”, admite a importância do “desenvolvimento de agentes biológicos para incrementar ou reduzir a produção de vários cultivos”. Além disto, o Serviço de Investigação Agrícola dos Estados Unidos efetua, desde 1972, investigações para o desenvolvimento de agentes para o controle de cultivos ilícitos como a coca, a maconha e a papoula produtora da heroína.

Precedentes perigosos –

Em 1987, a administração do presidente norte-americano Ronald Reagan pressionou o governo de Alan García para a utilização do herbicida *Spike* na erradicação das plantações de coca do vale do Huallaga. Ante a negativa do governo devido à oposição de ecologistas nacionais e estrangeiros (incluindo o Sendero Luminoso que liderou uma *Frente anti-Spike*) formou-se uma comissão composta por norte-americanos e peruanos para a realização de ensaios e provas no Alto Huallaga.

As experiências com o *Spike* foram negadas pela Casa Branca, mas ante a



Policiais apreendem 1500 kg de coca no alto Huallaga

denúncia dos grupos ecológicos e sobretudo a partir do dramático e emotivo impacto de uma carta do padre norte-americano de Aucayacu, Pablo Feeley, o governo norte-americano teve que aceitar que essas provas estão sendo feitas em Cholón, a 20 quilômetros de Tingo María, com sua participação.

Enrique Gardini, o fitopatólogo que fez o estudo chamado “Etiologia sobre a

Murchidão da Coca” não descarta a possibilidade de que as experiências com *Spike* tenham provocado um desequilíbrio ecológico na área, facilitando a mutação agressiva do *Fusarium Oxysporum* até transformá-lo no inimigo número um da coca e no agente que está criando um novo cenário regional, nacional e internacional do narcotráfico.

Reação em cadeia – O fato de as plantações de coca estarem secando e murchando provoca, ao longo da vale do Huallaga, um grande impacto desencadeando problemas econômicos e sociais, políticos e ecológicos. Até 1989, o Alto Huallaga – que geograficamente começa em Tingo María, ao pé da Cordilheira Oriental e termina em Juanjuí – era a zona estratégica do narcotráfico mundial e a região mais importante das chamadas “bases de apoio” da guerrilha maoísta do Sendero Luminoso.

Cidades e pequenas aldeias como Uchiza, Tocache, Madre Mía, Paraíso e Progreso nadavam em prosperidade, corrupção e violência, produzindo 60% de toda a cocaína consumida por mais de 20 milhões de usuários norte-americanos.

Em agosto de 1989, após o assassinato do pré-candidato liberal Luis Carlos Galán, o governo colombiano de Virgilio Barco

Abandono de um plano ambicioso

afastamento do assessor especial do governo Fujimori para o problema da droga, Hernando de Soto, implica o fim de um vasto programa de substituição de cultivos e de titulação, e cadastro das terras onde se planta a coca.

O programa tratou de incorporar os camponeses cocaleiros à economia formal, dando-lhes títulos de propriedade das terras que ocupam para permitir-lhes acesso ao crédito rural. De Soto estava negociando com um conglomerado de 50 empresas européias e norte-americanas um plano de investimentos nas áreas cocaleiras que permitiria impulsionar o desenvolvimento dos cultivos de substituição.

Hernando de Soto era também o coordenador internacional do governo Fujimori (era considerado “chanceler nos bastidores”) com os governos de países industrializados para articular políticas conjuntas de combate ao narcotráfico.

A renúncia do assessor de Fujimori deixa grandes dúvidas sobre a firmeza do governo em relação ao problema do narcotráfico. “As balas que tiraram a vida de Walter Tocas, o primeiro dirigente cocaleiro a responder ao chamado presidencial para o desenvolvimento alternativo, vieram, segundo disseram publicamente membros de seu próprio sindicato, de armas do Estado”, afirma um parágrafo da carta de demissão de De Soto. E mais adiante: “E como toda a imprensa informou, de lugares controlados pelo Estado também se despacha droga regularmente.”

As divergências do assessor do presidente com alguns ministros do gabinete, evidências de participação das forças da ordem pública no negócio da droga e as atitudes autoritárias do presidente Fujimori teriam sido outras das causas que precipitaram a renúncia de De Soto.



Milhares de litros de querosene, ácido sulfúrico e acetona são usados a cada ano para refinar cocaína no Peru e na Bolívia

declarou guerra aos cartéis de Cáli e Medellín e uma grande ofensiva militar e policial desfez os elos básicos do sistema do narcotráfico: a produção e o transporte. Então, o quilo da pasta básica de cocaína que era vendido em Uchiza a 1.500 dólares em julho, caiu para 30 dólares. À queda dos preços da droga, que nunca mais voltaram aos níveis de 1989, sobreveio o aparecimento do fungo e, do mesmo modo que ele, caíram também sobre os produtores de coca os furiosos policiais da DEA, que operam da forte base antidroga de Santa Lucía.

Seguindo o caminho da coca -

Em janeiro de 1992, as cidades e povos do Alto Huallaga parecem um cenário abandonado depois de rodarem um *western spaghetti*. Centenas e milhares de camponeses estão tendo que fugir do fungo em busca de novas terras. As centenas de *Traquetos* (motoqueiros) que compram drogas em suas poderosas motocicletas Honda e Yamaha, tam-

bém foram embora. Os guerrilheiros do Sendero Luminoso, como eles, seguem a rota da coca. Só falta os gringos da DEA e os efetivos do Dipod seguirem o caminho da coca porque o fungo está a ponto de deixar inútil a amuralhada Santa Lucía.

Se futuramente se chegar a comprovar que o fungo é um agente da guerra bacteriológica norte-americana, vai se poder dizer então que o tiro dos norte-americanos saiu pela culatra. Porque o êxodo camponês está originando a maciça "cocalização" da Amazônia. Não só o Médio e Baixo Huallaga estão sendo povoados com coca como também as bacias dos rios Maranhão, Ucayali e outros afluentes do grande rio Amazonas.

Cálculos mais ou menos cautelosos estimam que 1992, ano do quinto centenário do Descobrimento da América, poderá terminar com um crescimento espetacular das plantações de coca de cerca de 500 mil hectares, que é igual a toda a agricultura legal instalada pelo

Ocidente em 500 anos. Sem esquecer que o potencial de terras ideais para a produção de coca, somente na Amazônia Peruana (600.000km²) é de um milhão de hectares.

Mais rápidos que o *Fusarium Oxysporum* são os braços dos camponeses que alucinadamente abatem o bosque tropical para refazer as plantações de coca infestadas. Estima-se que as plantações de coca são as causadoras diretas e indiretas da destruição de 700 mil hectares de bosques e da erosão e perda dos solos. Mas o impacto da cocalização sobre a ecologia amazônica, às portas da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) vai muito mais além.

Indústria suja - Técnicos e especialistas calculam que para uma produção de 6.400 toneladas de pasta básica de cocaína, procedentes de um plantio de 160 mil hectares de coca, com uma produção anual de 2.400 quilos de folha seca por hectare, tenham sido necessá-

rios em 1986 – um ano de grande produção devido aos bons preços –, aproximadamente 57 milhões de litros de querosene, 32 milhões de litros de ácido sulfúrico, 16 mil toneladas de acetona, 6 milhões de litros de tolueno e importantes quantidades de éter e permanganato.

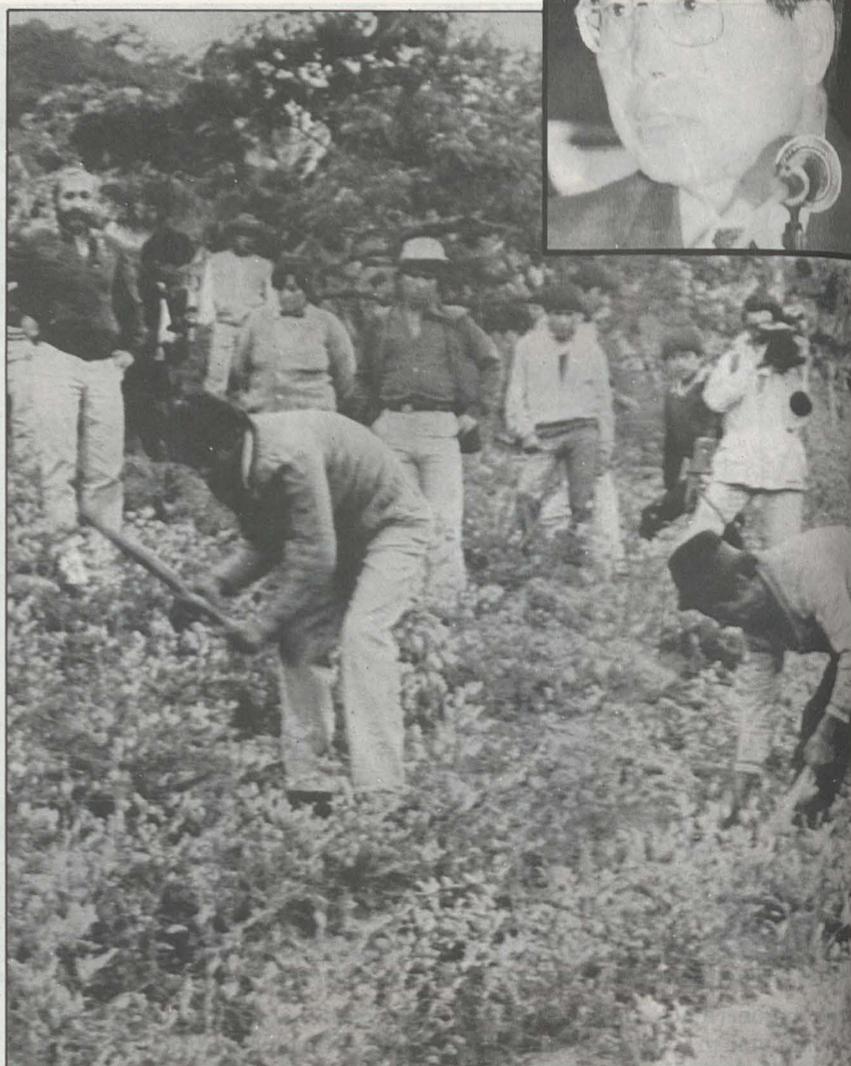
Os resíduos da produção industrial de cocaína na floresta são lançados no rio Huallaga e seus afluentes, provocando a ruptura da cadeia trófica e o desaparecimento dos recursos hidrológicos, resultando em dano global ao meio ambiente.

Nesta paisagem social, econômica e política, a guerrilha do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), que operam principalmente no Médio e Baixo Huallaga, estão pescando em um rio revolto. Os fatores que concorrem para sua explosiva expansão são, por um lado, o abuso e a violação dos direitos humanos pelas forças militares e policiais, e, colocando mais lenha na fogueira, a pobreza camponesa agravada pelo fungo, e pela adoção de uma política neoliberal ortodoxa que, entre outros mecanismos e medidas, suprimiu o crédito agrário e baixou para 15% as taxas de importação, submetendo a uma impossível competição os cultivos legais produzidos nas áreas cocaleiras, com os subsidiados produtos importados da Comunidade Econômica Européia e outras áreas do Norte industrializado.

Competidor letal – Competindo com a baixa da coca, começam a aparecer nas cordilheiras orientais, sobre terços ecológicos entre os mil e quinhentos e dois mil metros sobre o nível do mar, as belas – e potencialmente mortíferas – flores da papoula. Em uma recente expedição ao vale do Amazonas pôde-se verificar os novos cultivos de papoula que poderão substituir a coca a curto prazo.

O novo boom da heroína – cuja base de fabricação é a papoula com a qual se produz o ópio – nos mercados mundiais do consumo de drogas anunciaria uma rápida expansão do cultivo, graças a seus substanciosos rendimentos: um quilo de pasta básica de cocaína hoje custa 190 dólares, enquanto o quilo de ópio é vendido a 700 dólares nas áreas de produção.

De novo as armas – Posto em xe-



Fujimori agravou problemas dos camponeses que vivem nas áreas de produção de coca

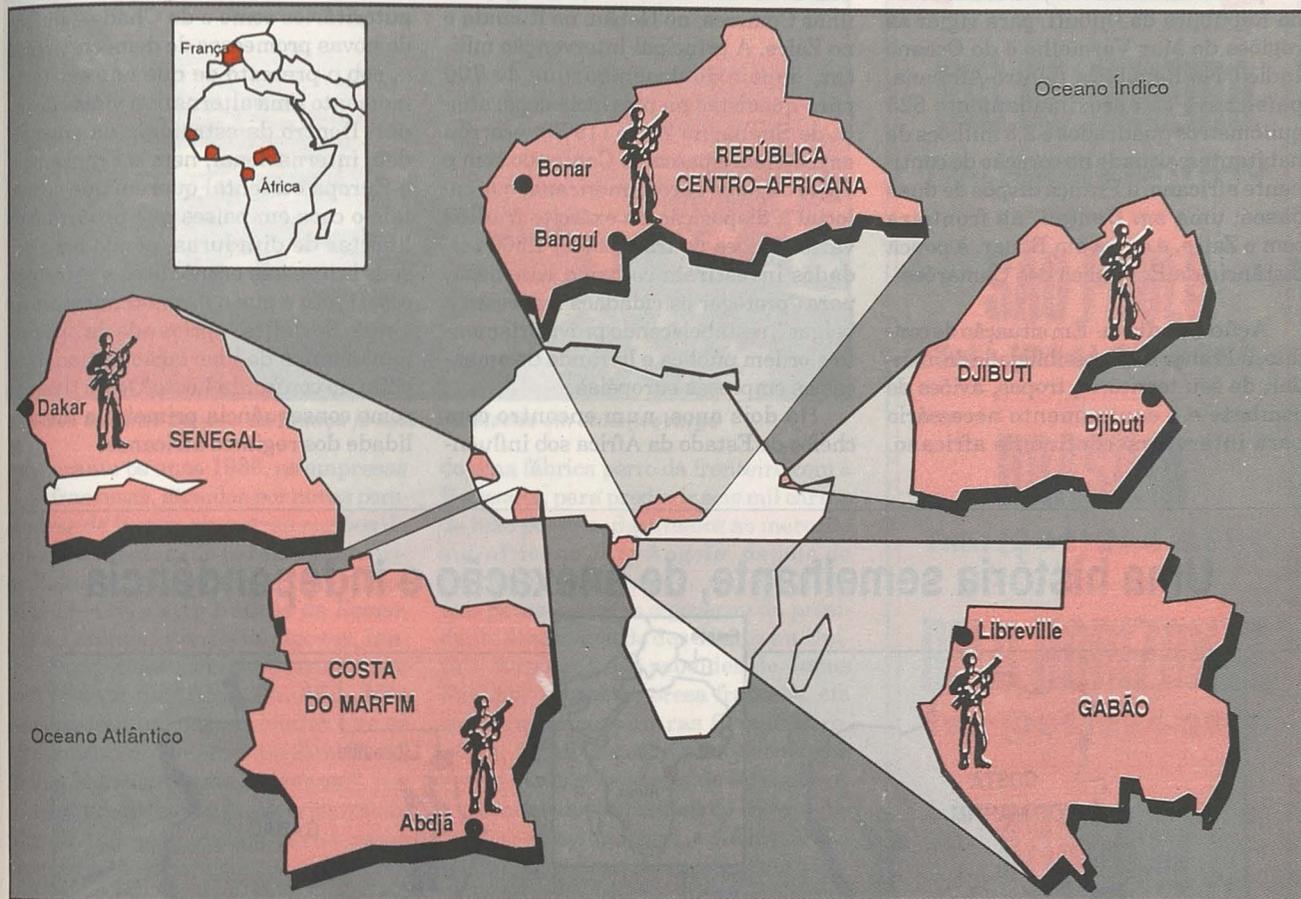
que pela profunda recessão que assola a economia norte-americana e que baixou a sua popularidade a menos de 45 por cento, o presidente Bush tentará ganhar pontos eleitorais com a “Guerra Andina contra a Coca” recorrendo à lógica das armas. Documentos oficiais de circulação restrita mostram que os Estados Unidos priorizam em 80% a interdição e a repressão. E só deixam cerca de 20 por cento dos recursos para o cada vez mais distante “desenvolvimento alternativo”.

Certamente o adiamento do desenvolvimento alternativo – eixo sobre o qual deveria girar a política antidrogas nos países andinos – colocou à beira do colapso a chamada “Doutrina Fujimori sobre as Drogas” e o Convênio Antidrogas assinado por Peru e Estados Unidos em maio de 1991. Até agora, Washington não liberou um único dólar dos 60 milhões que tinha

prometido no convênio (ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 146).

Antes que o barco afundasse, o assessor para drogas e representante pessoal do presidente Fujimori, Hernando de Soto, renunciou a suas responsabilidades em 28 de janeiro (ver quadro). “Dias muito duros se aproximam, mas seguiremos na luta”, disse há poucos dias em Quillabamba, nas proximidades do Vale Sagrado dos Incas, o dirigente Genaro Cahuana da Federação Provincial de Camponeses da Convenção e Laras-Ynatile, onde se produz a milenar coca de uso tradicional. Para os cocaleiros da Convenção, o fungo também é um perigo, mas acreditam que a coca sagrada triunfará finalmente devido a suas propriedades medicinais e alimentícias e, sobretudo, mágicas, contribuindo para curar as doenças do Ocidente.

Exército francês volta às ex-colônias



Militares alegam necessidade de defender cidadãos de seu país e se instalam nas antigas colônias africanas, a fim de garantir os interesses econômicos e estratégicos da França

Edouard Bailby

São cada vez mais frequentes as intervenções do exército da França na África negra. Oficialmente, o objetivo é proteger os cidadãos franceses que ali residem – técnicos, professores, empresários e agricultores – das ameaças causadas por situações de guerra civil.

Mas, num artigo recentemente publicado na revista *Relations internationales et stratégiques*, o general Henri Paris, comandante em chefe da Segunda Divisão Encouraçada, chamou a atenção para o fato de que essa não era a única razão da

presença francesa na África. Para ele, a França tem a obrigação de defender “o seu acesso aos recursos estratégicos e energéticos, tais como os minérios e o petróleo, e assegurar o livre tráfego marítimo”. A médio prazo, a presença militar francesa na África será necessária à política espacial européia, tendo em vista a importância da linha do Equador para o lançamento de satélites.

Para cumprir seus objetivos geoestratégicos, a França assinou, a partir de 1960, acordos de defesa com seis países africanos: Gabão e República Centro-Africana (1960), Costa do Marfim (1961), Senegal (1974), República de

Djibuti (1977) e as ilhas Comores (1978). Com esses acordos, os franceses obtiveram facilidades para a instalação de tropas, seja de forma temporária (direitos de escala), seja de forma permanente (bases militares).

Em contrapartida, as antigas colônias passaram a poder apelar, em caso de agressão externa, para as forças armadas francesas, com vistas a assegurar a sua própria defesa ou manter a ordem pública. Cabe observar que o apoio da França não se dá automaticamente, pois depende de uma decisão de Paris.

Atualmente, o dispositivo militar francês na África negra repousa sobre o

estacionamento de forças terrestres e aéreas em cinco países: Costa do Marfim, Djibuti, Gabão, República Centro-Africana e Senegal. Ao todo, são mais de nove mil homens instalados de forma permanente. Destes, cinco mil estão na República do Djibuti, para vigiar as regiões do Mar Vermelho e do Oceano Índico. Na República Centro-Africana, país-chave de aproximadamente 623 quilômetros quadrados e 2,8 milhões de habitantes, situado no coração do continente africano, a França dispõe de duas bases: uma em Bangui, na fronteira com o Zaire, e outra em Bouar, à pouca distância da República dos Camarões.

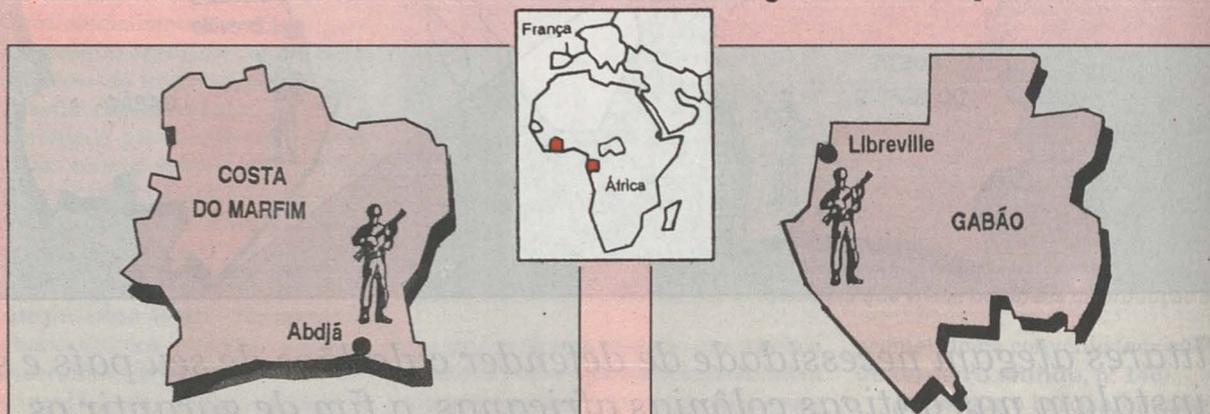
Ação imediata—Em situação de conflito, a França tem possibilidade de mandar, de seu território, tropas, aviões de combate e o equipamento necessário para intervir no continente africano.

Hoje, graças a seu dispositivo militar, ela pode agir rapidamente em 15 nações africanas, inclusive em países como Angola, Nigéria e Uganda. É assim que, desde 1983, o exército francês vem intervindo no Chade, no Togo, nas ilhas Comores, no Gabão, no Ruanda e no Zaire. A principal intervenção militar, depois do desembarque de 700 pára-quedistas na província separatista de Shaba, no Zaire (1978), ocorreu em setembro passado. Contando com o apoio da força aérea americana, que colocou à disposição do exército francês vários aviões de transporte, 1.500 soldados investiram contra o Kinshasa, para “proteger os cidadãos franceses e belgas”, restabelecendo provisoriamente a ordem pública e livrando de ameaças as empresas européias.

Há dois anos, num encontro com chefes de Estado da África sob influên-

cia francesa, o presidente François Mitterrand deixou claro que a França somente daria ajuda aos países empenhados no estabelecimento de regimes democráticos. Contudo, o governo francês continua apoiando regimes autoritários como o do Chade — apesar de novas promessas de democratização —, sob o pretexto de que não existe no momento uma alternativa viável de poder. Dentro da estratégia da nova ordem internacional, nem a França nem a Europa ocidental querem que se instale o caos em países que procuram se libertar de ditaduras, pondo em risco seus interesses econômicos e estratégicos. O fato é que o desmoronamento da União Soviética — privando de apoio os movimentos de libertação nacional — e o fim do confronto Leste/Oeste tiveram como consequência primeira a instabilidade dos regimes africanos.

Uma história semelhante, de anexação e independência



Costa do Marfim é o maior produtor de cacau do mundo

O analfabetismo no Gabão chega a 87% da população

Os cinco países da África negra onde o dispositivo militar francês está instalado têm uma história semelhante, tanto no processo de anexação à França — que se deu no final do século XIX, início do século XX —, quanto na conquista da independência da velha metrópole, ocorrida a partir do final dos anos 1950.

Maior produtor de cacau do mundo, a Costa do Marfim tornou-se um protetorado da França em 1893. Em 1958, transformou-se em república autônoma. Dois anos depois, configurou-se a independência.

Djibuti foi anexado pela França no ano de 1896, com o nome de Somália Francesa. Em 1977, com a independência, o país passou a usar o nome atual.

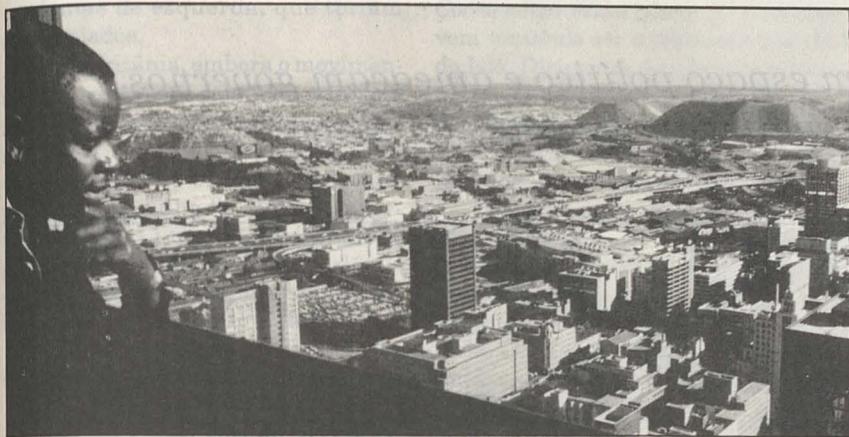
O Gabão, em 1890, foi anexado ao Congo Francês. Mais da metade da população é de origem bantu. A independência veio em 1960, mas o país tem um índice de analfabetismo de cerca de 87 por cento.

No início do século XX, a República Centro-Africana foi agregada ao Chade, tornando-se um dos territórios da África Equatorial Francesa. Na década de 1960 conquistou sua independência.

A ocupação francesa do Senegal data de 1893. Em 1946, a colônia tornou-se parte da União Francesa. Em 1958, o Senegal foi transformado em república autônoma dentro da comunidade francesa.

A independência política aconteceu em 1960.

Bons negócios por toda a África



Dois dos maiores bancos da França já estão instalados em Johannesburg

Durante os anos 1980, as empresas francesas, atraídas por novas perspectivas de lucros em outras regiões do mundo, começaram a se retirar da África. Mas os tempos mudaram. Em março de 1989, o ministro francês da Economia e Fazenda, Pierre Bérégovoy, lançou um apelo aos investidores de seu país: "Saíam da África francófila. Não desperdicem as oportunidades que se apresentam no Quênia, no Zimbábue, na ilha Maurício ou no Botsuana."

Desiludidos com a grave crise econômica da América Latina, que com raras exceções não encoraja no momento os investimentos estrangeiros, os industriais franceses passaram a manifestar novamente um interesse especial pela África, tradicional zona de influência. Em três anos, 80 grandes grupos econômicos franceses e 1.500 pequenas e médias empresas reforçaram a presença no continente africano, voltando ao nível de 1985.

Seguindo a orientação do ministro Pierre Bérégovoy, as empresas francesas estão penetrando aos poucos nos países de língua inglesa ou portuguesa. No Botsuana, estão construindo a base militar de Gaborone, a um custo de US\$ 270 milhões. No Lesoto, a perfuração de túneis é um projeto orçado em US\$ 400 milhões. Em Abuja, nova capital da Nigéria, empresas francesas constroem o edifício da corte suprema e a catedral. Na Namíbia, graças a uma lei que autoriza o retorno dos capitais e dos lucros ao país de origem, a empresa automobilística francesa Peugeot está instalando

uma fábrica perto da fronteira com o Botsuana, para produzir seis mil carros de luxo por ano, destinados ao mercado sul-africano. Em Angola, depois do acordo de paz assinado em março do ano passado, entre o governo do presidente José Eduardo dos Santos e a Unita - formação dos rebeldes de Jonas Savimbi -, uma empresa francesa, em cooperação com outras firmas européias, foi autorizada a modernizar a rede de energia elétrica de Luanda.

Dentro dessa política de reconquista do continente negro, a África do Sul ganha lugar de destaque, tendo em vista o clima político criado com os acordos anti-apartheid. Dois dos maiores bancos da França já estão instalados em Joanesburgo. Em julho do ano passado, mais de 80 homens de negócios visitaram a África do Sul, seguidos em setembro por 20 industriais, que acompanharam Dominique Strausss-Kahn, ministro da Indústria e do Comércio, primeiro membro do governo francês a viajar a Pretória desde 1975.

Não são apenas os franceses que estão redescobrimdo o mercado africano. Coreanos, japoneses, alemães, ingleses, italianos, portugueses e canadenses também estão procurando um lugar ao sol. A concorrência é forte. Com o processo de unificação da Comunidade Européia, a França procura ter uma posição privilegiada no continente negro. A vitória da direita nas eleições legislativas do ano que vem só poderá reforçar o papel do exército francês na África. ■

ASSINATURAS

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

RIO DE JANEIRO

Tel.: (021) 252-7440

SÃO PAULO

Tel.: (011) 36-7094

BRASÍLIA

Tel.: (061) 226-2202

BELO HORIZONTE

Tel.: (031) 224-3610

ARACAJU

Tel.: (079) 211-1912

FLORIANÓPOLIS

Tel.: (0482) 44-7683

AMAPÁ

Tel.: (096) 223-1721

Editora Terceiro Mundo Ltda.

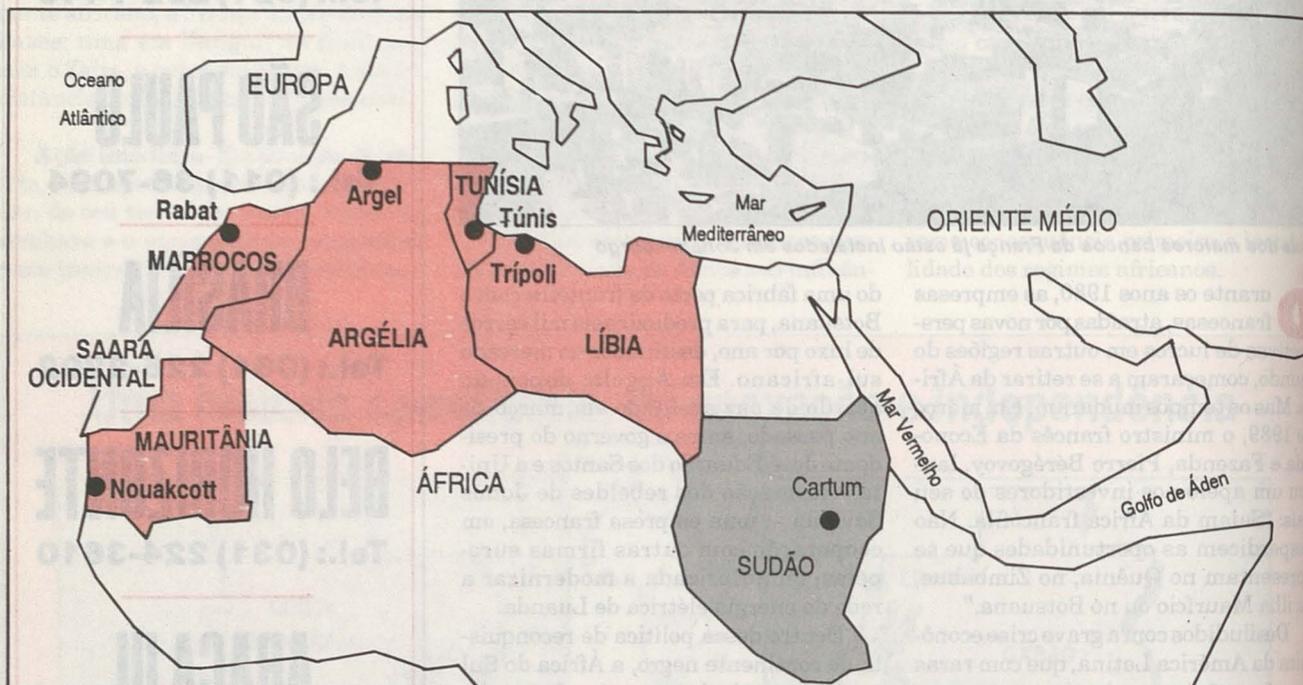
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

Fax: (021) 252-8455 - Telex: 21 33054

O avanço do fundamentalismo

Radicais ocupam espaço político e ameaçam governos nas cinco repúblicas africanas do Magreb



Nos cinco países da área em vermelho, o fundamentalismo cresce enquanto estabelece sua base política no Sudão

Abdelmajid Bejar

Aluta entre as autoridades dos cinco países africanos do Magreb e os fundamentalistas islâmicos cresce a cada dia. Na Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia, a população está desiludida e revoltada com os governos que não resolvem os seus problemas e tentam impedi-la de ocupar o espaço político.

Aproveitando esse caldo de cultura, os fundamentalistas, que são os seguidores mais radicais da religião majoritária da região, o Islã, estão buscando chegar ao poder, seja através da força — como é o caso do movimento Ennahdha (Renascimento), da Tunísia — ou através de eleições, como tentou a Frente Islâmica de Salvação (FIS) argelina.

A luta mais radical desenrolou-se na Tunísia, em duas etapas: a primeira de 1985 a 1987, na gestão do ex-presi-

dente Habib Burguiba e a segunda de 1989 a 1991, sob a presidência de Zine-El-Abidine Ben Ali. Em agosto de 1987, em plena temporada turística, dois militantes do Ennahdha explodiram bombas em dois hotéis. Os dois foram executados e o ex-presidente Burguiba condenou também o xeque Rached Ghannouchi, líder fundamentalista. Ben Ali tomou posse em 1987, próximo de livrar da força o xeque e iniciar uma lua-de-mel com os fundamentalistas que durou apenas um ano. Gannouchi partiu então para o exílio. Em setembro de 1991, o governo anunciou haver descoberto um complô islâmico e a maioria dos dirigentes do Ennahdha foram presos.

Na Argélia, extremistas muçulmanos trabalharam durante longos anos em silêncio e só recentemente têm dado mostras de sua força. Em 1988, houve violentos combates de rua, que resulta-

ram em 159 mortos e 154 feridos segundo o governo e de 500 a 800 mortos segundo os opositores. Poucos meses depois, a Argélia anunciou um processo de democratização e em fevereiro de 89 foi feita uma revisão da Constituição para implantar o pluripartidarismo. No final do ano passado, a Frente Islâmica de Salvação venceu o primeiro turno das eleições, mas o governo anulou-as e o presidente Chadli Benjedid renunciou. Hoje, o país está dividido e vive conflitos diários entre os islâmicos e o governo.

No Marrocos, o principal movimento islâmico, El Adl Wa-El Ihsane (Justiça e Caridade) é dirigido pelo xeque Abderrahman Yassine. Proibido em janeiro de 1990, este partido não tem força suficiente para confrontar o regime. Nas universidades, tem havido confrontos entre os adeptos da interpretação mais radical do Islã e seus colegas

de esquerda. O último aconteceu em novembro passado na Universidade de Oudja, na fronteira com a Argélia e nas cidades de Fe e Kenitra. Morreram três estudantes de esquerda, que teriam sido degolados.

Na Mauritânia, embora o movimento fundamentalista seja menor do que no Marrocos, o governo tem tido problemas. Duas semanas depois da nova Constituição ter sido adotada por plebiscito, em julho de 1991, o governo promulgou uma lei proibindo os partidos baseados na religião islâmica, embora a lei diga que a religião islâmica é a "do povo e do Estado".

Na Líbia os movimentos religiosos militantes ou não existem ou foram su-

focados pelo governo de Muammar Khadafi, o que não deixa de ser contraditório, pois Khadafi usa, em sua pregação ideológica contra o Ocidente, o *Corão* como texto básico. O líder líbio vem tentando ser o porta-voz mundial do Islã. Dirigentes de vários movimentos fundamentalistas costumam passar por Trípoli, entre eles Ghannouchi e Hassan El Tourabi, da poderosa Frente Nacional Islâmica do Sudão.

O Sudão, cuja junta militar no governo é fortemente influenciada pelos fundamentalistas, tem preocupado muito alguns governos árabes mais ocidentalizados, sobretudo o Egito e a Tunísia. O país se converteu no reduto do fundamentalismo do mundo islâmico, e

o Egito advertiu várias vezes o líder El Tourabi que não "deve tocar nos interesses egípcios".

Recentemente, o ministro do Interior, general Abdelhalim Moussa advertiu contra "a tentativa de desestabilização", dizendo que "os extremistas egípcios, em contato com os da Argélia, Sudão e Iraque" são vigiados de perto pela polícia. O ex-ministro de Relações Exteriores sudanês, Mahdi El Khalifa, revelou que existem no seu país acampamentos secretos para treinar militarmente os fundamentalistas. Tais acampamentos, segundo ele, são administrados por quadros de vários países, entre eles Tunísia, Jordânia, Argélia e Iêmen. ■

A religião dos descontentes

Os movimentos fundamentalistas religiosos no mundo árabe, sobretudo no Magreb, têm sido o terror e o bode expiatório dos governos da região. Tais governos mostram-se mais empenhados em controlar os radicais religiosos do que em resolver os problemas sociais e econômicos.

De Túnis ao Cairo, passando por Argel, Rabat, Trípoli e Nuackchot, trava-se uma batalha feroz entre o poder constituído e as Khouanjas (irmandades religiosas). No Egito, o fundamentalismo surgiu há 50 anos e continua forte, apesar da repressão. No Magreb, ele tomou força nos anos 60.

O movimento — qualificado pelos governos do norte da África e de boa parte da imprensa ocidental como "intolerante e obscurantista" — se desenvolve em três antigas colônias francesas com reputação de "modernas" pela sua abertura e espírito de tolerância. O fundamentalismo ganhou força com o fracasso dos modelos de desenvolvimento ocidentais, em particular o francês, adotados pelos governos destes países depois da independência, no fim dos anos 50 e no início dos 60.

Com uma exceção no caso da Argélia, onde o fracasso do governo deveu-se à burocratização crescente e à falta de canais reais de participação popular, surgiu neste contexto no Magreb uma elite dirigente empenhada em colher todos os frutos da riqueza, à custa da pobreza da maioria da população, e usando, para se manter no poder, um discurso aparentemente democrata. Os pobres observaram com assombro, às vezes com inveja e quase sempre com raiva o insolente desfraldar de riquezas: mansões esplêndidas com piscinas, automóveis de luxo, férias de inverno na Europa, festas nababescas. Enquanto isto, brotavam barracos miseráveis em volta dos bairros ricos nas capitais do norte da África.

Mas num outro grupo social, em melhores condições materiais, também brotou a indignação diante da introdução de comportamentos ocidentais, considerados hostis ao Islã. Os bares cheios, as saias de estilo ocidental e os filmes eróticos desencadearam a hostilidade de uma camada social apegada à tradição muçulmana.

As duas formas de descontentamento geraram no Magreb uma forte reação. Uma parte dos descontentes (estudantes e intelectuais) se voltou para o comunismo, enquanto outra encontrava refúgio na lei islâmica e nos ensinamentos do profeta Maomé. Os governos se viram diante de um duplo problema: a ascensão do radicalismo de esquerda e a militância islâmica.

Alguns governos, sobretudo o da Tunísia, adotaram nos anos 70 uma política que acabou por se virar contra eles. Apoiando-se nas contradições básicas entre o comunismo e o Islã, tentaram o perigoso jogo de lançar os comunistas contra os fundamentalistas, cada vez que um deles se tornava ameaçador.

Esta estratégia beneficiou sobretudo os islâmicos, que, durante mais de uma década, aproveitaram a oportunidade para se infiltrar em todos os setores da vida das comunidades, das escolas aos quartéis.

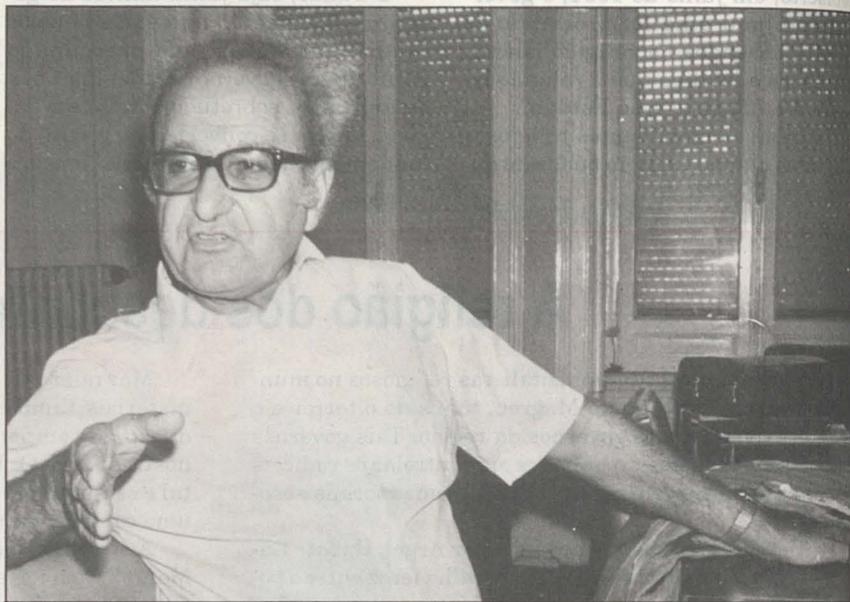
Na Argélia e na Tunísia, os militantes islâmicos organizaram uma campanha de penetração social inteligente, a longo prazo, metódica e silenciosa. Os descontentes foram organizados em três categorias: os desiludidos com o regime; os desempregados e os estudantes e jovens. Os radicais atuam incessantemente nas universidades, mesquitas, fábricas e nos setores públicos. Exploram a desilusão com os valores ocidentais e propõem o sonho de um Estado islâmico. Hoje, perseguidos ou clandestinos, os fundamentalistas continuam ativos. E o governo do Sudão oferece refúgio a todos os que se vêem forçados a se exilar. (A.B.)

Origens do Islã

Filósofo explica o surgimento e as motivações do islamismo, que tenta unir a política à religião

Roger Garaudy

A imprensa se refere aos muçulmanos em geral e aos fundamentalistas em particular como fanáticos e desordeiros. Os governos dos países onde vivem encaram-nos como uma ameaça. Enquanto isto, o islamismo é uma das religiões que mais cresce no mundo. Para os árabes, ele não é apenas um refúgio espiritual, mas também uma maneira de afirmar sua identidade diante do Ocidente. Fazendo parte de uma civilização que já dominou o mundo e deu grandes contribuições ao progresso da humanidade, os muçulmanos até hoje sentem na carne a humilhação de terem sido vencidos pelos ocidentais cristãos. E repudiam o fato de serem considerados bárbaros num mundo em que o conceito de civilidade deixa muito a desejar em qualquer latitude. Os radicais muçulmanos revoltam-se também contra seus próprios dirigentes, que nadam em ouro enquanto o povo vive na miséria. Daí a explosão fundamentalista. Como pano de fundo, está o Corão, o livro sagrado, e os fundamentos de uma seita que, originalmente, prega muito mais o entendimento do que a guerra. Neste artigo, o filósofo marxista francês Roger Garaudy, convertido ao islamismo, explica os fundamentos da doutrina.



Garaudy afirma que o importante é ser criador e que o homem vale pelo que faz

Quando o Islã nasceu, no século VII, o mundo estava dividido em grandes impérios: o império chinês, o da Índia, o dos sassânidas no Irã, o império bizantino e, na Europa, as ruínas do império romano do Ocidente, despedaçado pelos godos e francos.

As religiões serviam ao Estado e uma imagem simbólica disto é um mosaico do século VII, em que Cristo é representado com o uniforme de um general bizantino.

A fulgurante expansão do Islã não se originou da força militar, que teve um papel limitado, mas sobretudo do fato de que, numa sociedade onde 4 mil anos de civilização naufragavam no caos, um mundo novo vinha dar um rosto à esperança das multidões acabrunhadas. Uma das principais razões da rápida expansão do Islã é que uma visão estática do mundo, mumificado em hierarquias sociais baseadas no sangue, era substituída por outra, dinâmica, que restaurava o valor da

responsabilidade pessoal em sociedades onde o sistema feudal a havia posto de lado. O Islã trazia a alma de uma nova vida coletiva.

É por isso que ainda hoje a fé muçulmana, a única que continua progredindo, principalmente na África negra, constituiu uma espécie de cintura do mundo, entre o Norte e o Sul: do Marrocos ao Egito, através de todo o Magreb, e até seu berço árabe, ela avançou até a Ásia central, atravessando o Usbequistão, até Samarcanda e o Sudeste asiático, incluindo a Indonésia. Seu destino é talvez o de arrastar consigo, como uma artéria entre o Oriente e o Ocidente, todas as forças de vida, de um lado a outro.

Nascido com Maomé, na pequena república mercantil de Meca, encruzilhada de permuta das caravanas e dos navios entre o Oriente e o Mediterrâneo, e em permanente contato com as comunidades judaicas e cristãs da Síria, o Islã surge antes de tudo, para os cristãos dispersos em seitas condenadas

MUNDO ÁRABE

por heresia e sujeitos aos pesados poderes temporais dos cleros, e para judeus perseguidos, como uma "volta às fontes". O modelo da fé absoluta em Deus e da submissão a sua vontade (Islã), que constitui a mais alta forma de liberdade, é, tanto para Maomé quanto para judeus e cristãos, Abraão.

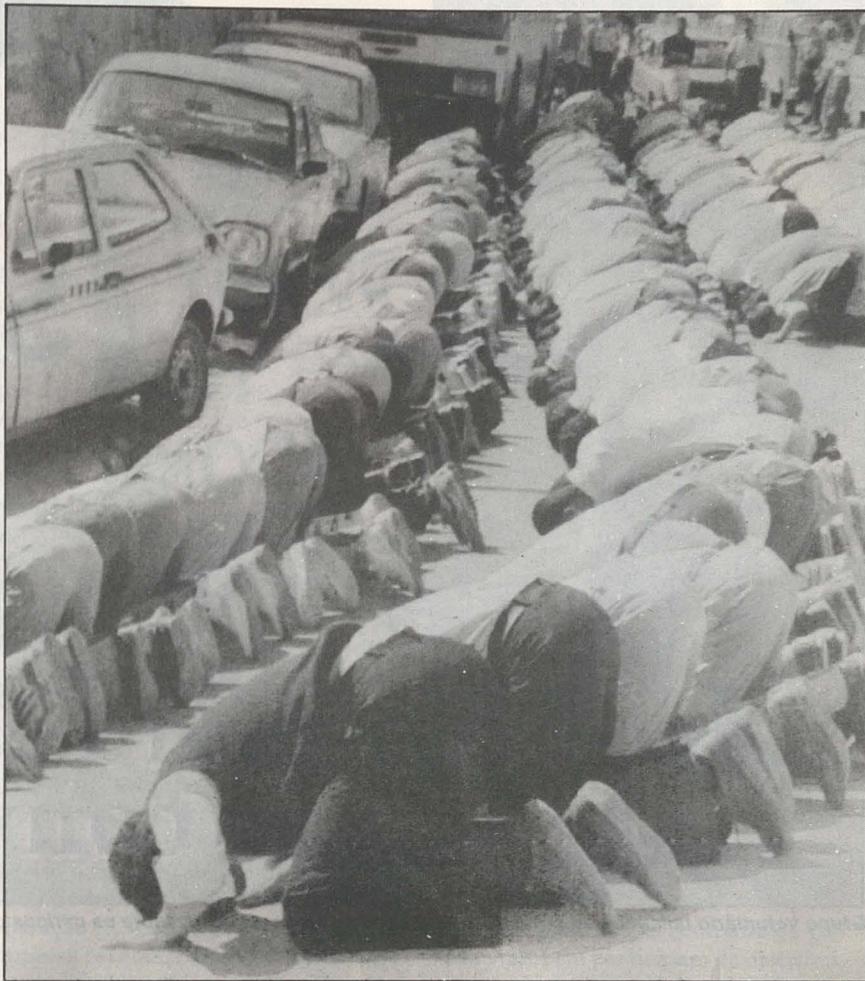
Fora de todas as ortodoxias, o Islã trazia uma fé simples e forte, diretamente acessível aos povos. Trazia uma visão de mundo dominada pelo profetismo até nos atos mais rotineiros da vida. Essa volta à religião primordial de Abraão permite ao Islã formular-se em termos simples e ao mesmo tempo do mais alto misticismo.

O islamismo se baseia em cinco pilares: a profissão de fé, a oração, o jejum, o *zakat* (abandono obrigatório de uma parte de sua riqueza) e a peregrinação a Meca.

A profissão de fé é a seguinte: "Só Deus é Deus e Maomé é seu profeta." A primeira parte da frase é o movimento do homem para o divino, do exterior para o interior. Já a segunda parte, "Maomé é seu profeta", é o movimento de Deus para o homem, através de seu mensageiro, Maomé, a quem, acreditam os muçulmanos, Alá ditou diretamente o *Corão*. Maomé por sua vez personifica a criação inteira, e é de se notar que a palavra *ayat* significa tanto os versículos do *Corão*, a palavra de Deus, quanto as coisas, porque cada uma é igualmente um sinal do alfabeto divino.

A oração inclui o homem de fé na adoração universal. Ao fazê-la com o rosto voltado para Meca, todos os muçulmanos se integram em círculos concêntricos. O jejum é a interrupção voluntária do ritmo vital, a afirmação da liberdade do homem em relação a seu eu e aos seus desejos e ao mesmo tempo a lembrança da presença em nós daquele que tem fome, e da necessidade de ajudar a retirá-lo da miséria e da morte.

O *zakat* não é esmola, mas uma espécie de justiça interior institucionalizada, obrigatória, que manda o homem de fé ser solidário, vencer o egoísmo e a avareza. É a lembrança de que toda a riqueza vem de Deus e que o indivíduo não pode dispor dela à vontade. A peregrinação a Meca concretiza os rituais e vivifica a viagem interior para o centro de si mesmo.



Os muçulmanos rezam voltados para Meca e se integram em círculos concêntricos

A arte do islamismo decorre de sua visão espiritual: é abstrata, rítmica e de encantamento, tendo por objeto refletir o eterno no devir. Tornar visível o invisível pela geometria e a música das formas. Imitar o mundo visível sem considerá-lo uma linguagem de Deus seria sacrilégio.

A ciência muçulmana também é inspirada pela visão central do Islã: todas as formas do universo são símbolos ou sinais de Deus.

A importância dada à percepção sensível faz romper a concepção puramente dedutiva do pensamento grego, em que tudo se encerra no homem. Além disso, não se separa a ciência no sentido de conhecimento objetivo da sabedoria, isto é, da reflexão sobre os fins.

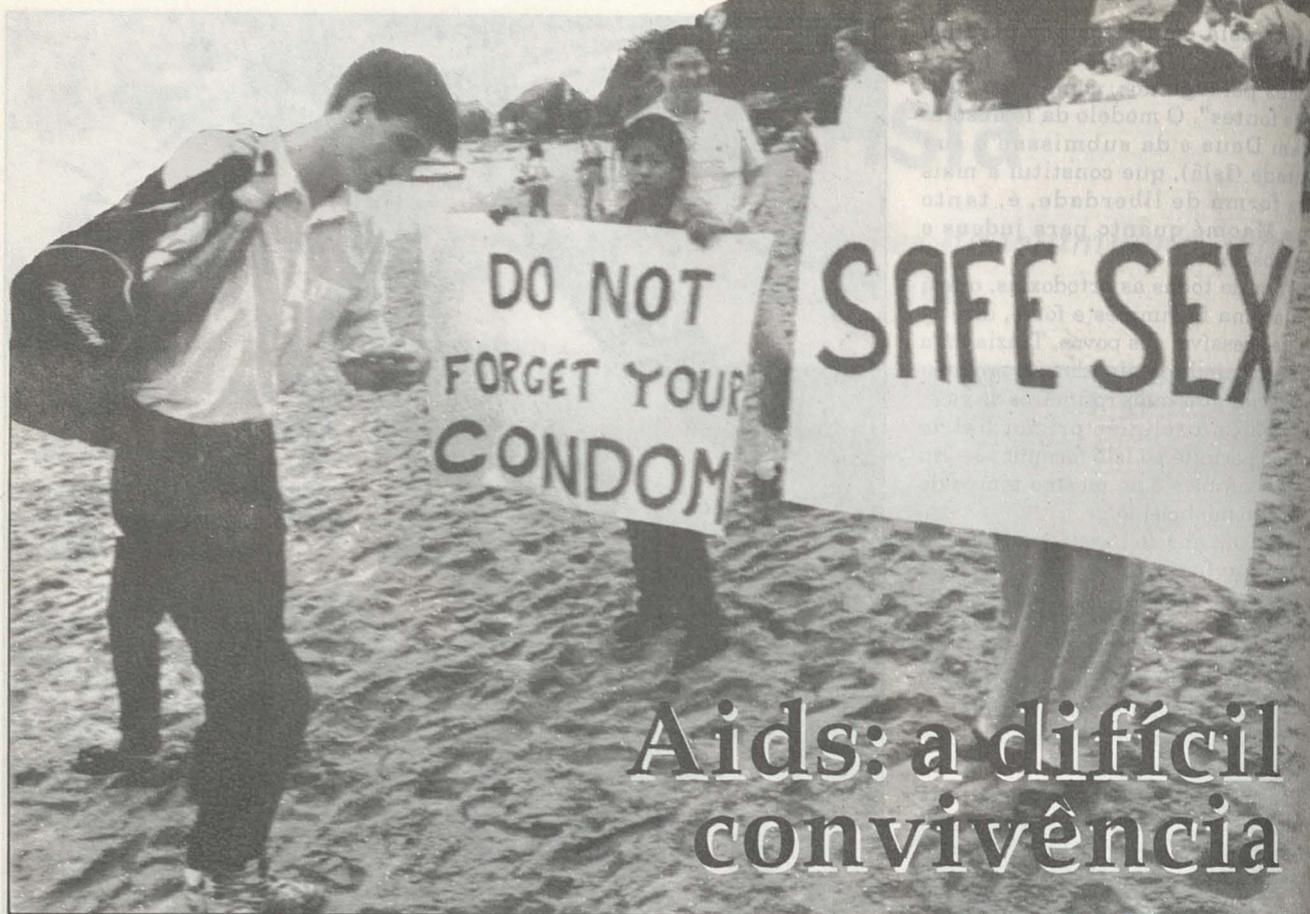
A decadência do Islã começou (sem contar com as causas exteriores, tais como a tomada e o saque de Bagdá, centro da vida intelectual, pelos mongóis, em 1259, e a invasão européia das cruzadas) quando ocorreu o divórcio entre

os diversos aspectos da atividade humana e se manifestou uma regressão para formas gregas de pensamento. O Islã, tal como o cristianismo, ficou esclerosado e enfraquecido pelo racionalismo grego.

Na sua origem, o Islã não polemiza com as outras religiões. Pelo contrário, procura incorporar as contribuições de todas. Diz o *Corão*: "Se Deus houvesse desejado, teria feito uma única comunidade. Mas quis provar-vos pelo dom que vos fez. Procurai superar-vos uns aos outros nas boas obras. A volta, de todos, se fará com Deus. Ele então vos esclarecerá acerca de vossas divergências."

Já é tempo de dizer claramente que se é hindu, budista, judeu, cristão ou muçulmano não pelo que se crê, mas pelo que se faz. E partindo daí medir a contribuição de cada fé à humanização do homem, quer dizer, à tomada de consciência do que nele há de criador. ■

Extraído do livro *Apelo aos vivos*, editora Civilização Brasileira



Aids: a difícil convivência

Grupo voluntário tailandês adverte os marinheiros norte-americanos sobre os perigos da doença que apavora o mundo

O avanço da epidemia de Aids na Tailândia e na Índia coloca em questão problemas paralelos tão diversos quanto a legislação sobre o aborto e a qualidade dos preservativos produzidos na região

Yuli Ismartono

A Tailândia, segundo dados oficiais, tem cerca de 570 mil pessoas portadoras do vírus HIV, das quais 20 por cento são mulheres. Agora, o debate sobre a legalização do aborto ganha fôlego, uma vez que os grupos de apoio aos portadores do vírus da Aids querem modificar a legislação, de forma que as mulheres infectadas possam praticar o aborto voluntário. Na superpopulosa Índia, onde o número de portadores da doença é ainda reduzido (cerca de seis mil pessoas), a OMS atestou que a qualidade dos preservativos é tão pouco confiável quanto a do produto brasileiro, condenado re-

centemente em testes realizados dentro dos padrões internacionais.

Num protesto simbólico contra a legislação sobre o aborto, o médico tailandês Boontium Kemapirat, conhecido por suas firmes posições a favor do aborto, entrou com uma ação judicial contra um colega, que retirou o feto de uma mulher aidética. "Com isso, quis chamar a atenção da opinião pública para o fato de que a legislação em vigor deveria ser modificada, de modo a proteger os médicos que realizem abortos em mulheres infectadas pela Aids", justifica o autor da inusitada ação.

Pelo artigo 305 do Código Penal da Tailândia, o aborto é considerado ilegal, salvo quando a vida da mulher está em

perigo ou em caso de estupro. Os testes têm detectado um aumento progressivo da contaminação em bebês de mães infectadas.

O alarmante aumento da Aids na Tailândia é atribuído, por alguns, ao crescimento do uso de drogas injetáveis, conseguidas facilmente. A droga provém do chamado "Triângulo do Ouro", região produtora de ópio, situada nas fronteiras da Tailândia, Birmânia e Laos, onde são produzidos mais de 60 por cento da heroína consumida em todo o mundo. Outros consideram que a extensão dos casos de Aids se deve à prática homossexual, de onde surgiram as primeiras vítimas. Mas Boontium Kemapirat vai mais longe: "A Aids ago-

A diferença entre prazer e morte

Na Índia, a fabricação de preservativos de duvidosa qualidade poderia desestimular os ambiciosos planos destinados a reduzir o alarmante crescimento da população e impulsionar as campanhas contra a Aids. Calcula-se que o país, de 840 milhões de habitantes, chegará a um bilhão no final do século, muito embora tenha sido a primeira nação em desenvolvimento a colocar em prática um programa de controle da natalidade. Mesmo que somente seis mil pessoas tenham tido resposta positiva ao teste do vírus HIV, os especialistas em saúde advertem sobre o perigo epidêmico da Aids, se o governo não atuar com rapidez para defender os grupos de alto risco.

Atualmente, os preservativos são distribuídos gratuitamente ou vendidos a preços subsidiados nas farmácias, em pequenos armazéns de bairro e quiosques, em povoados e aldeias. A Índia é a principal fabricante de camisinhas do mundo, e a maior parte da produção (1,3 bilhão ao ano) provém da empresa estatal Hindustan Latex, que os comercializa sob a marca Nirodh. Mas a Organização Mundial de Saúde afirma que os preservativos feitos no país não são confiáveis.

Os especialistas advertem que, com o aumento dos casos de Aids, a qualidade das camisinhas pode significar a diferença entre o prazer e a morte. "Em geral não se leva em conta a uniformidade de resistência e elasticidade, que são os indicadores da possibilidade de ruptura durante o uso", observa o relatório da OMS. Segundo as especificações da Organização Mundial de Saúde sobre qualidade, a taxa de rejeição do produto deveria ser inferior a 0,4 por cento. Mas na década de 1970, a Índia elevou essa taxa a 1,5 por cento e não a tem revisado, ainda que hoje os preservativos sejam um meio de controle da natalidade.

"As normas indianas não levam plenamente em conta as sérias consequências da ruptura, quando os preservativos são usados como proteção contra a Aids", assinala o relatório.



Índia: um bilhão de pessoas no fim do século

Segundo estimativas oficiais, entre abril de 1990 e abril de 1991 foram vendidos 320 milhões de camisinhas e distribuídas gratuitamente 675 milhões, principalmente através de centros de saúde do governo. As companhias privadas também participam da distribuição, sendo a principal distribuidora de Nirodh a Companhia Indiana de Tabaco - CIT, uma gigantesca fabricante de cigarros.

A marca Nirodh é a mais barata, e um pacote dela é vendido a menos de um centavo de dólar. Os fabricantes privados também invadiram o mercado com uma intensa campanha publicitária dirigida às classes média e média alta. No final do ano passado surgiu uma série de anúncios provocativos de Kamasutra, a última marca de preservativos do mercado. Ao público, os anunciantes prometiam "uma nova revolução sexual". Vale lembrar que *Kamasutra* é o livro sagrado indiano sobre o prazer físico.

Embora exista na Índia uma crescente demanda de preservativos, que supera a produção doméstica, as formas mais comuns de planejamento familiar, como em outros países em desenvolvimento, são a esterilização, os dispositivos intra-uterinos (DIU) e a pílula.

Mahesh Uniyal

ra está atingindo a todos, homens, mulheres e crianças. Esta é a dura realidade que devemos enfrentar."

Embora o aborto seja ilegal na Tailândia, as clínicas privadas, bem como alguns hospitais do governo, oferecem a operação sob o disfarce de "serviço de ajuste do período menstrual". No ano passado, um médico do Hospital Estatal Sirirajju, de Bangkok, admitiu durante uma conferência que o hospital realizava abortos em mulheres infectadas com o vírus HIV. Segundo o secretário-geral do Conselho de Medicina, Wichai Chokwiwat, na Tailândia foram praticados em 1991 cerca de 100 mil abortos.

"É injusto que os médicos que estejam fazendo algo que é clinicamente correto sejam considerados criminosos pela lei", argumenta Boontium Kemapirat.

Mas sua campanha para legalizar o aborto gerou fortes protestos de grupos "Pró-Vida" e do Comitê Contra a Lei do Aborto, dirigido pelo governador de Bangkok, Chamlong Srimuang, um devoto budista que qualifica as clínicas particulares que fazem abortos como "matadouros humanos".

Para alguns críticos, a ação de Boontium tem motivação política e tende a reabrir o debate sobre o tema às vésperas das eleições gerais de março, as primeiras depois do golpe militar de fevereiro do ano passado.

A tese da legalização do aborto em mulheres infectadas pela Aids, que seus adeptos descrevem como "operações para salvar vidas", deverá ser debatida pelo Comitê Nacional de Controle da Aids.

"O Comitê recorrerá à opinião pública sobre a matéria", diz Saisuree Chutikul, que dirige o Comitê de Controle da Aids.

Saisuree adiantou que somente 30 por cento dos bebês nascidos de mães infectadas desenvolvem a doença. "Não necessitamos matar todos os fetos infectados pela Aids. Nós deveríamos informar à mãe sobre como cuidar do bebê depois do nascimento", disse.

Segundo ela, os bebês infectados e abandonados por suas mães poderiam ser atendidos pela unidade de atendimento infantil do governo.



Japoneses adotaram modo de vida americano, superaram os EUA economicamente mas ainda são tímidos politicamente

As lições de Buda

Antagonismo entre japoneses e norte-americanos substitui a antiga briga dos EUA com a União Soviética

Johan Galtung*

As guerras podem ser comemoradas segundo os modelos clássicos. Um é o que vemos frequentemente no mundo cristão e exige confissões, desculpas, mostras de arrependimento, reparações frequentemente monetárias e, finalmente, obter perdão da parte agredida e/ou do Todo-Poderoso.

O outro modelo, originado no mundo budista, é mais promissor. A causa e a responsabilidade do conflito não são atribuídos a apenas uma das partes. Invoca-se a imagem do mal (carma), sugere-se um destino comum que tomou o rumo equivocado, e permite-se um diálogo sobre por que e como melhorar o carma.

No caso da Segunda Guerra Mundial, e mais concretamente do ataque japonês a Pearl Harbor, a exigência do arre-

pendimento continua existindo nos Estados Unidos, e particularmente em Honolulu, onde o prefeito Fusi exigiu desculpas formais como condição para convidar representantes de Tóquio às cerimônias do passado 7 de dezembro.

A resposta nipônica engloba desde pedidos de desculpas dos norte-americanos pelos genocídios de Hiroshima e Nagasaki até a tese que afirma que "todo o mundo é responsável pela guerra".

Em matéria de culpabilidade, os japoneses têm todo o direito de condenar a abertura comercial que os Estados Unidos impuseram pela força ao arquipélago em 1853. O mesmo pode dizer o governo de Washington e o resto do mundo sobre o imperialismo japonês em Formosa, Coréia, Manchúria, China e os demais países asiáticos obrigados a participar na "Dai-to-a Kyoeiken",

como se chamava a esfera de influência japonesa anterior à Segunda Guerra Mundial.

Que brotem mil diálogos - Os japoneses retrucam com críticas ao boicote econômico norte-americano e as acusações mútuas continuam. Quem e quando começou a guerra? Qual foi a ação que a desencadeou? Trata-se de perguntas inúteis e inoportunas. Parafraseando Buda, deixemos que brotem mil diálogos, e que tratem de todos os temas do céu e da terra.

Do ponto de vista prático, as relações econômicas entre Japão e Estados Unidos se assemelham hoje ao intercâmbio entre um país do mundo desenvolvido e um país rico do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos se limitam a fornecer matérias-primas e produtos escassamente

elaborados, capital líquido e mercados dispostos a comprar qualquer coisa que proceda do Japão, e a qualquer preço.

Nenhuma das estratégias concebidas pelos economistas norte-americanos para equilibrar esta relação tem funcionado: nem a fixação de cotas à importação, nem a transferência de fábricas japonesas para os Estados Unidos, nem os investimentos em infra-estrutura nipônica, nem a política de sacrificar a poupança em prol do consumo.

Subindo ou descendo o dólar, o Japão sempre sai ganhando. Os déficits dos Estados Unidos no intercâmbio com seu rival continuam sendo enormes e contribuem para gerar a dívida externa mais alta do mundo (as três que lhe seguem são as da Austrália, Brasil e México). Ao mesmo tempo, na qualidade de principal credor, o Japão tem uma grande capacidade de investimento na economia norte-americana.

É necessário se levar em conta a continuidade da ocupação norte-americana no Japão, não só por meio de bases militares como pela maneira com que os Estados Unidos enfocam sua relação com Tóquio. Trata-o como um Estado sob sua esfera de influência, exige mudanças de políticas que modificariam a estrutura econômica do Japão – já que englobam desde a produção até os hábitos de consumo – e pressiona para promover uma *norte-americanização* em detrimento da cultura nipônica.

Basta um exemplo. Ao contrário dos Estados Unidos, nas empresas japonesas o poder de decisão – incluindo o cuidado com os interesses sociais dos trabalhadores – está mais nas mãos dos administradores e gerentes do que nas dos acionistas e diretores. Por isso, a adesão de companhias japonesas ao estilo norte-americano e as consequentes demissões em massa de pessoal geram grande ressentimento.

Enquanto o Japão tem muito poder econômico e pouco peso político, com os Estados Unidos acontece o contrário: têm grande peso político e pouco poder econômico no cenário internacional. Por isso, ambos tratam de fazer valer

seus pontos fortes para compensar seus lados fracos.

O Japão elabora programas econômicos novos e criativos, como as zonas econômicas a leste do Canal de Suez e nas proximidades de Belgrado. Os Estados Unidos, por seu lado, se comportam com arrogância, falam em tom forte e carregam um cassetete.

Depois do Iraque... – Tanto no Japão quanto nos Estados Unidos, a opinião pública vê o outro como principal antagonista. Durante a Guerra do Golfo várias revistas japonesas publicaram títulos como “Depois do Iraque virá o Japão”, numa referência a uma possível intervenção militar dos EUA no arquipélago.

Sem dúvida, a relação entre Estados

onde se assinala que este país está declaradamente empenhado em conseguir um “domínio econômico”. Este conceito deve ser familiar aos EUA e à CIA, já que define o que sempre tem sido o objetivo da política externa de Washington.

Até onde nos leva tudo isto? Não nos conduzirá a uma guerra, mas a situações belicosas com tendência a apoiar iniciativas político-econômicas que já estão sendo impulsionadas nas mesas de conferências, nas quais não faltam as considerações militares. Mas concretamente, há três cenários possíveis:

1. que os Estados Unidos aumentem o poderio de suas bases militares no arquipélago;



Desmaio do presidente Bush em Tóquio: as relações são cada vez mais tensas

Unidos e Japão adquiriu hoje um caráter semelhante ao dos norte-americanos com os soviéticos, e ambos são agora os pólos em torno dos quais se organiza o mundo. A diferença consiste em que a URSS tinha uma ideologia mas jamais foi um competidor no plano econômico. O Japão o é e também tem uma ideologia, só que o Ocidente prefere ignorá-la.

Uma malfeita tentativa para entender essa ideologia se encontra no informe da CIA sobre “O Japão do ano 2000”,

2. que Estados Unidos e Japão apoiem militarmente lados em conflito; e

3. o desenvolvimento e a ostentação recíproca de alta tecnologia em manobras militares com a finalidade de intimidar um ao outro.

Pode-se dizer que isto não constitui um Pearl Harbor. Mas uma coisa é certa: os japoneses descobriram que muito melhor que bombardear Pearl Harbor é comprar empresas e propriedades norte-americanas.

O Japão é hoje o fabricante de pelo me-

nos 70% dos componentes "inteligentes" das armas "inteligentes" que tanta fama ganharam na Guerra do Golfo

As armas pós-atômicas - O Japão está provavelmente bastante adiantado no que diz respeito a várias armas sucessoras das bombas atômicas, que estão sendo eliminadas escalonadamente por iniciativa de Gorbachev e Bush. Essas armas poderão parecer uma ameaça de grande eficácia quando, na sede do comando de simulações bélicas, se convidarem os chefes do Pentágono para ver como os japoneses cercam os norte-americanos. O passo seguinte poderia ser um ataque real contra algo maior que um punhado de barcos em Pearl Harbor.

Para afastar os perigos potenciais fazem falta diálogos mais profundos. Os EUA têm que compreender que é preciso dois parceiros para que se domine verdadeiramente algo, e não fazer como a Chrysler de Lee Iacocca, que vende automóveis fabricados no Japão com as marcas norte-americanas Plymouth e Dodge, e importa motores Mitsubishi porque são superiores aos produtos locais. A saída, para os Estados Unidos, é fabricar melhores produtos.

Por sua vez, para deixar de se sentir subordinado, o Japão deve deixar de se comportar como tal e dizer aos Estados Unidos que a Guerra Fria já passou e é hora de fechar as bases militares. Nem a Washington nem a Tóquio convém esperar até que se produzam reações explosivas provenientes de suas respectivas opiniões públicas ou do outro governo.

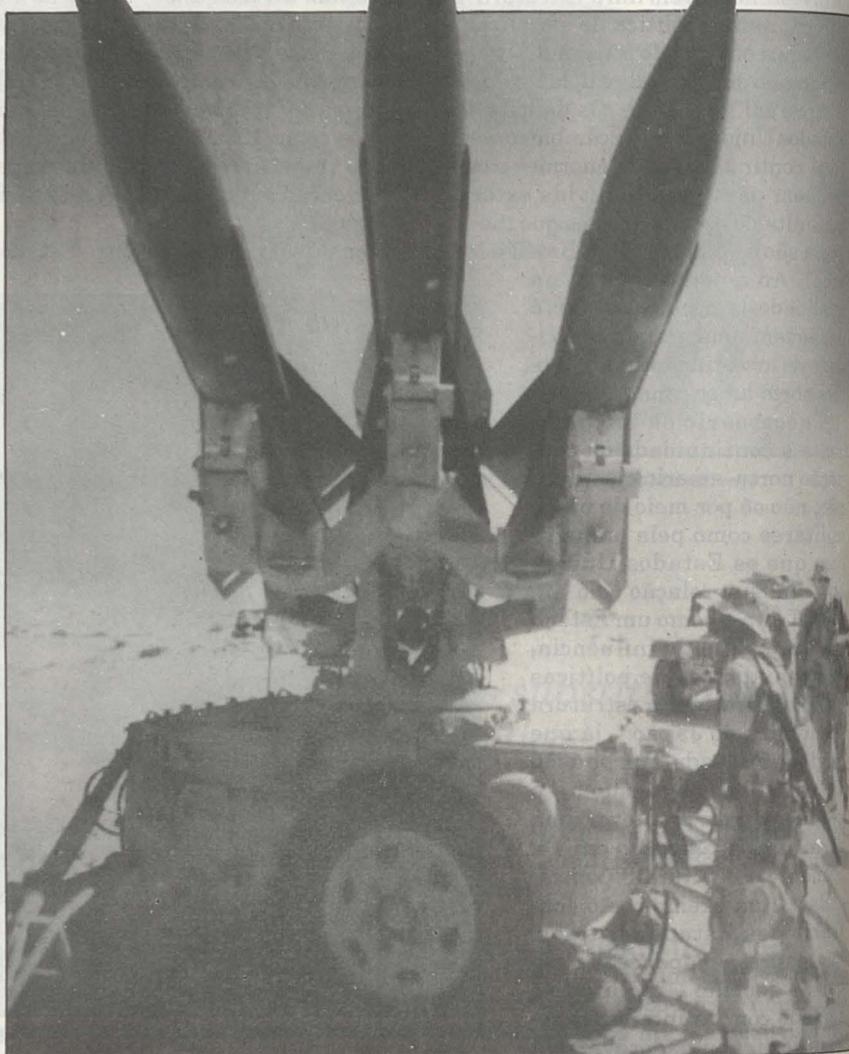
O problema é a superficialidade com que se discutem os problemas atuais. É preciso mudar radicalmente o enfoque para concentrar-se na busca de soluções. É o que se pode fazer, inclusive à custa de algum sofrimento, antes que seja tarde demais.

E, sobretudo, se as duas partes pudessem analisar criticamente suas presunções mais firmes, essa idéia terrível, teocrática e quase sempre racista de que são os eleitos do Todo-Poderoso - Estados Unidos pelo Deus judeu-cristão e Japão por Amaterasu Okikami, a deusa do Sol da religião Shintoísta - seria muito proveitoso para todos nós. ■

IPS* Johan Galtung é norueguês, professor de estudos sobre a Paz na Universidade de Honolulu e autor de numerosas obras sobre suas especialidades: temas de paz e desarmamento, desenvolvimento econômico e relações Norte-Sul.

O arsenal do futuro

As armas nucleares estão cedendo lugar a armamentos ainda mais destrutivos, contra os quais a opinião pública ainda não está mobilizada



Depois da guerra do Golfo, armas muito mais poderosas estão sendo concebidas

As experiências anteriores nos autorizam a perguntar como serão substituídas as armas nucleares que já estão sendo destruídas.

Há pelo menos duas maneiras de responder a esta pergunta. Uma consiste em observar os novos armamentos em processo de produção. A outra, nos permite questionar sobre qual será o modelo que seguirão as guerras no futuro.

A lista das "novas" armas não inclui somente as nucleares, as biológicas e as

químicas. Também fazem parte dela as de energia dirigida (ou nucleares da terceira geração), as ambientais, os explosivos que entram em combustão no ar, a manipulação genética, os armamentos que usam um jato ou um impulso laser ou de partículas, as microondas, as radiológicas e as de energia solar. E isto só para mencionar algumas.

Para deter o desenvolvimento destes novos arsenais seriam necessários mo-



Manifestação na Alemanha: só um movimento pacifista fortalecido poderá deter o desenvolvimento dos novos arsenais

primitivas, mas elas podem tornar-se mais sofisticadas. Um exemplo são alguns assassinatos e torturas realizados por grupos paramilitares, nas quais os médicos desempenham um papel importante.

Mas o fundamental é a combinação que se faz na prática das distintas dimensões de guerra numa mesma situação: um país rebelde ou supostamente responsável por dar apoio a terroristas é atacado com armas de precisão de qualquer tipo, que podem ir desde os inventos mencionados mais acima até

as "bombas inteligentes" que ficaram famosas no Golfo. Não precisam ser nucleares. Na realidade, seria contraproducente se o fossem, e isto explica por que Washington quer deixar de lado as armas atômicas e ao mesmo tempo encomendar mais de 8.000 mísseis *cruise*.

O fato de os serviços de inteligência estarem ou não em condições de estabelecer objetivos válidos é um problema à parte. A Guerra do Golfo continua nos parecendo uma tentativa de curar uma dor de dente com um martelo, que deixou o paciente aleijado, mas não lhe extirpou o dente cariado. Em outros termos, um fracasso militar.

Mas para os comerciantes, são estas as armas do futuro. Os foguetes são vendidos agora nas lojas de armas de Miami. Estamos diante de uma segunda onda de descolonização (a primeira foi contra o colonialismo ocidental) nas quais estão envolvidas cerca de 130 nações que lutam por sua soberania, e os potenciais compradores deste tipo de armamento serão, sem dúvida, mais que os vendedores.

Conclusão: enquanto o desarmamento servir somente para abrir as portas a armas ainda mais letais e os embargos não façam mais que estimular a produção local de equipamentos bélicos, não há possibilidades de se chegar a uma solução criativa dos conflitos.

J.G./IPS

goslândia e os conflitos principais da Europa oriental e a antiga União Soviética.

Os principais conflitos se desenvolvem em diferentes países e os seus exércitos são usados principalmente para dar golpes e contragolpes de Estados.

Todo este arsenal, capaz de exterminar milhões de pessoas, serve para as macroguerras e está sendo concebido para uma batalha entre superpotências

Com as armas modernas, as guerras médias têm um custo muito alto em vidas humanas, propriedades, tempo e dinheiro. Talvez por isto nem possam ser chamadas guerras menores.

E chegamos finalmente às *microguerras*. Os que combatem nestes conflitos são quase sempre terroristas ou torturadores, como se tem visto em muitos "conflitos de baixa intensidade" de países do Terceiro Mundo. É frequente o uso de armas

vimentos pacifistas muito fortes e firmes políticas de paz que neste momento não se vislumbram.

Essa falta de mobilização contra elas possivelmente deve-se ao fato de que estas armas, ao contrário das nucleares, não são vistas como um perigo claro e imediato. É então possível que a pesquisa e o desenvolvimento neste campo continuem, um pouco por inércia e também por falta de interesse da opinião pública.

Todo este arsenal, capaz de exterminar milhões de pessoas, serve para as *macroguerras* e está sendo concebido para uma batalha entre superpotências (com a ressalva de que os explosivos que fazem combustão no ar podem ser usados em conflitos como o do Golfo).

Com os Estados Unidos na condição de única superpotência mundial, muitos supõem que desapareceu o perigo das *macroguerras*. Mas esses idealistas não levam em consideração que a Comunidade Européia e Japão se perfilam como potências mundiais, e Rússia, Índia e China como potências regionais.

E hoje continuam existindo as guerras menores, uma categoria intermédia de conflitos entre países menos potentes, como por exemplo Irã e Iraque. Nestas guerras se usam armas como os tanques e os aviões. Trata-se de um tipo de conflito que está desaparecendo, se deixarmos de lado a Iu-

A vitalidade da esquerda

A nova conjuntura mundial sob a ótica de um histórico dirigente brasileiro

Jayme Brener

O baiano Jacob Gorender, 69 anos, foi personagem ativo das mais importantes iniciativas da esquerda brasileira e latino-americana no último meio século. Ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, afastou-se para fundar o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), aderindo à luta armada no fim dos anos 60. Após a anistia de 1979, filiou-se ao novo PT, mantendo porém uma posição crítica e independente. Ele também é um dos mais importantes estudiosos da formação colonial brasileira, e publicou o já clássico *O escravismo colonial* (1978) e *A escravidão reabilitada* (1990). Nos últimos anos, Gorender dedicou-se ainda ao estudo da esquerda e do socialismo, publicando *Combate nas trevas* (1987) e *Perestroika* (1991). Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, ele afirmou que “as esquerdas latino-americanas vêm demonstrando uma vitalidade considerável, ao sobreviver – e mesmo crescer em certos países – nessa fase de declínio do marxismo”.

Segundo Gorender, não é verdade que o comunismo tenha acabado. “Isso só ocorreu se identificarmos o comunismo aos regimes que existiam na URSS e no Leste europeu. Mas a idéia socialista não morreu como proposta de organização social alternativa ao capitalismo. Acredito que o próprio capitalismo cria as condições para que a força do comunismo reviva.” Gorender admite, entretanto, que a tese socialista clássica de economia totalmente estatizada “não tem futuro”.

Para o ex-dirigente do PCB, “toda a esquerda mundial sofreu o impacto do fim da União Soviética e do antigo bloco socialista, o que provocou uma crise da própria idéia de socialismo. Mas na América Latina esse problema é menos sentido, uma vez que os programas neoliberais de estabilização econômica exigem enormes sacrifícios da população. Assim, as propostas de renovação social anticapitalista estão até em alta em alguns países. Um dos exemplos foi a recente realização de dois fóruns de Organizações Latino-Americanas de esquerda, o primeiro em São Paulo e o segundo no México, com



O historiador brasileiro diz que a última palavra ainda não foi dada no Leste europeu

um terceiro mercado para Lima, no Peru”. Gorender diz que encontros desse tipo “apontam para um processo de recomposição da esquerda latino-americana, que já vinha acontecendo antes da crise no Leste, e inclui a morte ou transformação de quase todos os partidos comunistas, até lá pouco vinculados à burocracia soviética”.

De acordo com o historiador, o que pode unir a esquerda latino-americana é que “não podemos ser favoráveis ao neoliberalismo, que aliás é bastante hipócrita. É um projeto econômico defendido pelos países ricos, que não o praticam porque adotam políticas protecionistas, assim como uma ponderável intervenção do Estado na economia. Segundo eles, o neoliberalismo deveria ser adotado apenas pelos países pobres, abrindo suas economias, revogando tarifas e regulamentações, enfim obedecendo às ordens do Fundo Monetário Internacional”.

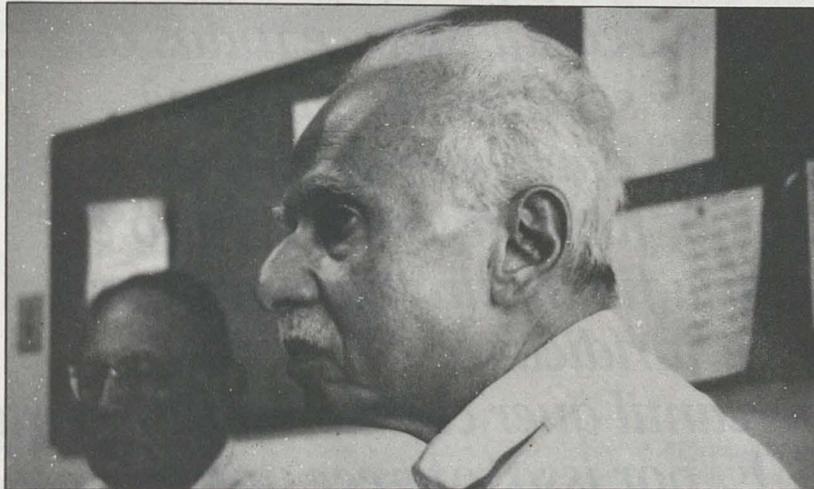
Com relação ao fim da União Soviética, Gorender acredita que “é o resultado de tensões sociais e nacionais, que também inviabilizaram os impérios austro-húngaro e otomano depois da Primeira Guerra Mundial. Da forma como a abertura foi conduzida por Mikhail Gorbachev, o processo não poderia concluir de outra forma”, diz. Gorender afirma, porém, que “as antigas repúblicas da URSS não podem se desvincular totalmente, porque têm

laços econômicos formados durante decênios, e que não se dissolvem de um momento para outro”.

De qualquer forma, o historiador considera que “ainda não foi dada a última palavra” sobre a URSS e o Leste europeu. “Por enquanto, nós estamos num período de transição, cujo desfecho não podemos prever. É verdade que faliu o antigo modelo de partido único, fundido a um Estado hipercentralizador e amparando uma economia praticamente sem mercado. No entanto, não sabemos ainda que modelo vai surgir das cinzas daquilo que foi destruído.” Mesmo com todas as dúvidas, Gorender arrisca alguns palpites: “Não creio que se erguerá no Leste um modelo capitalista clássico. Acho que será alguma coisa intermediária, o que pode ser o ponto de partida para um novo tipo de desenvolvimento econômico.”

Yoram Fingerman

A ilha – A respeito de Cuba, Jacob Gorender diz que o regime socialista deve continuar representando “uma referência” para a esquerda latino-americana, mas que o presidente Fidel Castro trava uma “guerra contra o relógio”. “Cuba tem grande prestígio em todo o continente, afinal foi o primeiro país latino-americano no qual germinou uma revolução socialista. E durante os mais de 30 anos de regime, com o auxílio



Gorender aponta para a recomposição da esquerda latino-americana

da URSS e do Leste europeu, foram feitas realizações de grande envergadura em favor das massas populares cubanas.”

“A questão é que Cuba está em tremendas dificuldades econômicas, embora procure resistir, mantendo o antigo modelo de partido único, e o comando centralizado do Estado. Sob o bloqueio econômico dos Estados Unidos, devemos então temer pela sorte de Cuba”, diz. “Acredito que a idéia de socialismo e o prestígio da direção cubana ainda têm raízes profundas na consciência do povo. A resistência às novas dificuldades permite que as medidas que vêm sendo tomadas tenham um certo efeito positivo. Mas é uma corrida contra o relógio. A dúvida é se, não contando mais com a ajuda da URSS e do Leste europeu, Cuba tem condições de prosseguir num caminho socialista, construído não em um grande país, e sim em uma pequena ilha do Caribe”, reconhece Gorender. “Seja como for, eu desejo que Cuba supere os seus problemas econômicos e encontre condições para sair desse contexto de um socialismo de partido único, convertendo-se em uma sociedade socialista e plural, verdadeiramente democrática.”

“Nosso caminho não pode ser o neoliberalismo. Temos um grande mercado interno, e é necessário revitalizá-lo, fazendo com que a economia cresça baseada fundamentalmente nele”

A esquerda brasileira – Durante a entrevista, Jacob Gorender também debateu a crise final do Partido Comunista Brasileiro. “Acredito que o recente congresso foi apenas a solenização ou o registro final de um processo de longa decadência de um partido que já chegou a ter grande influência, e que conta em sua história com feitos que marcaram a evolução política do povo brasileiro nos últimos 60 anos”, disse.

Para Gorender, o futuro da esquerda brasileira está bastante ligado à sua possibilidade de desenvolver um modelo econômico alternativo. “Nosso caminho não pode ser o neoliberalismo. Penso que o Brasil deve fazer um esforço de exportação maior do que fez no passado, mas não deve se agarrar a um modelo francamente exportador.

Temos um grande mercado interno, e é necessário revitalizá-lo, fazendo com que a economia cresça baseada fundamentalmente nele. Já contamos com uma base industrial que, embora algo atrasada do ponto de vista tecnológico, apresenta uma enorme reserva de especialistas e técnicos, o que permitiria à nossa economia – bem dirigida – recuperar-se, colocando-se efetivamente entre as dez maiores do mundo”, disse.

Ele afirma não ter “qualquer dúvida” sobre a posição que a esquerda brasileira deve adotar frente ao governo Collor de Mello. “A esquerda deve ser oposição com todas as forças, porque o governo Collor está estrangulando a vida econômica brasileira e impondo uma recessão brutal, sem obter resultados concretos na queda da inflação. O atual governo comete inúmeras arbitrariedades, colide com normas legais e defronta-se com o Legislativo e o Judiciário. A esquerda tem que cumprir seu papel de apresentar alternativas ao capitalismo neoliberal. De outra forma ela se transformará em força subsidiária e subordinada, sem ajudar de maneira alguma os trabalhadores brasileiros.”

“A necessidade de manifestações concretas por parte da esquerda contra o governo Collor de Mello é urgente e inadiável”, diz. “E devo reconhecer que isto não está se verificando. Há uma certa apatia da esquerda – em seu conjunto – frente ao governo”, conclui Gorender. ■

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.



Delegações de 177 países reuniram-se em Cartagena, na tentativa de fortalecer a Unctad

A busca do equilíbrio

Países em desenvolvimento tentam reverter o protecionismo das nações industrializadas

Carlos Lopes

Com mais sombras do que luzes, a VIII Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) reuniu, durante 15 dias de fevereiro, no porto turístico de Cartagena, na Colômbia, delegações de 171 países, envolvidas em negociações sobre o estabelecimento do livre comércio e a cooperação para alcançar uma economia mundial mais equitativa. O encontro foi marcado pela preocupação com o futuro institucional do fórum, diante do desgaste que a Unctad vem sofrendo nos últimos anos. A Conferência enfrenta uma crise caracterizada pelos confrontos persistentes entre os países do Norte e do Sul, além da indiferença de importantes países industrializados.

Para o presidente do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), Salvador Arriola, a Unctad corre o risco de perder ainda mais sua capacidade de aglutinação se não tomar medidas urgentes para revitalizar-se. O Sela,

que abriga 26 países da América Latina e Caribe, considera que a Conferência pode ser renovada através da prática do consenso, para evitar o imobilismo resultante da falta de acordos.

Como os países em desenvolvimento têm maioria numérica nos organismos abertos das Nações Unidas, eles se impõem em inúmeros projetos, que deveriam ser financiados pelo grupo contrário: o dos países ricos.

"A proposta do Sela é de que a Unctad seja um fórum de fundo, com mais força nas análises globais, que dêem aos países-membros um espaço para futuras negociações econômicas", disse Salvador Arriola.

A revitalização do órgão também foi defendida pelo presidente de Cuba, Fidel Castro, em mensagem enviada aos participantes. Segundo o líder cubano, o fortalecimento das funções do organismo em termos de análise global, coordenação de políticas, negociações e apoio técnico aos países em

desenvolvimento já seriam suficientes para justificar o sucesso da VIII Conferência.

"Seguiremos buscando soluções satisfatórias para os problemas da dívida externa, da transferência de recursos, da queda de preços de produtos básicos e da escassa transferência de tecnologia que afetam os países do Sul", disse Fidel Castro em sua mensagem.

Novo conceito – O secretário-geral da ONU, o egípcio Boutros Ghali, defendeu, durante a VIII Unctad, a adoção de um novo conceito de segurança mundial, baseado na cooperação internacional para erradicação da pobreza. Ele considerou que o clima de distensão mundial é propício para se alcançar uma coordenação que facilite o impulso da cooperação. Boutros Ghali destacou que o enfoque de segurança global se modificou com o fim da guerra fria, mas que se impõe uma reorientação de recursos para favorecer o desenvolvimento equitativo dos países.

A mesma linha foi seguida pelo diretor do Banco Mundial, cuja política é uma das responsáveis pelo desequilíbrio mundial. Segundo Attila Karaosmanogly "os países em desenvolvimento não devem perder a determinação de prosseguir em suas reformas, e os países desenvolvidos devem reconhecer que sem desenvolvimento não pode haver paz." Karaosmanogly lembrou a necessidade de se concluir com êxito a Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), para que sejam reduzidas as barreiras do comércio em todo o mundo. As ne-



Boutros Ghali: cooperação para combater a pobreza no mundo

gociações foram iniciadas em Punta del Este em 1986, mas têm sido prejudicadas pelas divergências em relação ao comércio internacional.

Segundo o secretário-geral da VIII

Unctad, o ganhês Kenneth Dadzier, "as medidas protecionistas dos países industrializados tendem a se concentrar nos setores onde os países em desenvolvimento competem com uma clara vantagem". Para Kenneth Dadzier, o impedimento mais sério de acesso aos mercados é a proliferação de medidas não-tarifárias, que afetam em quase 30 por cento as exportações dos países do Terceiro Mundo. ■

A expectativa frustrada de acordos

A Unctad foi criada em 1962 pela Assembléia-Geral das Nações Unidas como um fórum para o diálogo Norte-Sul em termos de cooperação e intercâmbio comercial. O argentino Raul Prebisch, idealizador do órgão, foi o primeiro secretário-geral. Para os países do Sul, o fórum representa a expectativa de diminuição da distância econômica com o Norte, através de um melhor tratamento comercial.

As três primeiras sessões da Conferência, realizadas sucessivamente em Genebra (1964), Nova Dheli (1968) e Santiago do Chile (1972), apresentaram alguns saldos, como a criação do Sistema Geral de Preferências e dos direitos especiais de comércio, para favorecer o ingresso de produtos do Sul nos mercados do mundo industrializado. Mas as últimas sessões foram caracterizadas por fortes divergências entre os dois lados, que nem sempre se apresentaram alinhados.

A IV Unctad (Nairobi, 1976) foi palco dos maiores choques, o que fez com que alguns dos principais países em desenvolvimento rechassem a idéia de realizar uma conferência so-

bre a dívida externa, proposta pelo Grupo dos 77, um organismo de representação dos países em desenvolvimento (ver matéria na página 53).

O encontro seguinte, realizado em Manila, 1979, tão pouco permitiu o estabelecimento de acordos para a aprovação de um código de ética para empresas transnacionais em matéria de protecionismo, limitando-se a um pedido para que os países industrializados reduzissem suas tarifas.

A sexta reunião (Belgrado, 1993) não trouxe grandes avanços em seus pontos-chaves. Seu maior mérito foi o compromisso dos países ricos de direcionarem 0,15 por cento do seu Produto Interno Bruto para a assistência aos países em desenvolvimento.

A conferência que antecedeu Cartagena foi realizada em Genebra, em 1987, e esteve fortemente influenciada pela Rodada Uruguai do Gatt, iniciada no ano anterior em Punta del Este e até hoje sem definição. Como nos fóruns anteriores, a sessão foi encerrada sem os acordos básicos esperados pelas nações do Terceiro Mundo.

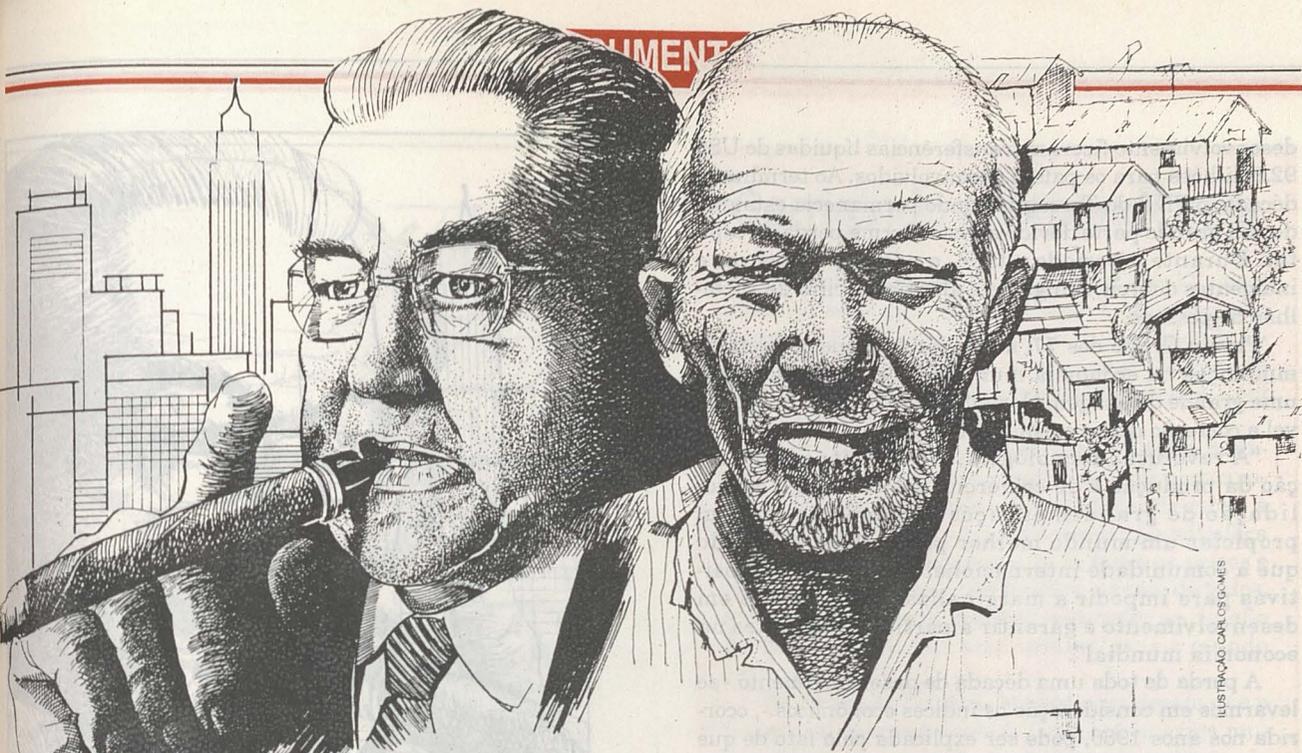
Uma situação angustiante

A aplicação de programas de ajuste estrutural nos 47 países mais pobres do mundo, onde vivem 500 milhões de pessoas, vai ser insuficiente para potencializar as possibilidades de desenvolvimento, se ao mesmo tempo não houver uma resposta de apoio da comunidade internacional. Entre as nações consideradas mais pobres estão países da África, Ásia e Caribe (Haiti), caracterizados pela pequena diversificação de produtos industriais, bem como pelo baixo nível técnico e educacional.

Em nome desses países, o ministro do Comércio de Bangladesh, M. K. Anwar, disse durante a VIII Unctad que é necessário um maior fluxo de assistência internacional para fazer valer os esforços de ajuste econômico. Segundo Anwar, a assistência necessária chega a casa dos US\$ 43 bilhões anuais, que equivalem ao triplo da ajuda externa obtida atualmente.

Em relação à balança comercial, o ministro de Bangladesh pediu o respaldo internacional para melhorar uma situação angustiante dos 47 países mais pobres, provocada por um déficit anual de US\$ 10 bilhões. Além disso, ele ressaltou que os países dependem das exportações de produtos básicos, o que os torna vulneráveis às flutuações do mercado mundial. A dívida dos 47 países classificados pela ONU como menos avançados alcança US\$ 79,9 bilhões a longo prazo, além de outros US\$ 6,4 bilhões tomados a curto prazo em 1990.

Segundo o secretário da VIII Unctad, Kenneth Dadzier, existem poucas esperanças de os países menos avançados melhorarem nos próximos anos, devido ao ônus da dívida externa, aos baixos preços das exportações e aos poucos avanços na ajuda internacional. Para o secretário, um futuro menos sombrio naqueles países só seria possível se fossem introduzidas reformas políticas e econômicas nas relações Norte/Sul.



NORTE-SUL

Um diálogo necessário

As profundas mudanças históricas ocorridas na ainda nova década de 1990, como o fim da guerra fria e os acordos de desarmamento, inauguram um novo contexto político internacional, de cooperação no interesse da paz e da segurança mundial. Mas para que se instaure esta nova era, no momento em que cessam os conflitos Leste-Oeste, é necessário que haja um novo tipo de parceria Norte-Sul, capaz de pôr fim às desigualdades mundiais. A comunidade internacional deve reconhecer o direito do Terceiro Mundo ao desenvolvimento, libertando os povos e nações do sofrimento e da insegurança. Um mundo dividido entre poucos ricos e grandes massas de pobres é um mundo injusto, instável e, a longo prazo, insustentável.

"A paz mundial é indivisível", diz o documento divulgado pelos ministros do Comércio do Grupo dos 77 no encerramento do encontro realizado em Teerã no final do

Ministros do Comércio do Grupo dos 77, que representa o interesse dos países em desenvolvimento, propõem uma economia global, entre o Norte e o Sul

ano passado. O Grupo manteve o nome de sua formação original, embora hoje reúna 128 países em desenvolvimento. "O mundo não terá paz se os conflitos decorrentes do subdesenvolvimento continuarem a atormentar tantas nações, e não terá segurança se os países em desenvolvimento sofrerem ameaças externas em virtude da vulnerabilidade de sua posição econômica e política".

No novo contexto político internacional, o Grupo dos 77 pede que os países do Terceiro Mundo demonstrem a vontade política de enfrentar os desafios da interdependência e do desenvolvimento sustentável.

Em 1990, segundo o Grupo dos 77, as medidas protecionistas dos países do Norte na área dos produtos agrícolas custaram aos países do Sul cerca de US\$ 300 bilhões, o que equivale a seis vezes a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento, concedida pelo mundo desenvolvido. Entre 1984 e 1989, os países em

desenvolvimento fizeram transferências líquidas de US\$ 92,6 bilhões para os países desenvolvidos. Ao terminar a década, o PNB do Terceiro Mundo permanecia estagnado, em grande parte devido a essa enorme perda de capital. Durante o período citado, o número de pobres e indigentes dobrou, atingindo a alarmante cifra de 1,2 bilhão de pessoas.

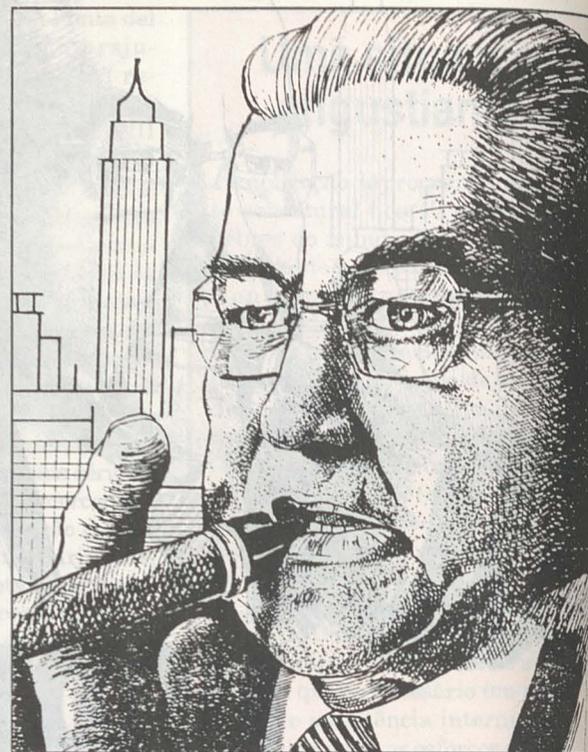
Para o Grupo dos 77, a rapidez com que ocorrem as mudanças na economia mundial, se por um lado gera uma grande defasagem Norte-Sul, por outro torna possível a correção dessa mesma defasagem:

“A revolução tecnológica, a crescente globalização da produção e do comércio, assim como a consolidação de grandes espaços econômicos, podem propiciar um mundo melhor para todos, bastando que a comunidade internacional tome medidas positivas para impedir a marginalização dos países em desenvolvimento e garantir a participação destes na economia mundial”.

A perda de toda uma década de desenvolvimento - se levarmos em consideração os índices econômicos -, ocorrida nos anos 1980, pode ser explicada pelo fato de que os esforços dos países em desenvolvimento não foram acompanhados de medidas correspondentes por parte do mundo desenvolvido.

“Nenhum esforço do Terceiro Mundo será bem-sucedido se as condições externas permanecerem desfavoráveis”, adverte o documento. “A experiência da década de 1980 foi significativa. Durante o período, assistiu-se ao colapso dos fluxos financeiros e tecnológicos para os países em desenvolvimento, a persistência da dívida externa, a prática de taxas de juros historicamente elevadas, conduzindo à instabilidade monetária, a queda dramática dos preços dos produtos básicos e a resultante deterioração dos termos comerciais dos países em desenvolvimento, além do aumento do protecionismo nos países desenvolvidos”.

Segundo a declaração, é necessário garantir que os acordos de integração regional, especialmente aqueles



que afetam o comércio mundial, sejam compatíveis com um sistema comercial multilateral, aberto e liberal.

“É preciso que se faça um esforço deliberado no sentido de inaugurar uma nova era de participação para o desenvolvimento entre países do Norte e do Sul. Por sua vez, isso implica reforçar o diálogo do desenvolvimento. Os países do Terceiro Mundo estão dispostos a iniciar um diálogo abrangente sobre todas as questões relativas ao desenvolvimento e ao comércio”

De acordo com o documento do Grupo dos 77, esse diálogo deverá ser pragmático e realista, baseado na reciprocidade de interesses, visando a elaboração de acordos, cuja viabilidade seja garantida através da criação de me-

As responsabilidades do Norte

Os países desenvolvidos, na visão do Grupo dos 77, não demonstraram vontade política para levar a cabo o seu próprio ajuste estrutural, a fim de fazerem face à concorrência dos países em desenvolvimento.

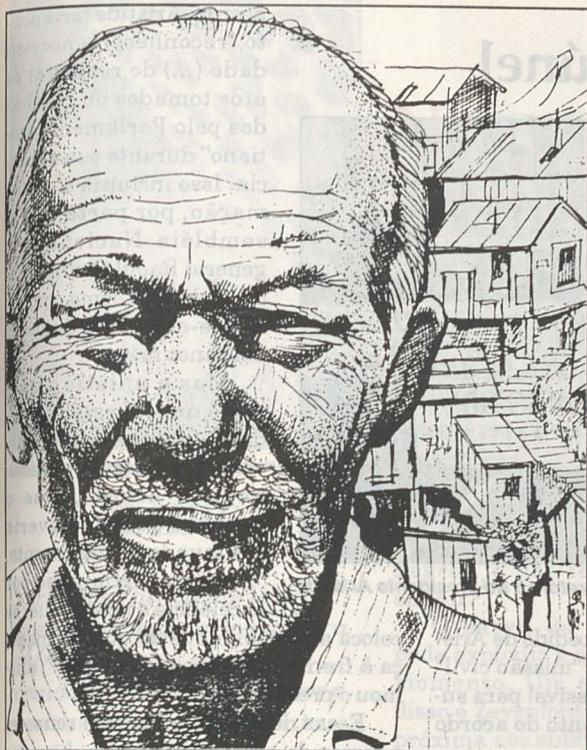
“Enquanto preconizam o multilateralismo, os países desenvolvidos recorrem ao exercício unilateral do poder econômico, à aplicação de práticas restritivas e discriminatórias, à marginalização das instituições multilaterais e dos países desenvolvidos na administração da economia mundial.”

Para o Grupo dos 77, os países em desenvolvimento precisam de uma economia mundial que saia do papel e opere realmente à base de normas multilaterais, assentadas sobre princípios da livre concorrência, da abertura dos

mercados, da equidade e da lealdade, pois atualmente as suas exportações são vítimas de discriminação:

“Os países desenvolvidos devem comprometer-se solenemente a voltar a adotar as normas estabelecidas para a economia internacional, ao mesmo tempo em que dispensam tratamento especial e diferencial aos países em desenvolvimento.”

O Grupo dos 77 considera que se os países do Norte não agirem com espírito de cooperação, responsabilidade, imaginação e perspicácia, os esforços do Terceiro Mundo não terão êxito e o consenso do desenvolvimento deixará de existir, inviabilizando as possibilidades de pluralismo e de operação da economia mundial à base das leis de mercado.



canismos de acompanhamento e de fiscalização:

“O núcleo do diálogo deve ser o fortalecimento da ação nacional e internacional, bem como da cooperação multilateral para uma economia mundial forte, segura e equitativa. Mais especificamente, deve encarnar a promoção do crescimento econômico e da capacitação tecnológica nos países em desenvolvimento”.

O Grupo dos 77 vê o momento como oportuno para o início do diálogo, uma vez que as relações econômicas globalizadas e as questões transfronteiriças, com destaque para o avanço da consciência ambientalista, têm contribuído para aumentar a percepção da interdependência das questões do mundo atual, bem como da necessidade de soluções multilaterais cooperativas, sem deixar de levar em conta o respeito à soberania nacional:

“A reivindicação de uma nova ordem internacional deve também criar a oportunidade para o estabelecimento de um redobrado multilateralismo e tornar o desenvolvimento a questão prioritária da agenda da comunidade internacional nos anos 1990”.

Segundo o Grupo dos 77, o Terceiro Mundo vem procurando adotar medidas macroeconômicas corretas, quase sempre à custa de pesados sacrifícios sociais e políticos, estabelecendo uma disciplina fiscal e levando em conta os ajustes do mercado em suas relações econômicas externas, inclusive abrindo suas economias aos desafios da concorrência.

“Seria necessário”, conforme o documento, “que esse esforço dos países em desenvolvimento na direção da eficiência econômica integrasse as dimensões sociais e culturais, além do desenvolvimento, ao passo que o pleno potencial empresarial existente nesses países exigiria acesso melhor e mais favorável ao espaço econômico global”.

Corrigindo a dependência

O diálogo Norte-Sul, para o Grupo dos 77, deve ainda abordar questões referentes à estrutura das relações econômicas, a fim de que a comunidade internacional corrija a atual assimetria da interdependência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A política global, no contexto da interdependência, “deve ser encarada do ângulo de uma participação mais ampla, à base da igualdade, de modo a refletir uma democracia internacional que satisfaça as necessidades e os interesses de todos os países e para apoiar políticas que tenham o apoio de todos. Somente assim será possível responder ao desafio do desenvolvimento sustentável para o mundo como um todo.”

Os países do Terceiro Mundo consideram que o projeto de desenvolvimento sustentável exige mudanças nos sistemas de produção e nas práticas de consumo dos países industrializados, bem como a eliminação da pobreza:

“A cooperação internacional nessa área deve garantir que as medidas para a conservação e proteção do meio ambiente se baseiem em uma divisão justa e equitativa dos respectivos custos, através da transferência de tecnologias e novos recursos, e que o ônus de quaisquer efeitos sócio-econômicos negativos sobre o crescimento e o desenvolvimento produzidos por medidas destinadas a sanar os problemas ecológicos globais não recaia sobre os países em desenvolvimento”.

Os países do Terceiro Mundo reafirmam que lhes cabe a responsabilidade básica pelo seu próprio desenvolvimento:

“Isto inclui, principalmente, a necessidade de introduzir esquemas de participação que ajudem a distribuir os frutos do desenvolvimento e do crescimento; permitam a todos participar da tomada de decisões que afetam suas vidas; e garantam o respeito pela diversidade política, social, cultural e ideológica. A participação de setores mais vulneráveis da população, como as mulheres, deve ter prioridade especial”.

Os países do Grupo dos 77 reconhecem a importância crucial de cooperarem entre si, como forma de promover sua plena integração em uma economia internacional equitativa. Nesse contexto, destacam a necessidade de consolidar e fortalecer o Sistema Generalizado de Preferências Comerciais - SGP, complementando-o com as medidas adequadas de financiamento comercial, inclusive o eventual estabelecimento de um programa de financiamento do comércio exterior, respaldado pela comunidade internacional.

E recomendam que, ao mesmo tempo, os processos regionais e sub-regionais de cooperação e integração sejam consolidados e fortalecidos. ■

Um acordo assinado pelo deposto presidente Jean Bertrand Aristide e líderes da oposição haitiana abriu novas perspectivas de pôr fim à crise em que mergulhou o país desde o golpe militar de 30 de setembro passado.

Mais uma vez, a Organização dos Estados Americanos (OEA) teve um papel de destaque, atuando como intermediadora nas negociações, realizadas em Washington, em fins de fevereiro.

O aspecto mais importante do acordo é que ele reconheceu Aristide como chefe de Estado e pediu ao primeiro-ministro designado, René Theodore – líder do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH) – que constituísse “um governo de consenso nacional”. Só então, segundo o documento, seriam levantadas as sanções impostas pela OEA ao país caribenho.

O pacto incluiu também a recomendação de que o Parlamento haitiano ra-

HAITI Luz no túnel



Manifestantes pedem em Washington o retorno do presidente Aristide

tificasse com urgência o pedido de Aristide para se enviar uma “missão civil” da OEA o mais rápido possível para supervisionar o cumprimento do acordo por todos os lados.

Um dos pontos mais delicados do documento prevê uma anistia geral, o que beneficiaria os militares que derrubaram o presidente. Segundo um artigo do

acordo, Aristide teria aceito “reconhecer a necessidade (...) de respeitar os atos tomados ou ratificados pelo Parlamento haitiano” durante sua ausência. Isso incluiria a confirmação, por parte da Assembleia Nacional, do general Raoul Cedras, o líder golpista, como comandante-em-chefe durante dois anos mais.

Mas a anistia ainda não é uma questão fechada. O próprio Aristide declarou, depois de ter assinado o acordo, que o general Cedras deveria ser levado a julgamento. “Ele é um criminoso por excelência e nem sequer se

coloca a possibilidade de que permaneça à frente das Forças Armadas”, afirmou o presidente.

Essas declarações fizeram renascer o temor de que setores *linha-dura* das Forças Armadas e da Polícia desconheçam qualquer solução diplomática que implique o retorno de Jean Bertrand Aristide ao poder.

EL SALVADOR

A morte do ex-major Roberto D'Aubuisson privou a extrema-direita salvadorenha do seu mais carismático líder. Acusado de inúmeros crimes, entre eles de ser o mandante do assassinato do arcebispo de San Salvador, dom Oscar Arnulfo Romero, em 1980, D'Aubuisson também era apontado por diversas organizações de direi-



Roberto D'Aubuisson

tos humanos como chefe de um dos esquadrões da morte que mataram impunemente milhares de pessoas no início da década de 80.

Em 1981, quando o conflito entre as Forças Armadas e a guerrilha da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) alcançava dimensões de guerra civil, D'Aubuisson fundou o partido Aliança

Republicana Nacionalista (Arena), de extrema-direita.

À frente desse partido, conseguiu uma série de vitórias políticas: em 1983 foi escolhido presidente da Assembleia Constituinte, foi eleito várias vezes deputado e em 1989 contribuiu para levar à presidência do país Alfredo Cristiani.

Sua morte, aos 49 anos, de câncer, ocorreu quase simultaneamente à assinatura dos acordos de paz entre o governo do presidente Cristiani e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). Os acordos puseram fim a uma guerra de 12 anos onde D'Aubuisson se destacou pela truculência e total desrespeito aos direitos humanos.

DROGAS

A coordenação da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal) propôs a realização de uma reunião de cúpula hemisférica para o tratamento global do problema do tráfico de drogas. A sugestão foi feita mediante uma carta enviada aos chefes de Estado do Grupo Andino, mais o México e Estados Unidos, que participaram da reunião de San Antonio, Texas, em fins de fevereiro passado, para discutir o combate ao narcotráfico e ao consumo de drogas. Para o presidente da Coppal, o mexicano Luis Donald Colosio, “é imperativo preservar e manter a democracia no continente, buscando a modernização dos partidos políticos para evitar seu enfraquecimento e perda de forças”.



Mobutu: apoio norte-americano

ZAIRE

O principal funcionário do governo norte-americano para a África afirmou que ainda considera necessário manter o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, em seu cargo em qualquer transição à democracia. A afirmação foi feita por Herman Cohen, secretário de Estado adjunto para Assuntos Africanos, em uma audiência com congressistas dos EUA, que vêm pedindo que Washington suspenda o seu tradicional apoio a Mobutu, há 27 anos no poder. Cohen reconheceu que a atual situação no Zaire é "intolerável", mas afirmou que o presidente deve manter-se no cargo para "controlar as forças militares" durante a fase de transição.

ÁFRICA DO SUL Barril de pólvora

Num momento em que a África do Sul entra em uma fase decisiva da etapa de transição rumo a uma democracia multirracial, antigos problemas da população negra permanecem pendentes, como a falta de lugar onde morar.

Depois de serem sistematicamente expulsos de suas terras e confinados em regiões semidesérticas, no interior, ou em favelas urbanas, ao redor dos ricos bairros para brancos, os negros já não têm para onde ir.

O barril de pólvora pode explodir a qualquer momento. Um exemplo disso é Zevenfontein, área próxima aos subúrbios ricos da cidade de Joanes-

burgo, ocupada ilegalmente por dez mil pessoas, cujos esforços para conseguir um teto estão despertando intensa controvérsia na África do Sul.

Recentemente, a comunidade de Zevenfontein foi atacada por brancos de extrema-direita, alguns deles ostentando o emblema do movimento neofascista africânder. Os agressores queimaram barracos, ameaçaram os moradores e lançaram panfletos exigindo que as pessoas abandonassem imediatamente o local.

Mas as críticas à ocupação de terras não partem só dos grupos de extrema-direita. "A terra onde estão vivendo faz parte do cintu-

rão verde da cidade: um 'pulmão' que ajuda a eliminar a poluição e que deveria ser conservado intacto", diz o Grupo de Ação Cintura Verde (Gacv), liderado por um ex-dirigente estudantil, Anthony Duigan, considerado um "liberal".

O problema é muito delicado, porque tem origem em desapropriações de terras que vêm sendo feitas desde o período colonial, sempre em benefício dos brancos. Por isso, hoje, uma das principais bandeiras de luta do movimento negro é o direito a retomar suas terras ou serem indenizados em uma futura democracia multirracial.



A população negra está confinada nas piores terras e bairros mais pobres

SENEGAL

O rígido plano de ajuste adotado pelo governo do Senegal tem provocado nos últimos cinco anos o aumento do desemprego, delinquência, violência, assassinatos, além da

disseminação de doenças e crescimento da desnutrição devido ao alto custo de vida. Desde que o país pediu ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1980, todos os índices sociais se deterioraram. A redução do setor público e a privatização das empresas do Estado

implicaram 15 mil demissões, enquanto o desemprego da população de 15 a 30 anos alcança 80%.

Atualmente, 22% das crianças senegalesas vivem menos de cinco anos, o que coloca o país como recordista em taxa de mortalidade infantil na África subsaariana.

MOÇAMBIQUE O "leão" está com fome

A exemplo do que vem sendo feito em outros países, o governo moçambicano desencadeou uma ampla campanha de combate à sonegação fiscal. Considerada pelo Banco Mundial a nação mais pobre do mundo (a renda per capita é de 80 dólares ao ano), Moçambique tem no recebimento dos impostos uma das suas principais fontes de renda.

Segundo técnicos, a sonegação fiscal no setor industrial e comercial tinha atingido proporções alarmantes. Em outubro passado, o Ministério das Finanças reconheceu a gravidade da situação ao anunciar que, caso não fossem tomadas medidas especiais, não haveria como pagar os salários do funcionalismo nos meses seguintes.

A campanha ainda está começando, mas os resultados já são bastante promissores para o governo. Na fiscalização a 300 empresas da capital, Maputo, foram arrecadados centenas de milhares de dólares em impostos atrasados.

Da lista de empresas processadas



As empresas de Maputo estão passando pela "malha fina" da Receita Federal

por sonegação fiscal figuram algumas de grande prestígio em Moçambique, como o grupo holandês Zuid, do setor de móveis, cuja dívida para com o "leão" é avaliada em 79.400 dólares. O maior volume de sonegação foi detectado na empresa mista moçambicano-sueca Scanmo, que monta caminhões Scania, calculado em 220 mil dólares.

A investida do "leão" incluiu o reforço das medidas de controle nos postos de fronteira com os vizinhos África do Sul, Zimbábue, Suazilândia, de onde são importados os produtos à venda no mercado moçambicano. Essa medida, segundo o Ministério das Finanças, conseguiu arrecadar, até janeiro passado, mais de 10 bilhões de meticais (moeda local), equivalentes a 5,3 milhões de dólares.

A campanha, a princípio restrita à capital e postos de fronteira, teve tanto sucesso que as autoridades estão pensando em adotar um plano abrangendo todas as províncias do país.

O impacto da campanha sobre os consumidores não se fez esperar, levando produtos tais como os hortigrangeiros e bebidas, que eram importados sem imposto, a escassear no mercado.

SOMÁLIA

A pesar do acordo de cessar-fogo, obtido graças à intervenção da ONU, continuam os combates entre forças do Congresso Unido da Somália (CUS), dirigidas pelo general Mohamed Farah Aideed, e efetivos do presidente interino, Ali Mahdi Mohamed.

O principal objetivo dos dois grupos – ambos facções do CUS que começaram a lutar entre si em novembro depois de terem conseguido derrubar o presidente Siad Barre, em janeiro de 1991 – é obter o controle total da capital, Mogadíscio.

Em pouco mais de três meses de combates, mais de 25 mil pessoas morreram e 700 mil estão agora ameaçadas de fome. A Cruz Vermelha já advertiu sobre a iminência de uma "catástrofe humana", a menos que se inicie uma operação de ajuda alimentar maciça.



GUINÉ-BISSAU

O Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) não tem condições de sozinho tirar a Guiné-Bissau da crise que se arrasta no país por 17 anos. Esta é a opinião dos fundadores do Fórum Cívico Guineense-Social-Democrata (FGC-SD), um partido criado recentemente por guineenses residentes no Brasil. Os cinco membros da comissão esperam ser amparados pela nova lei de partidos políticos, promulgada há quase dois anos. A Guiné-Bissau, situada na costa oeste do continente africano, vem sendo governada pelo PAIGC – organização que liderou a guerra de libertação de Portugal – desde a independência, em 1973.

O país viveu sob regime de partido único até maio do ano passado, quando a Assembléia Nacional decretou o fim do monopartidarismo e promulgou uma nova lei de partidos políticos.

LÍBANO

Perspectivas sombrias

A recente invasão do sul do Líbano por Israel lançou uma onda de pessimismo sobre o processo de negociações de paz do Oriente Médio. A medida mostrou a predominância já conhecida dos setores mais duros do governo de Telavive, em um momento em que as conversações caminham para um virtual impasse. Não é casual que, pouco depois da invasão, os 2.769 membros do partido Likud, no poder, tenham reeleito Yitzhak Shamir como seu líder. Com 46,4% dos votos, Shamir derrotou seus principais adversários, o chanceler David Levy (31%) e Ariel Sharon (22%).

Nem bem os tanques haviam deixado o território libanês, o ministro da Defesa de Israel, Moshe Arens, declarou que "se a área não se mantiver em calma, voltaremos a agir".

A invasão foi a maior dos últimos dois anos. Tropas israelenses permaneceram 24 horas no país vizinho, destruindo duas aldeias e matando um número indeterminado de seguidores do grupo xiita Hezbollah ("Partido de Deus"). Para concretizar o ataque – que mobilizou 17 tanques e 22 veículos blindados de transporte de pessoal, apoiados por



Sul do Líbano: alvo de mais um ataque das forças israelenses que ficou impune

helicópteros artilhados – Israel rompeu as linhas das Forças de Paz estacionadas pela própria ONU no local, ferindo dois de seus integrantes.

A justificativa de Telavive foi a "necessidade" de repelir os ataques do Hezbollah ao norte de Israel. Mas omitiu que os ataques foram uma represália dos xiitas ao assassinato do seu líder máximo, Abbas Musawi. O xeque foi queimado vivo, poucos dias antes, com a sua mulher e o filho, quando o carro onde viajava – dentro do território libanês – foi atingido por mísseis disparados de helicópteros israelenses, que tinham entrado ilegalmente no espaço aéreo do país vizinho.

O fim da URSS

Com o objetivo de inserir-se no debate em torno da crise e fim da União Soviética, o cientista político e professor da Universidade Federal Fluminense Luís Fernandes publicou em dezembro passado, pela editora Anita Garibaldi, o livro "URSS: ascensão e queda", que tem como base a tese de mestradado do autor, fundamentada na análise das relações econômicas da União Soviética com os países capitalistas. A tese foi defendida ainda no início da crise soviética, em 1989, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). O livro percorre os diversos períodos da história soviética, até chegar ao colapso do regime dos dias atuais. O estudo pretende comprovar a importância do papel desempenhado pelas transformações de ordem econômica no rumo tomado pelo período de reformas iniciado no país, centralizando a análise na crescente integração da economia soviética com a economia de mercado.

Atenção, escritores!

Escritores de língua portuguesa que estiverem aguardando uma oportunidade de viabilizar financeiramente a publicação e divulgação de seus trabalhos devem ficar atentos ao "Concurso Guimarães Rosa" de contos em português, que se realizará em Paris no segundo semestre deste ano e premiará com 15 mil francos o conto vencedor.

O concurso, organizado pela Radio France Internationale e pela Maison de l'Amérique Latine, é o primeiro de contos em português promovido por estas duas entidades francesas, interessadas em descobrir e promover internacionalmente o trabalho de artistas do Cone Sul. De acordo com o regulamento, os textos, obrigatoriamente inéditos, devem ter no máximo 20 páginas em tamanho 21 x 29,7 cm, datilografadas em espaço duplo, e estar devidamente identificados – com título, nome ou pseudônimo e endereço completo do autor. Os interessados devem enviar seus trabalhos até o dia 31 de agosto para:

Radio France Internationale
"Concurso Guimarães Rosa"
116 Av. du Président Kennedy
75016 - Paris - France

Formar administradores conscientes

As condições da nossa sociedade são tão graves que tornam urgente a participação da Universidade nas formulações de soluções para entraves característicos dos países do Terceiro Mundo.

É inconcebível compreendermos a formação de um administrador sem que tenha estudado história econômica, sociologia, antropologia cultural, ciência política, psicologia, comunicação social, administração do controle ambiental. Profissionais sem tal formação não terão condições para compreenderem e atuarem sobre uma conjuntura econômica, social e política.

Não se pode pretender ser um mero repetidor, mas um novo elemento capaz de contribuir com sensibilidade para as transformações de seu tempo, para a melhoria da sua própria ação sócio-administrativa.

Os desafios que caracterizam este fim de século envolvem mudanças na relação produção/trabalho e nas diversas áreas de atividades humanas. A universidade deve fornecer profissionais aptos a responder às exigências emergenciais do país. Devemos formar o homem em sua plena capacitação, e para isso é fundamental compreender a natureza do desenvolvimento econômico, o significado das dependências, os elementos dinâmicos da estruturação econômico-social.

O efeito de demonstração "é um fenômeno de interdependência. Alguém que se depare com padrão de vida superior terá o direito de elevar o seu nível de consumo. A demonstração de um estilo de vida considerado superior suscitará o desejo de idênticas fruições. Para a fórmula funcionar, é necessário que o indivíduo tenha acesso a um determinado padrão de consumo. O efeito demonstração influi na transposição dos padrões culturais das nações desenvolvidas (as emissoras) para as subdesenvolvidas.

Tercuato Di Tella assim caracteriza o fascínio de intelectuais dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos:

"As elites intelectuais sofrem uma forma de fascinação. A existência de focos de intensidade dos EUA, Inglaterra e França distorce suas perspectivas a tal ponto que é impossível para elas encontrar respostas adequadas para os problemas de seus próprios países."

As nações subdesenvolvidas, com base no efeito de demonstração, elegem seus modelos externos de orientação e aspiram às inovações das nações desenvolvidas, sem desejarem superar as etapas históricas que o processo social exige.

A restrição de nossa capacidade tecnológica e o fato de nossos administradores representarem papéis de meros reprodutores de conhecimentos têm sua explicação no fato de que a Universidade nem sempre forma elites intelectuais aptas a repensar seu tempo. Nosso processo educacional não estimula o educando a atitudes críticas e inovadoras.

No plano setorial de educação e cultura (1975-1979) temos a seguinte afirmação: "O sistema educacional não é uma realidade isolada, mas uma das principais molas do sistema social, uma das instituições que o sistema social dá a si próprio para preencher um certo número de funções, entre as quais, em particular, a de garantir sua reprodução. Não tem cabimento mudá-lo independentemente do contexto sócio-político do qual é dependente."

A vontade política do governo é não modificar o sistema educacional, pois a sociedade não deseja mudanças. E o planejador educacional subordina o fenômeno educacional aos interesses políticos, tentando preservar estes interesses.

As diretrizes políticas atuais apontam para a importação de técnicas mais modernas do que as existentes (e nem por isso de ponta). A pesquisa universitária é sufocada pela escassez de recursos.

As dificuldades da Universidade são consequência das dificuldades da sociedade, da qual ela é reflexo.

Buscamos administradores, não apenas depositários de informações desarticuladas e assistêmicas. A modificação da ação pedagógica se faz necessária, pois há um conformismo no educando, porque na sua educação deu-se ênfase a uma escolaridade não-compromissada com exigências transformadoras.

O momento histórico exige um currículo flexível, novo, questionador. Faz-se fundamental a ampliação dos enfoques que garantam a participação efetiva do educando e da própria Universidade no equacionamento dos problemas.

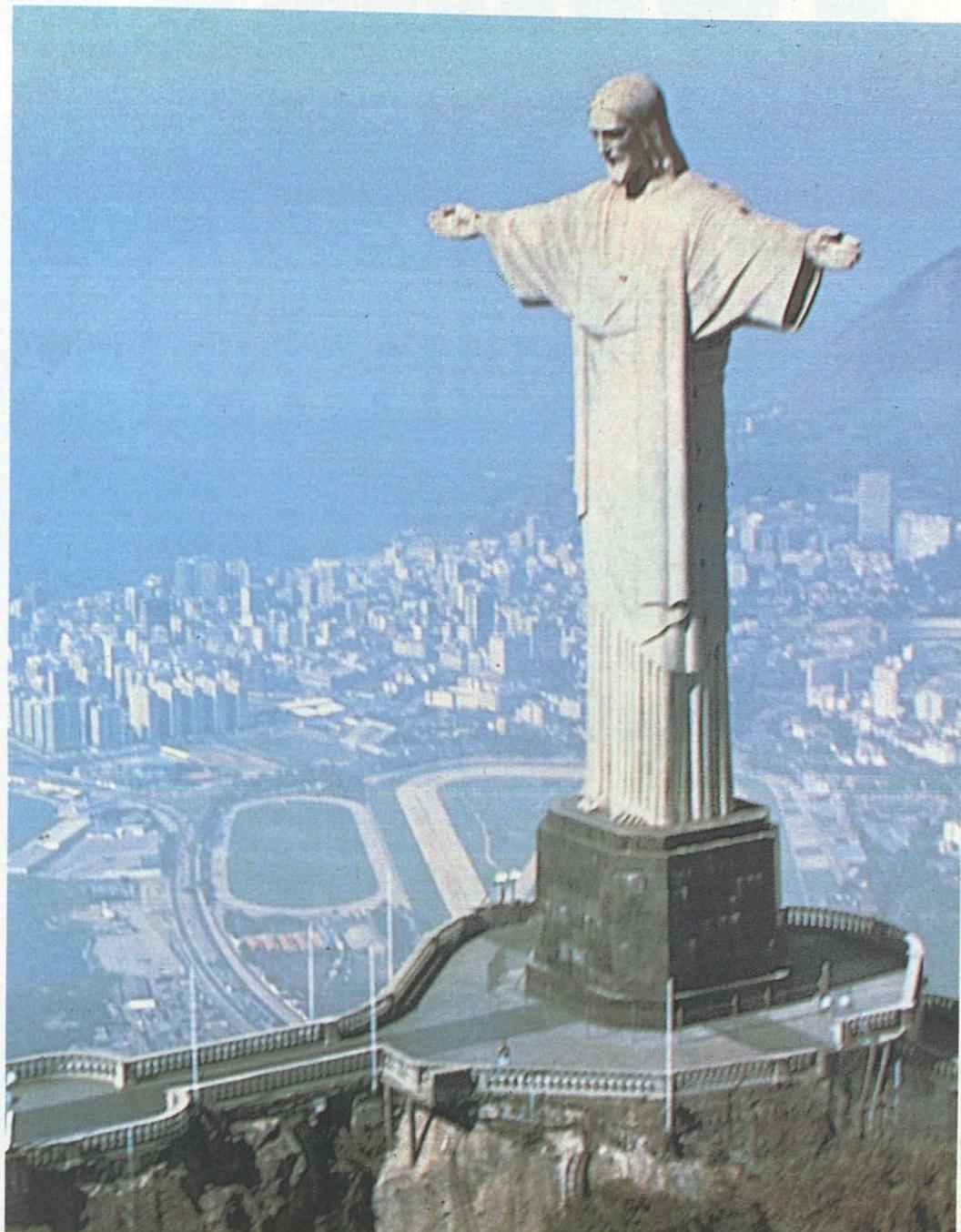
Augusto Caram, José Augusto Vasconcelos e Vicente Cervásio^(*)

^(*) Augusto Caram é professor-titular de programação linear das Faculdades Cândido Mendes (RJ)

José Augusto Vasconcelos é professor-adjunto de programação linear e teoria das decisões empresariais das Faculdades Cândido Mendes (RJ)

Vicente Cervásio é professor-assistente de teoria das decisões empresariais das Faculdades Cândido Mendes (RJ)

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.

BANERJ

GRITA BRASIL!



Em 92 o Rio de Janeiro vai mostrar a todo mundo porque foi escolhido
como Capital Mundial da Ecologia.

É o momento de nos unirmos ao resto da humanidade para atingir a paz,
a segurança e a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente.

Esta é a hora de abrirmos a boca pela natureza.

Pode gritar Brasil!

Da união de todos é que vai nascer o eco.

QUE NO RIO VAI TER ECO 92

RIOTUR



Capital Mundial da Ecologia

RIO Prefeitura
da Cidade